

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MICHEL NEIL TRINDADE FRANCISCO

**DEMOCRACIA E DÉFICIT DE PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA NO BRASIL**

**Porto Alegre
2006**

MICHEL NEIL TRINDADE FRANCISCO

**DEMOCRACIA E DÉFICIT DE PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Marcello Baquero Jacome

**Porto Alegre
2006**

MICHEL NEIL TRINDADE FRANCISCO

DEMOCRACIA E DÉFICIT DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação do Curso de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Dr. CEZAR MARCELLO BAQUERO JACOME (Orientador), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Profa. Dra. JUSSARA REIS PRÀ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. RODRIGO STUMPF GONZALES, Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

Prof. Dr. HEMERSON LUIZ PASE, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
(UERGS)

PORTO ALEGRE, 27 DE OUTUBRO DE 2006

*Dedico essa dissertação à Alice Trindade,
com ela tudo é mais simples, e bonito.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que me apoiaram e continuam apoiando o meu contínuo andar de curtos passos. Primeiramente, agradeço ao meu avô Antônio (in memorian), avó Maria, minha mãe e amiga Alice e meus irmãos Vinícius e Léslie (por ordem de chegada ao mundo). Tenho muito orgulho dessa turma fazer parte de minha família, nunca tendo me faltado apoio para o caminho que escolhi.

Agradeço também aos professores do departamento de Ciência Política da UFRGS pelo aprendizado oportunizado, em especial a professora Jussara Reis Prá, que, além de conhecimento acadêmico, me ofereceu a vivenda Santa Fé como meu lar no Sul, e em nenhum momento deixou eu pensar que não estava em casa. Ao professor Marcello Baquero, que aceitou me orientar nas minhas incertezas e nos meus acertos, com a ressalva óbvia para quem conhece tanto orientador quanto aprendiz, de que imperfeições neste estudo são de inteira responsabilidade minha.

Tenho muitas pessoas para agradecer. Infelizmente não encontrei sinônimos em dicionários para esse verbo ter menos incidência e tornar essas linhas menos repetitivas. A propósito, agradeço também o Houaiss e Aurélio. Sou grato a Leandro Hecko por compartilhar, à base de chimarrão e costelas assadas, o bucolismo da Vivenda. Agradeço aos colegas do mestrado: Daniela, Georgine, Jefferson, Ledir, Marcito, Mariana, Soraia e Télia, pelo convívio construtivo em um ambiente de debates e incentivos. Merecem agradecimento especial Luciana Maria de Aragão Ballestrin e Samir Perrone de Miranda, amigos preocupados com que eu não me sinta um extraterrestre em terras gaúchas.

Termino a bateria de agradecimentos sem esquecer os amigos de Brasília que em muito contribuíram para o meu crescimento: Bruno Diniz Braga, Cristina Narita e Lauro Stocco II. Eu sei que não sou muito fácil, por isso, eterna gratidão aos que me aturaram na República Amazonas, entre eles, Marcelo “Mineiro”, Renato e Afonso e aos que ainda me aturam na República Santonofre: Skaf, Sabóia, Rafael “Pop’s”, Rodrigo, Tadvald e agregados, não menos amigos, Felipe, Pedrão, Humberto e Vicente. Sou grato também aos colegas da Patri – Relações Governamentais, em especial ao Murillo Laranjeira, pelo incentivo e tolerância aos devaneios acadêmicos que por vezes passavam ao largo da realidade profissional.

E pra encerrar com chave de ouro: Agradeço a Deus.

Obrigado a todos,

Michel

RESUMO

Muito se tem discutido a respeito de uma suposta consolidação do regime democrático no Brasil. O que deve se ter em mente é que essa consolidação sempre será falaciosa se não forem levados em conta alguns obstáculos ainda não superados pela democracia no país. Tais obstáculos são formados não apenas por alguns aprimoramentos institucionais ainda necessários, mas principalmente pela demanda por inclusão de segmentos da sociedade que, atualmente, se encontram tolhidos da esfera política. Na linha de frente desses excluídos estão os cidadãos com baixa escolaridade e os que sofrem com os percalços da pobreza, que, juntos, são protagonistas de grande parte dos déficits de participação política no país. No Brasil, pobreza e baixa escolaridade estão longe de serem problemas residuais, atingindo parcela considerável de seus cidadãos.

A participação política, entretanto, pode ser um dos primeiros passos para que o excluído se liberte dessa condição que resulta na sua alienação política. Impossível imaginar qualquer tipo de solução para sanar os déficits de participação política sem o estímulo ao desenvolvimento de uma cultura cívica. A participação gera a oferta de políticas direcionadas ao grupo politicamente ativo, a alienação política, por sua vez, emudece as demandas dos alienados que, em grande parte, são os que mais precisam de políticas públicas específicas. O estímulo a uma cultura cívica participativa se apresenta como alternativa para a quebra do círculo vicioso gerado pela alienação política, pobreza e analfabetismo.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; participação política; voto; alienação eleitoral; cultura política.

ABSTRACT

Much have been argued regarding a supposed consolidation of the democratic system in Brazil. What it must to had in mind is that this consolidation always will be fallacious if will not be taken in account some obstacles not yet surpassed by the democracy in the country. Such obstacles are formed not only by some still necessary institutional improvements, but mainly by the demand for inclusion of segments of the society that, currently, are finded hindered of the political sphere. In the front line of these excluded they are the citizens with low school time, and the ones that suffer with the demages of the poverty, that, together, are protagonists of great part of deficits of political participation in the country. In Brazil, poverty and low time of school is far from being residual problems, reaching considerable parcel of their citizens.

The political participation, however, can be one of the first steps for the excluded set it free of this condition that results in their political alienation. Impossible to imagine any type of solution to cure deficits of political participation without stimulation for the development of a civic culture. The participation generates offers of politics directed to the politically active group, the alienation politics, in turn, it silences the demands of the alienated that, to a large extent, are the ones that more need specific publics political. The stimulation of a participated civic culture presented as alternative for broke of vicious circle generated by the alienation politics, poverty and illiteracy.

KEY-WORDS: democracy; political participation; vote; electoral alienation; political culture.

LISTA DE TABELAS

T 1: Satisfação com a Democracia	p. 34
T 2: Votos para partidos que não conseguiram obter representação (1990-2002)	p. 48
T 3: Identificação Partidária no Brasil (2002)	p. 49
T 4: Indicadores de Percepções sobre Corrupción, 2002	p. 55
T 5: Participação e Classe Social	p. 63
T 6: Abstenção Eleitoral Justificada no Brasil	p. 68
T 7: 20 municípios com menores taxas em intensidade de pobreza	p. 83
T 8: 20 municípios com maiores taxas em intensidade de pobreza	p. 85
T 9: Estatística do Eleitorado por Sexo e Grau de Instrução	p. 89
T 10: 20 municípios com maiores taxas de alfabetização	p. 90
T 11: 20 municípios com menores taxas de alfabetização	p. 91
T 12: Votaria caso o voto não fosse obrigatório * Escolaridade	p. 95
T 13: Votaria caso o voto não fosse obrigatório * Escolaridade (recodificada)	p. 97
T 14: Votaria caso o voto não fosse obrigatório * Gênero	p. 99
T 15: Votaria caso o voto não fosse obrigatório*Idade do entrevistado por faixa	p. 100
T 16: Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária	p. 105
T 17: Votaria caso o voto não fosse obrigatório * Idade do entrevistado por faixa	p. 107
T 18: Votaria caso o voto não fosse obrigatório * Classificação pelo entrevistado de sua cor ou raça de acordo com categorias do IBGE	p. 108

LISTA DE GRÁFICOS

G 1: Democracia, Autoritarismo e Indiferença na América Latina	p. 32
G 2: Satisfação com o Funcionamento da Democracia no Brasil	p. 35
G 3: Extremamente Favorável	p. 36
G 4: Favorável	p. 36
G 5: Equilíbrio	p. 37
G 6: Desfavorável	p. 37
G 7: Extremamente Desfavorável	p. 37
G 8: Opinião sobre a Democracia	p. 38
G 9: Algum Partido Político Representa sua maneira de pensar?	p. 42
G 10: Existe algum partido que goste mesmo que seja um pouquinho?	p. 43
G 11: Intensidade com que gosta do partido preferido	p. 44
G 12: A Melhor Atuação para resolver os problemas do Brasil	p. 47
G 13: Quem os partidos deveriam representar?	p. 50
G 14: Os Partidos só servem para dividir as pessoas?	p. 51
G 15: Ocorrência de corrupção entre os políticos no Brasil	p. 52
G 16: Políticos muito honestos não sabem governar	p. 53
G 17: É melhor um político que faça muitas obras, mesmo que roube um pouco, do que um político que faça poucas obras e não roube nada	p. 53
G 18: Político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população	p. 54
G 19: Participação Política no Brasil	p. 58
G 20: Participação Política nos EUA (1960-1964)	p. 64
G 21: Intensidade de Pobreza e Déficit de Participação Política	p. 87
G 22: Déficit eleitoral e Taxa de Alfabetização	p. 93
G 23: Presença eleitoral por escolaridade	p. 97
G 24: Presença eleitoral por escolaridade (ponderado)	p. 98
G 25: Votaria em eleições facultativas (faixa etária) – Brasil x Porto Alegre	p. 106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 12
Formulação do Problema e Objetivos	p. 12
Metodologia	p. 15
Hipóteses Específicas	p. 17
CAPÍTULO I: DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES	p. 21
Instituições, Organizações e a construção da cidadania	p. 21
Cultura Política e Democracia	p. 23
A crise das instituições e a dança dos presidentes	p. 28
CAPÍTULO II: ATITUDES E COMPORTAMENTOS A RESPEITO DA DEMOCRACIA	p. 32
Democracia e participação	p. 39
Partidos Políticos para os Brasileiros	p. 41
O Político e a Corrupção para o Brasileiro	p. 51
CAPÍTULO III: TEORIAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	p. 57
A Influência de variáveis inerentes ao sistema na participação política no Brasil	p. 65
Participação e exclusão eleitoral no Brasil	p. 67
A Insustentabilidade da exclusão dos eleitores em trânsito	p. 67
Opções de inclusão eleitoral no Brasil	p. 69
Opções de inclusão eleitoral no mundo	p. 72
CAPÍTULO IV: ALIENAÇÃO ELEITORAL	p. 78
Sufrágio Universal, Voto Facultativo e a Alienação dos Excluídos	p. 82
A alienação dos Pobres	p. 83
A alienação dos analfabetos	p. 88
A alienação das mulheres	p. 98
A alienação pela idade	p. 103
A alienação da cor	p. 107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 110
ANEXOS	p. 114
Anexo 1 – Projetos de Inclusão Eleitoral	p. 114
Anexo 2 – Cálculos Intermediários (alfabetização)	p. 117
Anexo 3 – Cálculos Intermediários (pobreza)	p. 118
Anexo 4 – Indicadores de Consolidação Democrática	p. 119
Anexo 5 – Votaria caso o voto fosse facultativo * escolaridade (completo)	p.120
REFERÊNCIAS	p. 121

INTRODUÇÃO

Formulação do Problema e Objetivos

A presente dissertação tem por objetivo identificar quais são os déficits de participação política no Brasil, analisando as suas possíveis causas e o quanto estes déficits influenciam no funcionamento da democracia no país. O funcionamento da democracia será avaliado a partir das percepções da população, por meio de dados coletados em pesquisas de opinião pública. Serão examinadas as atitudes dos cidadãos perante suas instituições e subseqüentemente examinar-se-á as mais diversas formas de participação política. Essas dimensões conceituais serão correlacionadas com variáveis como intensidade de pobreza, alfabetização e índice de desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo em que se analisará o funcionamento das instituições democráticas, também será objetivo desta dissertação apresentar profilaxias que visam superar os déficits de participação política.

Para que uma democracia possa se consolidar é de extrema importância que ela seja respaldada por aparatos legais e institucionais tais como eleições e leis que garantam uma plena participação do cidadão neste processo. No contexto brasileiro, após anos de restrição pelo regime militar, o país deparou-se com uma democracia em estado fetal que precisava ser escorada por leis e políticas que inserissem no cotidiano do cidadão o hábito da democracia. Medidas legais e institucionais foram tomadas pelos legisladores para fortalecer a democracia de maneira plena, mas a variável mais contundente para legitimar a consolidação democrática envolve a participação consciente do cidadão inserido no processo eleitoral bem como a acepção e credibilidade que esses eleitores possuem sobre a democracia em seus respectivos países, que nem sempre são reflexos das leis, governos e procedimentos.

Nesta dissertação, examinaremos as percepções que os brasileiros têm a respeito das instituições democráticas e derivados dessas avaliações resultarão o grau de credibilidade dessas instituições. Para alcançar os objetivos propostos serão analisados os resultados obtidos de diversas pesquisas como ESEB – Nacional 2002, Instituto Latinobarômetro, levantamento do alheamento eleitoral de eleições no Brasil, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (que utiliza dados do IBGE) e principalmente a abordagem teórica sobre o tema da consolidação da democracia utilizando-se dos estudos sobre cultura política. Espera-se que os resultados obtidos indiquem a proximidade e interesse dos assuntos da esfera política e democrática em relação aos eleitores no Brasil, bem como avalie se a democracia segue o caminho da consolidação via as mais diversas formas de participação política no Brasil.

Para muitos teóricos políticos (Downs, 1999; Dahl 1997 e 2001; Sartori, 1994) o questionamento se um país possui uma democracia consolidada não faz muito sentido. Para estes, ou o país possui democracia, através de seus procedimentos institucionais, ou não possui. A qualidade ou consistência da democracia se mediria exclusivamente através de suas instituições, não interessando a percepção da sociedade. Este tipo de concepção de democracia é pressuposto básico para muitos cientistas políticos e pode ser resumido, com poucas variações, nos oito itens transcritos abaixo:

1. Um único partido (ou coalizão de partidos) é escolhido por eleição popular para gerir o aparato do governo.
2. Essas eleições são realizadas dentro de intervalos periódicos, cuja duração não pode ser alterada pelo partido no poder agindo sozinho.
3. Todos os adultos que são residentes permanentes da sociedade, são normais e agem de acordo com as leis da terra são qualificados para votar em cada uma dessas eleições.
4. Cada eleitor pode depositar na urna um e apenas um voto em cada eleição.
5. Qualquer partido (ou coalizão) que receba apoio de uma maioria dos eleitores tem o direito de assumir os poderes de governo até a próxima eleição.
6. Os partidos perdedores numa eleição não podem jamais tentar, por força ou qualquer meio ilegal, impedir o partido vencedor (ou partidos) de tomar posse.
7. O partido no poder nunca tenta restringir as atividades políticas de quaisquer cidadãos ou outros partidos, contanto que eles não façam qualquer tentativa de depor o governo pela força.

8. Há dois ou mais partidos competindo pelo controle do aparato de governo em toda eleição. (DOWNS, 1999, p. 45)

Argumentamos, nesta dissertação, que a democracia no Brasil não pode se resumir exclusivamente a pressupostos procedimentalistas. Numa democracia plena é necessário que a sociedade na sua maioria seja incluída e que a democracia não seja um mero instrumento de organização da mesma. Em se tratando de Brasil, onde a democracia foi instituída em uma sociedade com altos índices de analfabetismo e pobreza, torna-se imperativo ir além dos procedimentos, incluindo, por exemplo, expectativas de um melhor desenvolvimento humano. Considero que a democracia surge principalmente como uma demanda da sociedade por uma melhor e mais justa qualidade de vida, e não como uma demanda por regras e leis. Esta demanda se demonstrará de forma mais enfática na luta histórica pelo sufrágio universal. A luta pelo voto nunca se caracterizou por uma mera busca da participação de um procedimento. O direito ao voto é a concretização simbólica da demanda por melhoria de vida de segmentos antes excluídos. Um regime democrático deve ser mais do que uma democracia de eleitores e sim uma democracia de cidadãos. A democracia é um regime constantemente em construção e só através da busca contínua pela cidadania é que valores democráticos serão cultivados.

Este estudo considera a democracia uma cosmovisão (Toro, 2005) que abrange não só as regras do jogo, mas os valores cívicos da sociedade regida por essas regras. De acordo com Toro, por ser uma cosmovisão, a democracia compreende tudo. Os valores democráticos conduzem o cidadão a buscar interações democráticas com o seu meio. Uma vez internalizado os valores democráticos, as relações democráticas serão buscadas no casamento, família, trabalho, partidos e Estado.

A respeito da questão se democracia está consolidada ou não, considera-se aqui que: “La democracia es una inmensa experiencia humana. Está ligada a la búsqueda histórica de libertad, justicia y progreso material y espiritual. Por eso es

una experiencia permanentemente inconclusa”. (PNUD, 2004, p. 33). Dessa perspectiva, não adianta considerar a democracia como algo natural do ser humano, pois não é. É uma invenção ocorrida há 2500 anos na Grécia antiga, e como próprio das criações humanas, está passível de prosperidade, desenvolvimento, decretação, desaparecimento e ressurgimento. Por ser uma experiência inerentemente inconclusa, a democracia está sempre em construção, portanto, não pode ser concluída exclusivamente por meio de decretos.

O cientista político Bolivar Lamounier (1999) observou que ambientes com desigualdades e tensões sociais, assim como o Brasil, não são propícios para institucionalização de qualquer sistema político, seja ele democrático ou autoritário. Bolivar Lamounier constata que o Brasil é um caso de democracia ainda instável, pois não pode ser dito que o sistema democrático é totalmente institucionalizado no país. Para Lamounier, a democracia dificilmente é aceita como um fim em si, devendo ser usada como instrumento para mudanças sociais e a promoção do bem estar da maioria das pessoas e no saneamento das desigualdades.

Metodologia

O grau de consolidação da democracia no Brasil será inferido pela avaliação de indicadores de participação política no país. Serão levadas em conta as várias definições de participação política na teoria política, sendo ponderadas todas as suas modalidades na tentativa de avaliar o grau de democracia no Brasil.

Além da discussão em relação às diversas formas de participação política, em determinado momento será preciso estabelecer parâmetros conceituais para que seja feito o cruzamento de dados com outras variáveis relativas ao desenvolvimento humano. A limitação se dará através da participação eleitoral, representada através da alienação ou alheamento eleitoral (votos brancos nulos e abstenções). Associadas ao alheamento eleitoral serão adicionadas as variáveis relativas a

índices de desenvolvimento humano, principalmente as que se referem à intensidade de pobreza e taxa de alfabetização. Também serão levantados os dados de alheamento eleitoral dos 20 maiores e 20 menores municípios em taxa de analfabetismo, e intensidade de pobreza. A partir de então será inferido se esses índices (analfabetismo e pobreza), que agregam o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, têm ou não relação com a alienação eleitoral no Brasil, avaliando a influência bilateral da democracia com a sociedade.

Veremos que em alguns estudos a escolaridade não é uma variável relevante para a participação política. Estes estudos mostram, em uma variação temporal, que os índices de escolaridade melhoraram, sem necessariamente um aumento na participação política (Patterson; Caldeira, 1983). O fato é que este tipo de conclusão é encontrado em países como EUA, onde nem se imagina medir o nível de escolaridade por taxa de alfabetização e sim por tempo de escolaridade. Tentaremos mostrar, via dados da pesquisa do ESEB, que após certo tempo de escolaridade, esta variável perde o seu poder explicativo para a participação política, não importando se um cidadão possui nível médio de escolaridade ou se é pós-graduado. O fato é que a realidade brasileira é diferente. Vivemos em um país onde o nível mínimo de escolaridade, como cidadão saber ler e escrever, não se alcança para uma grande parcela da população, e este mínimo faz diferença na avaliação da participação política. A realidade teórica de países com um nível de satisfação cultural e material resolvido, como dos EUA, não pode ser transposta para o caso brasileiro.

Da mesma forma se justifica a escolha da variável “intensidade de pobreza” e não outras que agregam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como renda média ou o próprio IDH médio. Em quase todas as mensurações de distribuição de renda, como o coeficiente de gini e curva de Lorenz, o Brasil é tido como um dos países campeões da desigualdade (Bastos; Silva, 1995). Mensurar a participação política por renda média ou IDH médio, de certo chegaria a resultados espúrios em que o eleitor médio seria só uma teoria em lugares em que poucos recebem muito,

ou possuem altos IDHs, e a maioria pouco ganha e vive com um Índice de Desenvolvimento Humano sofrível.

A hipótese formulada, de caráter geral, é que pela discrepância da alienação eleitoral (votos brancos + nulos + abstenções) dos 20 maiores e menores municípios em termos de taxas de alfabetização e intensidade de pobreza constataremos a importância e influência da educação e condições de subsistência material para a participação política.

A escolha da variável “intensidade de pobreza” e não “renda média” bem como “taxa de alfabetização” e não “escolaridade média”, significa a nivelção por baixo da contemplação do mínimo de subsistência que o cidadão necessita para ser participativo. Tanto renda média quanto escolaridade média (tempo de estudo), em um país notoriamente conhecido pela sua desigualdade, minimizariam de forma errônea a gravidade do problema, distanciando-se da real solução para o mesmo.

Hipóteses Específicas:

1. Instituições democráticas não estão correspondendo às expectativas sociais da sociedade brasileira.
2. Quanto maior a exclusão social maior a insatisfação e desilusão com a democracia.
3. A exclusão da participação política se relaciona diretamente com a exclusão social.
4. O padrão de desigualdades sociais no Brasil constitui-se em obstáculo efetivo ao exercício efetivo da cidadania democrática.
5. A apatia política não é benéfica para democracias recentes e com o nível de exclusão social do Brasil.
6. O Brasil caminha a passos curtos na construção da cidadania através do estímulo de uma maior participação política de sua sociedade, mantendo uma

grande massa de excluídos, não só sociais, mas distantes também dos assuntos políticos.

É importante ressaltar que os dados aqui trabalhados compreendem uma cronologia limitada. As informações sobre participação política se centrarão principalmente na pesquisa do ESEB, que ocorreu no ano de 2002. Os índices de intensidade de pobreza e taxa de analfabetismo foram apresentados em 2000 pelo Atlas de Desenvolvimento Humano e os dados sobre alienação eleitoral, com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), também estarão concentrados em 2002, com as eleições presidenciais.

No ano de 2004 foram apresentados no programa Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil as informações detalhadas dos IDH's e suas variáveis referentes ao ano de 2000. Talvez pela sua complexidade de variáveis a pesquisa de IDH's são uma das que são apresentadas com menor frequência de tempo, sendo a penúltima referente ao ano de 1991. Os dados de alienação eleitoral serão referentes à eleição presidencial de 2002, já que é a mais próxima após 2000. É provável que a taxa de alienação eleitoral deva variar conforme o grau das eleições (locais – nacionais; Legislativo – Executivo), mas a escolha da eleição presidencial para avaliar esta medida facilitará o manuseio e padronização dos dados, já que a eleição presidencial é eleição única, com os mesmos candidatos, independente dos municípios ou unidades federativas. Analisar 20 municípios no nível das eleições municipais seria como analisar 20 eleições diferentes. Porém vale ressaltar que, com esta observação, não exclui a validade das pesquisas que generalizam conclusões utilizando eleições municipais. É que no estudo em questão, a amostragem de "20 menores e maiores" é muito pequena, quase ínfima, em relação aos mais de 5.500 municípios brasileiros, e casuístas de eleições regionais que estimulam ou não a participação política eleitoral poderiam evidenciar-se em uma amostra tão pequena, chegando a um resultado espúrio.

Outra observação a ser feita é sobre o $N = 20$ dos "maiores e menores municípios". É claro que uma pesquisa mais completa poderia ser inferida, por exemplo, através dos 10% maiores e menores (alfabetização e pobreza) ou de uma amostragem até mesmo maior. Ir atrás dos "10% maiores e menores" de acordo com as duas variáveis que me propus a relacionar seria levantar dados de alienação eleitoral de quase 600 "maiores e menores" municípios. Não considerando a repetição de muitos municípios em cada variável, seria como levantar 2400 dados sobre alienação eleitoral. O $N = 20$ é uma opção qualitativa por possuir uma simbologia comparativa no momento em que se pode medir a discrepância dos melhores e piores índices agregados ao IDH. Ao final, se perceberá que o N pouco influirá na conclusão e teste das hipóteses.

Vale ressaltar que não serão ignorados dados fora do período cronológico estabelecidos pelas principais fontes de dados deste estudo. Outras informações trazidas pelos mais diversos bancos de dados e eleições anteriores serão mencionadas na pesquisa, mas isto se dará de forma marginal. Salvo a importância de se verificar alguma tendência ou projeção de dados anteriores em contraste com os propostos, isso poluiria com excesso de dados (alguns de difíceis acessos) uma dissertação que se propõe a caracterizar a importância do desenvolvimento humano para a participação política no momento cronológico proposto. Propostas cronológicas mais abrangentes com constatações de tendências e projeções são importantes para ciência política e espera-se que este estudo auxilie a quem pretenda fazer essas projeções e identificar tendências da participação política brasileira em um futuro próximo.

Tal justificativa sobre as limitações quantitativa e cronológica dos dados se faz necessária, mas é preciso dizer que este não é um estudo de dados em busca de uma teoria, e sim o inverso. Em se tratando de ciência política, não faltam pesquisas em que os dados são os grandes protagonistas em detrimento do pouco desenvolvimento teórico. Não se pode ignorar que, assim como neste estudo, a maioria das pesquisas e estudos possui limitações cronológicas, quase como um prazo de validade. O que deve ficar de um estudo científico de comportamento de

eleitores de Bauru na década de 70 ou de Nova Iorque dos dias atuais é somente a teoria. Quando se lê o clássico da ciência política *The Civic Culture*, o comportamento dos cidadãos dos cinco países estudados na década de 60 é pouco relevante diante da teoria desenvolvida por Almond & Verba (1963). A teoria, ao contrário dos dados, dificilmente possui prazo de validade, ratificando a sua relevância com o tempo.

Capítulo I - DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES

Instituições, Organizações e a Construção da Cidadania

Entende-se por instituições e organizações como as regras do jogo de uma sociedade que simbolizam as limitações idealizadas por homens e mulheres que dão forma à interação humana. Essas regras orientam o ser humano a interagirem entre si de forma segura e produtiva (North, 1994). Outra forma de ver as instituições é, de acordo com Toro (2005), defini-las como códigos ou regras orientados para: “Solucionar continuamente um problema; prevenir continuamente um problema; e conservar no tempo a solução de um problema”. Para Toro, é a compreensão ou evolução dos problemas que determinará os códigos institucionais úteis para a sociedade:

Se um problema evolui ou desaparece em uma sociedade, as instituições devem evoluir ou desaparecer... A burocracia surge quando a organização institucional perde de vista o problema social que lhe deu origem e se dedica a proteger a instituição pela instituição. (TORO, 2005, p. 21)

Trazendo esta definição de instituições para o caso brasileiro, percebemos que o Brasil não sofre por falta de problemas sociais e as instituições, pelo menos na percepção da população, pouco contribui para o desaparecimento desses problemas, assemelhando-se com a burocracia aludida por Toro. A solução de problemas sociais só se dá pela evolução das instituições e organizações. Esse desenvolvimento aumenta o “tecido social” sendo fator pedagógico para a formação da cidadania e fortalecimento da democracia. “E, por meio das organizações, as pessoas podem negociar e definir seu futuro, expressão máxima de autonomia; de cidadania” (Toro, 2005, p. 22).

Entenda-se por “tecido social”, o qual Toro se refere, à rede que as diferentes organizações produzem entre si. O “tecido social” é nada mais que o resultado do poder de associação da sociedade americana que Alexis de Tocqueville versou em seu clássico *A democracia na América – leis e costumes* (2005). Ao estudar o sucesso da democracia estadunidense, Tocqueville concluiu

que o progresso em países democráticos é dependente da capacidade de associação dos homens. Somente com a capacidade de se associar e se organizar é que se pode chegar à auto-regulação que assegura as proteções dos direitos. Somente quando o indivíduo sente-se inserido em organizações é que ele se reconhece como parte dela, predispondo-se a respeitar regras dos outros e da sociedade. É onde reside a auto-regulação. O indivíduo isolado dos laços associativos não respeita os direitos alheios e por não possuir proteção social, não previne que os seus sejam violados. Vários são os estudos sobre esse tecido social que geralmente estão sob a égide do chamado capital social (Putnam, 1995 e 2000; Baquero, 2003 e 2004).

Uma vez superado o problema social, as instituições só se fazem necessárias para a finalidade de “solucionar continuamente um problema; prevenir continuamente um problema; e conservar no tempo a solução de um problema” (Toro, 2005).

Ao pontuarmos que o associativismo é elemento fundamental na construção da cidadania e fortalecimento da democracia, consideramos todo tipo de organização (social e política). A análise das organizações políticas, de acordo com a percepção da sociedade, nos trará a tona se a população enxerga nas suas instituições políticas um instrumento de busca e construção da cidadania que resolva seus problemas sociais. Quando a sociedade fica insatisfeita com as instituições políticas, o escape se dá através da convulsão social (violência, criminalidade e desrespeito às regras) ou do associativismo não-político, com base na organização social. A partir de então, as organizações políticas tornam-se o que Toro entende por burocracia, e as instituições, além de meros instrumentos voltados pra si, tornam-se obstáculos para que as organizações advindas do associativismo não político atendam aos problemas sociais aos quais as instituições políticas estão incumbidas de solucionarem.

De acordo com Baquero (2003), uma situação paradoxal se dá na América Latina, sendo que:

[...] na medida em que regimes democráticos convivem lado a lado com estados oligárquicos. Ao mesmo tempo em que há respeito pelas leis e adotam-se procedimentos poliárquicos, surgem organizações que funcionam como estados paralelos, o que contribui para gerar sentimentos de insegurança que se materializam na generalizada falta de confiança da população. (BAQUERO, 2003, p. 07)

Nessa perspectiva, o conceito de cultura política, ou seja, percepções e atitudes dos cidadãos em relação à política, assume a centralidade da discussão sobre democracia plena na sociedade.

Cultura Política e Democracia

Dentro da ciência política o termo "cultura política" tornou-se tão polissêmico quanto democracia. As infinitas possibilidades do uso da expressão acabam por ampliar as confusões geradas de suas interpretações. Castro (2000) cita Elkins e Simeon ao dizer: “[...] cultura política é um dos conceitos mais populares e sedutores da Ciência Política, mas também é o mais controverso e confuso”. O conceito de cultura política surge de uma proposição normativa que passa bem longe de uma união conceitual de "cultura" e de "política" ou de adjetivar e delimitar cultura. Segundo Castro (2000), esse é um erro bem recorrente dentro da literatura crítica sobre cultura política.

A democracia é um sistema que pode ser analisado como forma e como meio (conteúdo). Democracia como forma é de simples análise, ou o sistema é ou não é democrático. Se o sistema cumpriu com os requisitos das regras do jogo e possui as instituições democráticas, ele é democrático. Já a democracia como meio deve ser levada em consideração para discutir a qualidade do sistema (Baquero, 1996), de que forma o sistema democrático vem atuando junto ao estado e seus cidadãos, e qual a percepção destes em relação ao sistema. É aí que entra a importância do estudo da cultura política, onde o centro explicativo da consolidação

de uma democracia deixa de orbitar as instituições políticas e passa a dar maior atenção as atitudes do eleitorado (Baquero, Castro, 1996).

A cultura política engloba um conjunto de orientações psicológicas que envolvem crenças e valores a respeito de como devem estruturar-se os atores e instituições políticas. Segundo os estudiosos de cultura política, a democracia exige alguns valores de seus cidadãos como moderação; tolerância; civilidade; eficácia; conhecimento e participação. Para que esses valores sejam internalizados, torna-se indispensável a internalização do ideal democrático.

Na literatura da ciência política a variável cultura política foi abordada e explorada até os anos 50's, a partir de então, nas décadas de 60, 70 e 80, os estudos de democracia envolvendo a cultura política foram sendo deixados de lado e até mesmo desafiados, voltando a ser ponto central dos estudos comparativos de democracias nos anos 90's (Diamond, 1999). A principal obra que fundamentou outros estudos sobre cultura política foi elaborada em 1963 por Gabriel Almond e Sidney Verba: *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*. Nesta obra permeia a tese de que existe uma relação inferencial entre a opinião da população e a possibilidade do surgimento de um sistema democrático bem como sua estabilidade (Castro, 2000). Entre os pesquisadores da cultura política, existe um otimismo e a crença de que, a despeito da pouca evidência empírica, a existência de uma cultura política participativa implique no estabelecimento e na manutenção de democracias. O desenvolvimento da cultura política passa a ser também uma importante arma contra possíveis retrocessos democráticos, como, por exemplo, uma tentativa de golpe, garantindo assim a manutenção das regras do jogo.

A cultura política baseia-se fundamentalmente na crença da legitimidade da democracia como fator central na consolidação da mesma. O estudo da cultura política é sistematizado em três tipos de orientação: orientação cognitiva, que envolve o conhecimento e crenças sobre o sistema político; orientação afetiva; que

consiste nos sentimentos e percepções diante do sistema político; e orientação avaliativa (estimativa), que inclui os compromissos com os valores e julgamentos políticos (fazendo uso do conhecimento e percepção) sobre o desempenho do sistema político relativo a esses valores. A estimativa ou avaliação é suscetível a mudanças através de experiências empíricas, mas normas e valores representam uma consistência maior de orientações através do sistema e ação política.

Um dos fatores da retomada dos estudos sobre cultura política seria o surgimento da chamada “terceira onda” de democracias. Segundo Larry Diamond (1999), a classificação dos rumos da democracia através de primeira, segunda e terceira onda foi estabelecida por Samuel Huntington (1991), onde as ondas são marcadas por uma expansão da democracia intercalada por “repuxos” que indicam uma retração desta expansão e de fragilidades na garantia de liberdades individuais (de acordo com a concepção liberal de democracia). A primeira onda é marcada pelas primeiras democracias que entendemos hoje por estados contemporâneos, entre 1828 a 1926. O repuxo que intercala a segunda onda é detectado entre 1922 a 1942, onde o “colapso” democrático é mais latente com a II Guerra Mundial. A segunda onda da democracia é detectada entre os períodos de 1943 a 1964, onde houve uma retomada de crescimento numérico de estados democráticos pós II guerra. A segunda “depressão” de vulnerabilidade e diminuição em termos quantitativo e qualitativo de democracias ocorreu entre 1961 a 1975, agravado pela guerra fria onde grande parte do leste europeu aderiu ao regime autoritário soviético e grande parte dos países da América Latina sofreu golpes militares. No ano de 1974 surgem os primeiros indícios do início da terceira onda que é marcada pelo fim da ditadura de Salazar em Portugal e segue até os anos noventas com a abertura democrática no leste europeu, América Latina e alguns estados do continente africano¹. A cultura política acabou sendo uma variável cada vez mais retomada para identificação dos rumos de uma consolidação democrática dos países da terceira onda.

¹ Larry Diamond (1999) aborda um suposto surgimento de uma *quarta onda* onde, além da consolidação da democracia dos países da *terceira onda*, seguiria um árduo caminho para a expansão da democracia em países com poucas ou nenhuma experiência em abertura política, como China, países africanos e do Oriente médio.

Sob a ótica da cultura política a análise de consolidação democrática de um Estado deve obedecer alguns pressupostos que Larry Diamond organiza em uma tabela (ver Anexo 4) com duas dimensões (normativa e comportamental) e três níveis (elites do país; partidos, organizações e movimentos; massa pública). De acordo com os estudos da cultura política, a partir do momento em que num país as seis células se concretizam, o Estado já pode ser considerado detentor de uma democracia consolidada. É necessário também que esses pressupostos ocorram por um determinado tempo, pois a legitimação da democracia é alcançada desde que os valores cívicos se universalizem, pelo hábito e rotina, a ponto dos atores terem internalizado as regras mesmo que intuitivamente. Essa internalização é necessária, pois ela deve vir à tona inclusive em processos de grande conflito da democracia, quando os atores políticos devem continuar considerando a democracia como o melhor dos regimes políticos possíveis. Aqueles que não consideram a democracia a melhor solução e preferem regimes autoritários como opções devem ficar à margem das decisões e vida política de um país. Atores coletivos sem significância devem ser os únicos a desafiar a legitimidade de instituições democráticas, já que extremistas contrários ao regime são efeitos colaterais de toda democracia, que por definição é um regime de tolerância.

De acordo com Diamond (1999), o índice de cidadãos que consideram a democracia como melhor forma de governo deve ficar no mínimo entre 70 – 75% e os antidemocratas não podem passar de 15%. Devem ser considerados antidemocratas aqueles que rejeitam consistentemente a legitimidade democrática, o que vai muito além de simples apatia ou confusão de definições, este último fator bem recorrente quando o assunto é democracia. Os antidemocratas se encaixam no pensamento ideológico dos extremistas que Sartori (1994) classifica como pessoas mal informadas que buscam apenas o conhecimento afirmativo que possam corroborar as suas opiniões e argumentos. Sartori ainda argumenta que caso os extremistas sejam maioria, o poder de desagregar valores do sistema é maior do que os apáticos. Mesmo assim, a existência da classe extremista não deve ser condenada em pequena escala, pois ela dicotomiza sua “participação intensa”, como argumenta Sartori, contestando a falta de participação do cidadão inerte.

Para a cultura política, apesar da participação política e o civismo serem protagonistas para a consolidação democrática, as democracias podem ser consolidadas mesmo quando os índices de comparecimento eleitoral são baixos, e a consolidação fica comprometida quando adversários políticos matam ou aterrorizam seus oponentes na luta pelo poder.

Todos esses modelos da cultura política, apresentados no Anexo 4 são passíveis de críticas, pois acabam por formatar a consolidação democrática sem considerar que diferentes países de culturas políticas diferentes se originam sob aspectos históricos próprios. Henrique Castro (2000) complementa ao criticar uma publicação que utiliza forma esquemática dos conceitos originais de cultura política para o eleitor brasileiro:

[...] sem uma mediação que permita a adequação às realidades brasileira e latino-americana. Livros como esse [...] contribuem para que cada vez mais se consolide uma visão sobre a política (no caso, a brasileira) construída a partir e sob a ótica de valores científicos, políticos e culturais distintos dos nossos. (CASTRO, 2000)²

Para salientar os aspectos históricos diferentes como variáveis para definir uma cultura política, Castro (2000) lembra que nos países latino-americanos o surgimento do capitalismo se deu sem que existisse uma base social, política, econômica ou ideológica de cunho liberal. Assim sendo, o fórum do surgimento da democracia liberal na América Latina é bem diferente de onde os estudos originais de cultura política foram feitos. A democracia liberal, locus da cultura política em estudo, era internalizada de forma muito mais natural nos Estados Unidos ou Inglaterra do que no Brasil ou Argentina. Moisés (1995) também salienta o enfoque da cultura política baseado numa configuração específica de cada nação. Cada país possui atributos e características particulares e inatas referentes ao seu povo, constituindo assim a cultura de cada nação. A crítica reside no fato em que um país não precisa necessariamente se enquadrar no modelo de cultura cívica proposto por Almond e Verba. É bem possível que uma democracia possa ser estável quando o seu padrão cultural permitir uma congruência entre sociedade e governo (Castro,

² Parte deste artigo é transcrito também em Baquero e Castro (1996) e Baquero (1998).

2000). Para Catterberg (1991) a rotina das práticas democráticas é fator principal da existência da cultura cívica enquanto Moisés (1995) defende que a cultura política é preponderante na estabilização da democracia. Em ordem inversa, mas com um fim comum, tanto Moisés como Catterberg defendem a cultura cívica como requisito para a democracia, não significando, no entanto, que esta cultura cívica seja modelar.

É preciso ressaltar que a cultura política não é defendida nesse estudo como variável independente da consolidação democrática, mas isso não a desautoriza como necessária no processo de consolidação, como pensam os minimalistas, que reduzem a existência da democracia a decisões pactuais de elites relevantes. As elites (caso ignorem as orientações subjetivas do sistema) podem ser pressionadas e influenciadas pela população “abastecidas” por valores simbólicos, subjetivos e culturais. Por isso, assim como faz José Álvaro Moisés (1995) a cultura política é tratada aqui como uma variável “interveniente”, sendo ponderada junto a variáveis estruturais e instrumentais na contribuição aos estudos da consolidação democrática.

A crise das instituições e a dança dos presidentes

Um dos argumentos já internalizados na Ciência Política é que para o funcionamento pleno de um regime democrático é preciso contar com instituições funcionando de forma equilibrada, atendendo a contento a sociedade a qual elas servem. Partidos políticos, políticos, aparelhagem burocrática estatal, dispositivos e procedimentos eleitorais são itens institucionais de uma democracia que por si só não possuem razão de existir senão para a organização e serviço da sociedade. Instituições existem em todos os tipos de Estado, sejam eles democráticos ou não. O fato é que, em democracias, essas instituições servem à sociedade, assim como em ditaduras as instituições possuem a finalidade de servir o ditador e seus interesses. A partir do momento em que as instituições democráticas perdem a eficiência de servir à sociedade, elas estão expostas ao questionamento de sua real função, ficando ameaçadas na sua existência e legitimidade. Nesse contexto, as

instituições não teriam apoio suficiente de seus maiores interessados (a sociedade), para a expurgação da ameaça.

Quando as instituições democráticas não atendem aos interesses da sociedade, os cidadãos respondem com apatia e descrédito ou com insurgências e protestos. Nesse sentido, não se espera de uma sociedade, que não tenha seus interesses atendidos, que ela se volte em defesa de suas instituições inócuas, assim como não se espera que uma instituição democrática ineficiente de uma hora para outra se auto-reformule visando atender aos interesses de seu fim principal, a sociedade. Nesse contexto, a sociedade acaba por não confiar no procedimento eleitoral como dispositivo de resolução de problema da ineficiência das instituições.

Não faltam exemplos da América do Sul (Argentina em 1989 e 2001, Brasil em 1992, Equador e Bolívia em 2005) em que sociedades insatisfeitas com suas instituições democráticas não titubeiam em se voltar contra elas. A sociedade pode se posicionar de uma maneira mais ativa, atacando suas instituições democráticas com insurgências, ou até mesmo de forma passiva, não as defendendo diante de ameaças contra a sua existência (sejam elas feitas por ditadores ou grupos de interesse surgidos da própria instituição ou sociedade).

No primeiro semestre de 2005, a renúncia do presidente boliviano, Carlos Mesa, foi a décima primeira interrupção de um mandato constitucional nos últimos 16 anos na América do Sul, ou seja, a cada ano e meio, cai mais de um presidente na América do Sul. Segundo dados da consultoria Centro de Estudos União para a Nova Maioria e do Instituto de Planejamento Estratégico (IPE), entre 1989 e 2005, sete dos dez países sul-americanos sofreram este fenômeno de defecção presidencial. Uma lista que somente exceções como Chile, Colômbia e Uruguai não fazem parte.

A queda de um presidente é um fenômeno simbólico contra governos e demonstram a insatisfação da sociedade com suas instituições. A instabilidade político-institucional com presidentes que renunciaram, foram destituídos ou derrubados, foram mais contundentes na Argentina, Bolívia e Equador.

Aqui, o continente do previsível, deposições, golpes, renúncias, impedimentos, novas constituições, moratória, troca de moedas e reformas nunca acontecem pela última vez. Provisórios e inéditos, para nós, só solidez econômica, previsibilidade jurídica, continuidade política e tranquilidade social. (NOGUEIRA, 2002)

A Dança dos presidentes na América do Sul pode ser constatada no seguinte quadro:

Presidentes com mandatos interrompidos na América Latina

Ano	País	Presidente
1989	Argentina	Raul Alfonsín
1992	Brasil	Fernando Collor
1993	Venezuela	Carlos Andrés Pérez
1997	Equador	Abdalá Bucaram
1999	Paraguai	Raúl Cubas Grau
2000	Equador	Jamil Mahuad
2000	Peru	Alberto Fujimori
2001	Argentina	Fernando de la Rúa
2003	Bolívia	Gonzalo Lozada
2005	Equador	Lucio Gutiérrez
2005	Bolívia	Carlos Mesa

Fonte: IPE

Os motivos das quedas dos presidentes na América do Sul não fogem a regra da crise das instituições ineficazes em seu objetivo de servir a sociedade e evitar crises sócio-econômicas. Quando um presidente não cai por motivo de crises sociais e econômicas, cai por motivo de corrupção. A interrupção de um mandato presidencial na América Latina é regra, e não exceção em nosso continente,

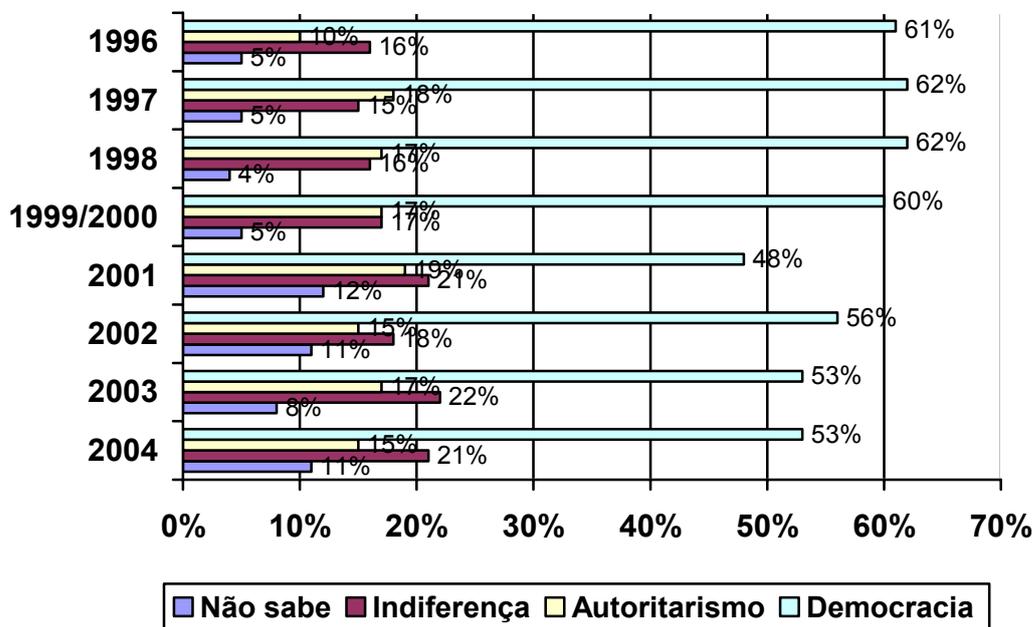
demonstrando o pouco valor que a sociedade impetra nos procedimentos eleitorais. O povo latino americano não possui o costume de esperar um período eleitoral para a alternância de poder, as instituições permanecem servindo a si mesmas e os presidentes permanecem se alternando através de crises institucionais.

No próximo capítulo, examinaremos os dados de pesquisas relativos à percepção dos cidadãos em relação à democracia e suas instituições.

Capítulo II – ATITUDES E COMPORTAMENTOS A RESPEITO DA DEMOCRACIA

Do ponto de vista da cultura política, um dos principais elementos a ser considerado para que o cidadão possua um comportamento participativo e cívico é o seu grau de apoio à democracia. A estima ou desprezo da sociedade pelo regime democrático é elemento básico que constitui a estabilidade, ou falta dela, da democracia.

G 1 – Democracia, Autoritarismo e Indiferença na América Latina:



Fonte: Latinobarômetro

Os dados de preferência à democracia, como os demonstrado no gráfico (G1), não significam que ela está prestes sucumbir à outra forma de governo, mas alertam para a existência de um regime não estável, que estimulam participações políticas³ não convencionais da população em resposta a ineficiência do sistema. O gráfico mostra que, em 2004, 53% dos latino-americanos ainda consideravam a democracia como o regime político preferido, apesar desse índice já ter chegado,

³ O conceito aqui utilizado de participação política é o utilizado em Baquero (1981) que converge para a explicação de Joseph La Palombara (1978) em que incluem formas convencionais e não convencionais, como o uso da violência como mecanismo de reivindicação política.

nos anos de 1997 e 1998 a 62%. A preferência por um governo autoritário que era de 10% em 1996, em 2004 já abarcava 15% de simpatizantes.

Diante de tais dados apresentados fica claro que quanto maior a satisfação com o regime democrático, menor será a probabilidade pela opção autoritária. O conceito de democracia na América Latina possui uma carga de valores muito maior do que somente uma forma de governo. Estão imbuídos no conceito de democracia valores de que o regime deve enfrentar problemas sociais da população. Quando esta função não é cumprida, a insatisfação e rejeição pela democracia se acentuam, deixando a democracia distante da estabilidade. Alguns elementos que contribuem para a instabilidade política América Latina são a alta percepção da corrupção, do desemprego e da desigualdade social, que freqüentemente se convertem em participações políticas não convencionais como passeatas, greves, ocupações de recintos públicos e privados, danificações de propriedades públicas ou privadas e uso da violência (Baquero, 1981). A dança dos presidentes na América Latina é um resultado contundente dessas percepções negativas da sociedade.

O Brasil não foge a regra de seu continente, aliás, como pode ser demonstrado na tabela que se segue (T1), é um dos exemplos latino-americanos mais acachapante de uma sociedade insatisfeita com sua democracia, seja demonstrado pelo completo menosprezo por suas instituições, ou por qualquer outra forma de participação política mais ativa.

T 1 – Satisfação com a Democracia

	Brasil	Am. Latina
1996	20%	27%
1997	23%	41%
1998	27%	37%
1999/2000	18%	37%
2001	21%	25%
2002	21%	32%
2003	28%	28%
2004	29%	29%

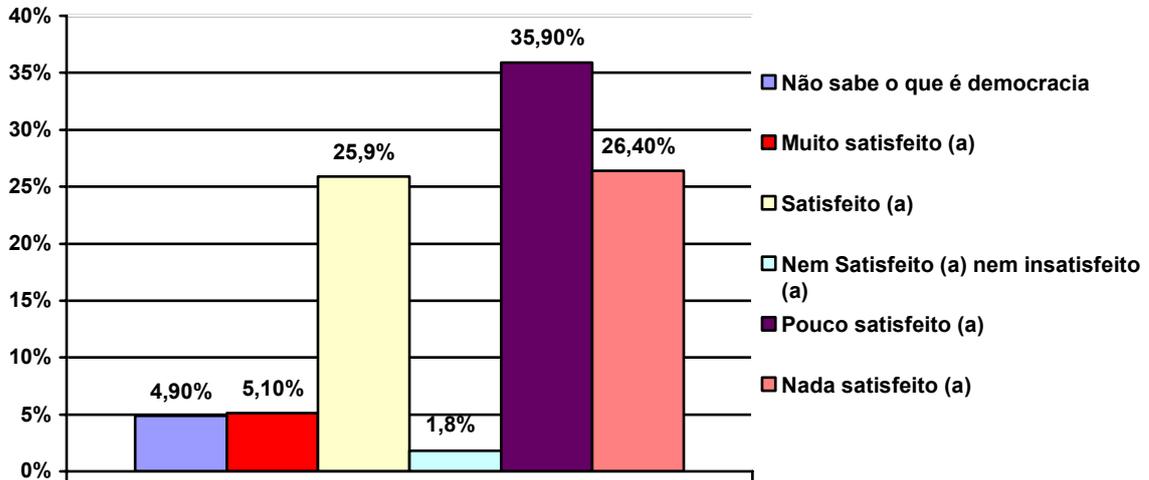
Fonte: Latinobarômetro

A partir do momento em que o regime democrático não consegue contribuir com alternativas públicas e eficientes capazes de solucionar problemas como o desemprego, desigualdade social, altos índices de violência e exclusão social que aflige considerável parte da população que não têm as mínimas condições de subsistência, isto deve manter os elevados índices de insatisfação da população em relação ao sistema democrático. De acordo com a tabela (T1), o percentual médio de satisfação dos brasileiros, desde 1996, gira em torno dos 23%. O percentual de satisfação da democracia da América Latina, que já foi de 41% em 1997, atinge em 2004 patamares semelhantes ao do Brasil, com 29% e com média percentual de 32% desde 1996.

Ainda de acordo com a Tabela (T1), vale a pena salientar o ano de 2001, quando no ápice da crise política, social e econômica da Argentina, as preferências pela democracia (48%) e autoritarismo (19%) atingiram o menor e maior índice respectivamente na América Latina. A satisfação com a democracia, por sua vez, também teve no ano de 2001 o seu menor índice na América Latina. Pode-se somar a esses fatores a informação de que em um dos anos (1997) quando a preferência pela democracia se fez mais presente, a satisfação com o regime também foi a

maior registrada pelos dados do Latinobarômetro. Os dados do ESEB, para o ano de 2002 no Brasil, não variam muito dos levantados pelo Latinobarômetro:

G 2 – Satisfação com o Funcionamento da Democracia no Brasil



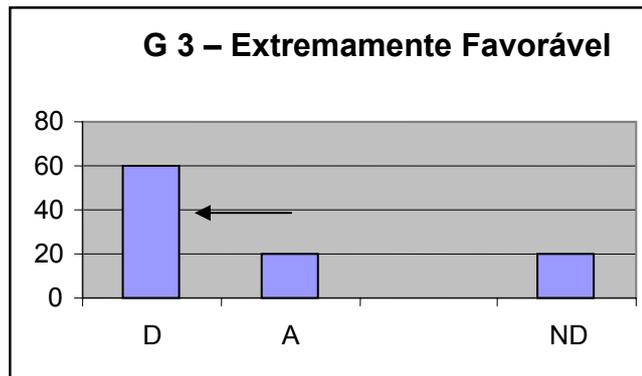
Fonte: ESEB 2002

Os dados do ESEB (G2) sobre o nível de satisfação com a democracia dos brasileiros mostram que mais de 62% dos brasileiros estão insatisfeitos ou pouco satisfeitos com o funcionamento do regime. Pouco menos de 2% são indiferentes e aproximadamente 5% dos brasileiros nem sabe o que é democracia. Esses números são preocupantes, considerando que as orientações da sociedade são essenciais na avaliação da vulnerabilidade da democracia diante de qualquer eventualidade ou crise do regime. De acordo com Juan Linz (1978), na sua teoria sobre a “quebra de las democracias”, a permanência ou substituição de um regime democrático é resultado de três tipos de forças políticas advindas da percepção dos cidadãos: As forças políticas que são leais ao sistema; as desleais, que procuram derrubá-lo; e as semi-leais, resultantes de percepções contraditórias e ambivalentes dos cidadãos. Linz argumenta que a queda de um regime democrático se dá quando as forças desleais ao regime conseguem adesão dos semi-leais.

Este marco teórico foi desenvolvido pelo PNUD (2004) em um estudo para avaliar a democracia na América Latina. Tipificaram-se os valores dos cidadãos

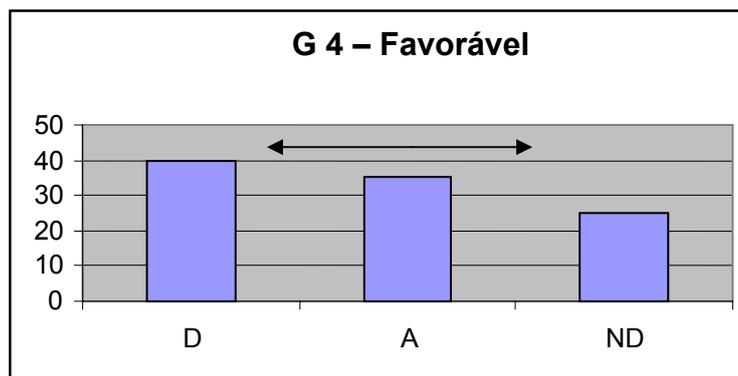
frente à democracia e concluiu-se 5 tipos de situação no diagnóstico do funcionamento do regime:

1) Extremamente favorável: Os democratas (D) são a maioria e muito mais ativos e os ambivalentes (A) estão mais próximos dos democratas do que os não democratas (ND):



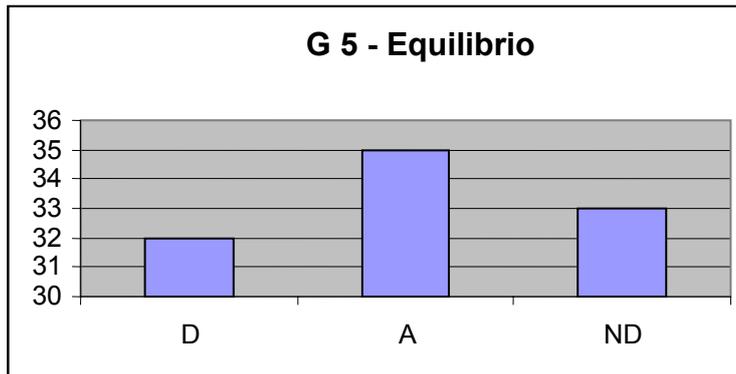
Fonte: PNUD (2004)

2) Favorável: Os democratas são a maioria simples (mas não a maioria absoluta) e os não-democratas podem ser levemente mais ativos que os democratas. Os ambivalentes devem estar praticamente equidistantes dos dois:



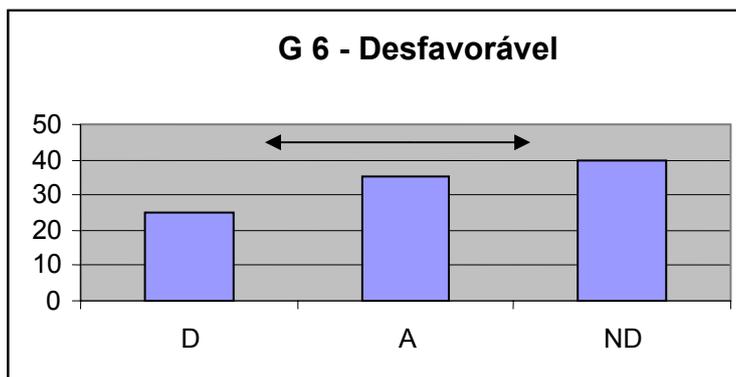
Fonte: PNUD (2004)

3) Equilíbrio: As 3 orientações são equilibradas, com ativismos similares e equidistantes:



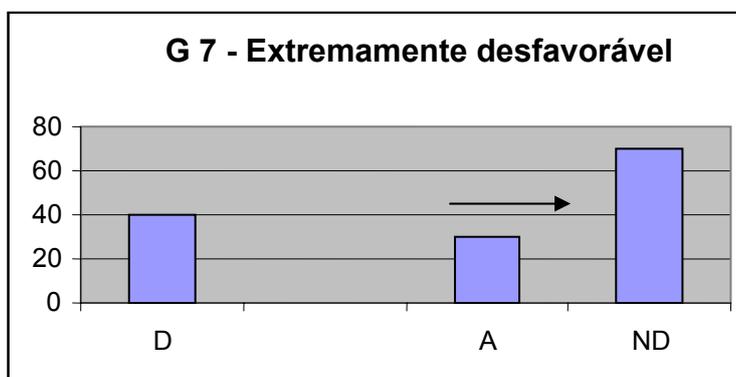
Fonte: PNUD (2004)

4) Desfavorável: Grupo de não-democratas é maior (não maioria absoluta) e os democratas devem ser levemente mais ativos. Grupos equidistantes:



Fonte: PNUD (2004)

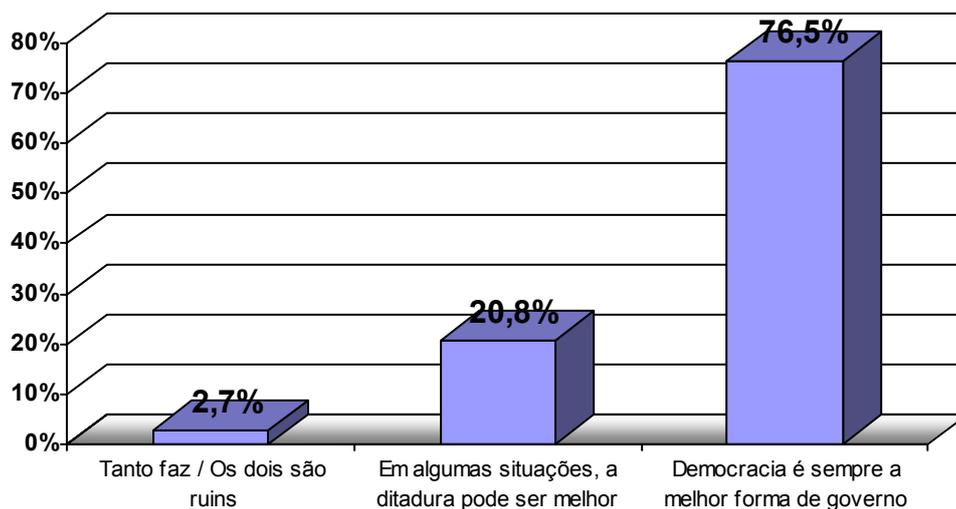
5) Extremamente desfavorável: Os não-democratas são a maioria e muito mais ativos. Os ambivalentes estão muito mais perto dos não-democratas.



Fonte: PNUD (2004)

De acordo com esses panoramas, e ao analisarmos o gráfico (G1), a América Latina insere-se em um ambiente democrático extremamente favorável. No Brasil, de acordo com os dados do Latinobarômetro de 2002 apresentados pelo PNUD (2004), os democratas representam 30,6%; os ambivalentes 42,4%; e os não-democratas 27%. Ao calcular o ativismo, sugere-se também um equilíbrio, com 0,61 de ativismo dos democratas; 0,58 dos ambivalentes e também 0,58 dos não democratas, indicando uma situação de equilíbrio (PNUD, 2004). Mas essa conclusão pode ser considerada somente analisando a possibilidade de substituição do regime e não o seu funcionamento e eficácia, como podemos observar no G 8:

G 8 – Opinião sobre a Democracia



Fonte: ESEB 2002

De acordo com o gráfico (G8) a possibilidade de substituição do regime democrático seria remota com o apoio da sociedade, já que a maioria (76%) considera a Democracia sempre a melhor forma de governo e um pequeno, mas incômodo grupo (20,8%) considera que em algumas situações uma ditadura seria melhor que o regime democrático. Muito dessa tolerância com a ditadura no Brasil advém da forma como foi concebido o regime militar no país. Segundo José Álvaro Moisés (1995), o regime militar e a abertura democrática se deram de forma diferente no Brasil e no resto da América Latina. Enquanto na maioria dos países da América Latina como, por exemplo, a Argentina, a ruptura foi total, não havendo

tolerância na existência de partidos, no Brasil houve conveniência das elites que permitiu a existência simbiótica entre Congresso e regime. Enquanto a ditadura no Brasil governava sofrendo uma oposição relativamente moderada, o que culminou num relativo baixo número de mortos e desaparecidos políticos, na Argentina o regime exterminou qualquer tipo de oposição ao regime, com milhares de assassinatos. A abertura na Argentina, por sua vez, se deu de forma abrupta enquanto no Brasil envolveu um processo gradual e negociado com a sociedade civil.

Democracia e participação

Quando consideramos as definições de democracia dos teóricos políticos clássicos, fica inimaginável pensar no conceito democrático sem estar associado à participação ativa do cidadão. A simbologia da palavra democracia não era indissociável da definição de governo “do povo e para o povo”. É fato que a definição de democracia se ampliou e atingiu um patamar de sofisticação conceitual bem mais elevado do que era na democracia da época de Péricles, em que mulheres e escravos, apesar de representarem maioria da população, não tinham direito a qualquer participação nas decisões políticas. Apesar dessas exclusões políticas, o escopo central da definição de democracia, continuava a ser o maior acesso e influência do cidadão nas decisões políticas.

A partir da obtenção de dados de alguns estudos empíricos, começou-se a evidenciar um abismo entre a teoria e a prática do funcionamento do sistema democrático. Constatam-se a presença relativamente significativa de cidadãos apáticos, céticos e desinteressados dos assuntos da esfera política. Evidencia-se a contínua presença do cidadão com alta aversão à política, optando por uma espécie de exílio cívico voluntário traduzido em anêmicas participações políticas. No campo teórico, a solução encontrada para superar o problema da apatia política comprovada empiricamente em regimes democráticos foi um tanto quanto preguiçosa. Ou seja, a apatia política passa a não ser mais problema para o funcionamento do regime democrático, e mais, o desinteresse e distanciamento do

cidadão pela política começa a ser até necessário para o equilíbrio governamental do sistema político democrático, já que, para alguns autores, a participação política excessiva, como o comparecimento maciço às urnas eleitorais, poderia ser considerado um indício de um sistema político em crise, constantemente associado ao pluralismo ideológico polarizado (Sartori, 1976) da República de Weimar ou da Quarta República francesa, considerando-se mais saudável uma participação mais moderada⁴. O cidadão ativo politicamente contrabalança-se com o cidadão apático e passa a não ser mais requisito para o funcionamento do sistema democrático (Lipset, 1967). Surge assim a teoria elitista da democracia, muito utilizada para sustentar o paradoxo entre democracia e não participação (Baquero, 2002), em que o governo da democracia é do povo, para o povo, mas exercido somente por uma classe dominante minoritária, e independente dos mecanismos democráticos utilizados, a maioria não controla a minoria dominante. Do fulcro da teoria elitista originou-se a teoria democrática procedimental de Shumpeter (1984) em que democracias se resumem as disputas de minorias pelo voto das massas.

O mundo real não seria um fórum adequado de sustentação do pressuposto da teoria elitista da democracia em considerar o distanciamento das massas dos assuntos políticos algo irrelevante e, por vezes, até benéfico ao sistema democrático. No mundo real, especialmente em países como na América Latina, em que a democracia foi implementada sem uma formação das bases materiais e sociais mínimas para a subsistência de uma sociedade, a democracia nos moldes elitistas, considerada apenas como um emaranhado de procedimentos que garantam a estabilidade do sistema, é insuficiente para garantir um funcionamento eficaz do sistema democrático. Poucos, quando nenhum, países da América Latina escapam de exemplos que indiciam um funcionamento do sistema democrático deficitário. Na América Latina, onde muitas democracias nasceram do ventre de regimes ditatoriais, a demanda democrática não foi somente uma demanda por regras de um sistema organizativo de uma sociedade, mas também uma demanda por resoluções de problemas sociais. A incapacidade do regime democrático em garantir as condições mínimas de uma sociedade é facilmente revertida em apatia e distanciamento político da população. Este distanciamento não necessariamente se

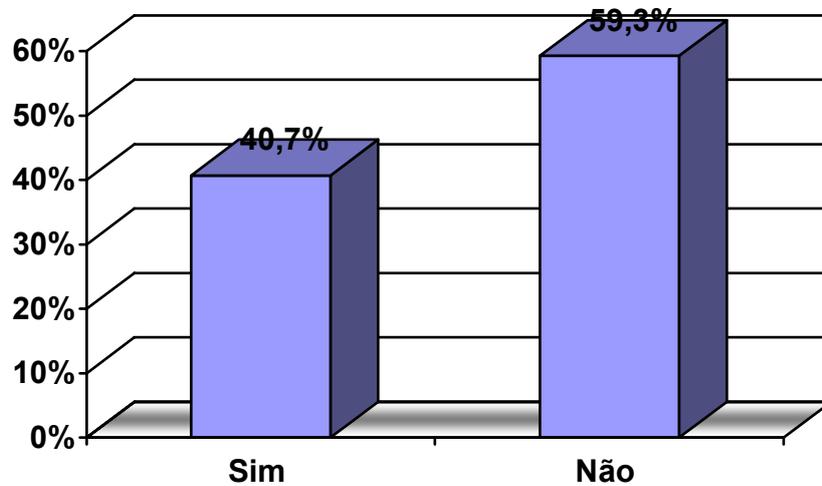
⁴ A participação política moderada como forma de "saúde" do sistema político é a conclusão que

traduz em qualquer empecilho na manutenção do sistema democrático, mas está diretamente ligado na eficácia de seu funcionamento. Nesse cenário, padece não só a democracia, mas também suas instituições, principalmente aquelas que possuem a responsabilidade de representar os cidadãos. Este é o caso dos partidos políticos que veremos no próximo capítulo.

Partidos Políticos para os Brasileiros

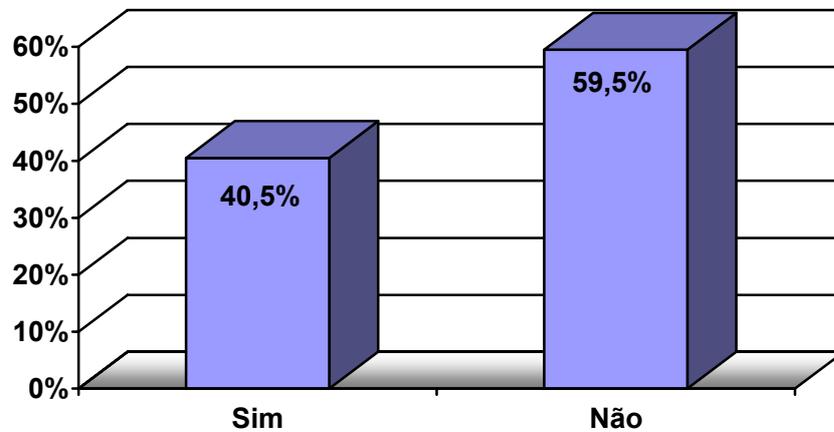
Existem regimes democráticos em que a ausência de participação é resultado de uma satisfação plena do cidadão. Um regime democrático em que os cidadãos não participam pode ser considerado frágil quando a percepção da sociedade relacionado ao regime é de insatisfação, como já visto em alguns dados. Logicamente, é natural que esta insatisfação se estenda para os instrumentos institucionais da democracia. Os partidos políticos representam uma das instituições mais simbólicas da democracia.

Novamente, temos que ressaltar o cansativo paralelo dos pressupostos procedimentais de partido políticos com o aqui adotado. Recorro novamente à definição do teórico da escolha racional, Anthony Downs, em que “[...] um partido político é uma coalizão de homens que buscam controlar o aparato do governo através de meios legais” (1999, p. 46). O interesse maior dos integrantes partidários é ganhar eleições, e para isso a política é apenas um meio de maximização dos votos para atender a esse fim. Essa definição continua esquelética para o que se entende aqui como partido político. Atender ao interesse da sociedade que se faz representar pelo partido político é o fim principal da existência dele. Por isso, é importante avaliar a percepção que a sociedade possui sobre os partidos políticos.

G 9 – Algum Partido Político Representa sua maneira de pensar?

Fonte: ESEB 2002

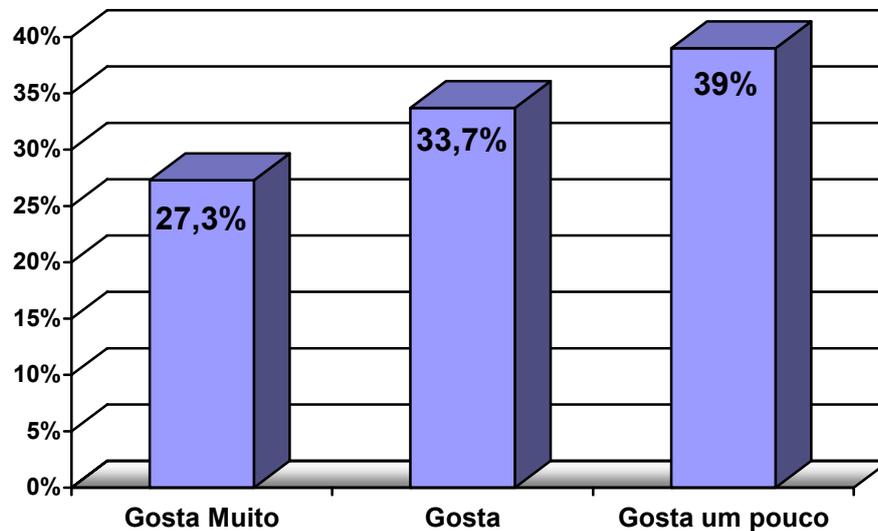
De acordo com a própria concepção de Downs (1999), o número de partidos em uma democracia é definido pelo número de opiniões relevantes a serem representadas. No Brasil, apesar do multipartidarismo extremado com dezenas de partidos, quase 60% (G9) da sociedade não os enxergam como representantes de sua maneira de pensar. Não seria pela falta de partidos e sim pela ineficácia dos mesmos de voltarem suas ações para a sociedade, e não só para ganhar eleições. Esta situação torna-se ainda mais evidente quando perguntado se existe algum partido que o cidadão goste ao menos um “pouquinho” (G10). Os resultados semelhantes ao G9 demonstram a aparente alienação daqueles que não se sentem representados e que não gostam de nenhum partido.

G 10 – Existe algum partido que goste mesmo que seja um pouquinho?

Fonte: ESEB 2002

Aparentemente, inferido pelos resultados de G9 e G10, não existiria uma escala de valores na representação em que o indivíduo se sinta mais ou menos representado por um partido. Isso só aparentemente, pois quando questionados somente os indivíduos que gostam ao menos um “pouquinho” de algum partido (40,5%), obtêm-se uma escala de valores em que existem mais indivíduos que gostam somente um pouco de seu partido preferido (39%) do que os que realmente gostam do partido (27%3%). Ou seja, dos poucos que gostam de algum partido, a maioria simples está mais próxima de não gostar de nenhum partido, do que gostar muito (G11).

G 11 – Intensidade com que gosta do partido preferido



Fonte: ESEB 2002

Partidos políticos deficitários que concentram todas as suas ações para a chegada ao poder, esquecendo o seu fim principal, que seria a representatividade de seu eleitorado e segmentos da sociedade, despertam profundo desencantamento democrático no cidadão, que passa a associar as ações de seu partido a políticas públicas demagógicas eleitoreiras que não mudam a sua condição material e humana.

De fato, não podemos ignorar que a característica específica do sistema eleitoral proporcional com votação uninominal de lista aberta adotado no Brasil incentiva o personalismo político e o distanciamento dos eleitores de seus partidos. Mas resumir a culpa de partidos fracos e pouco institucionalizados na sociedade ao sistema eleitoral e ignorar elementos de nossa cultura política é dizer só meia verdade. O fato é que pelo menos 9 países⁵ adotam a lista aberta, e a abdicção da lista fechada pode ser feita de várias maneiras, como votar em um partido e marcar o nome de um candidato na lista do mesmo, como na Bélgica, ou o sistema Suíço, conhecido como *panachage*, considerado o que delega mais liberdade ao eleitor,

⁵ Brasil, Finlândia, Suíça, República Tcheca, Bélgica, Dinamarca, Polônia, Áustria e Grécia (Blais; Massicotte, 1996).

que possui o mesmo número de votos que a magnitude do distrito, podendo distribuí-los da maneira que bem entender entre os candidatos, independentemente de partido (Blais; Massicotte, 1996). O sistema uninominal brasileiro é o mesmo utilizado na Finlândia e, segundo Nicolau (1996, p. 60), as teses que demonstram que este sistema possui resultados nocivos ao sistema partidário são carentes de aprofundamento, sendo a própria Finlândia uma contraprova, pois possui partidos altamente estruturados e programáticos. Tavares (1998, p. 332), por outro lado, argumenta que a Finlândia e outros países que aumentam o escopo das decisões individuais dos eleitores (com o voto único transferível na Irlanda e o voto alternativo na Austrália⁶), ao contrário do Brasil, tiveram a existência de partidos sólidos, coesos e culturalmente arraigados precedendo este tipo de mecanismo.

De certo que campanhas individualizadas não são exclusividade dos sistemas multipartidários de lista aberta, podendo ocorrer também em países bipartidários e em sistemas distritais como nos EUA (Carey; Shugart, 1995; Mayhew, 1974). Neste caso o poder das lideranças partidárias em indicar os candidatos é diminuído pelas prévias partidárias abertas. É evidente que no voto uninominal o poder das oligarquias partidárias de seleção de candidaturas é transferido para os resultados eleitorais, gerando uma maior lealdade do parlamentar para com seus eleitores do que para com o partido.

Conclui-se que a característica personalista de nossa política, com partidos pouco institucionalizados não pode ser respondida somente pelo nosso sistema eleitoral. Foram apresentados exemplos de “lista aberta” e até de votação uninominal onde os partidos são institucionalizados na sociedade. Caso não seja inserido o elemento histórico e cultural para explicar o personalismo da política brasileira, a argumentação fica manca e limitada. É freqüente nas análises dos partidos no Brasil o negligenciamento dos aspectos históricos e culturais. Para Baquero, esse negligenciamento é comum nas análises das sociedades latino-americanas:

⁶ Para uma rápida e prática explanação sobre o voto único transferível e o voto alternativo, ver Porto

Já em relação às sociedades latino-americanas, nota-se a falta de estudos que integrem reflexões históricas com modelos formais de tal forma a produzir bases substantivas mais atualizadas e que contribuam efetivamente para superar os crônicos problemas de intermediação entre Estado e sociedade. Além disso, constata-se a necessidade de trabalhos que atualizem técnicas modernas de análise política e as integrem organicamente aos estudos de caráter histórico. (BAQUERO, 2000, p. 40)

Victor Nunes Leal (1978) já constatava na Primeira República o personalismo da política brasileira centrada na figura do “coronel”, responsável pela incursão de seu poder privado no domínio político. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1997):

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão da política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. (HOLANDA, 1997, p. 145-146)

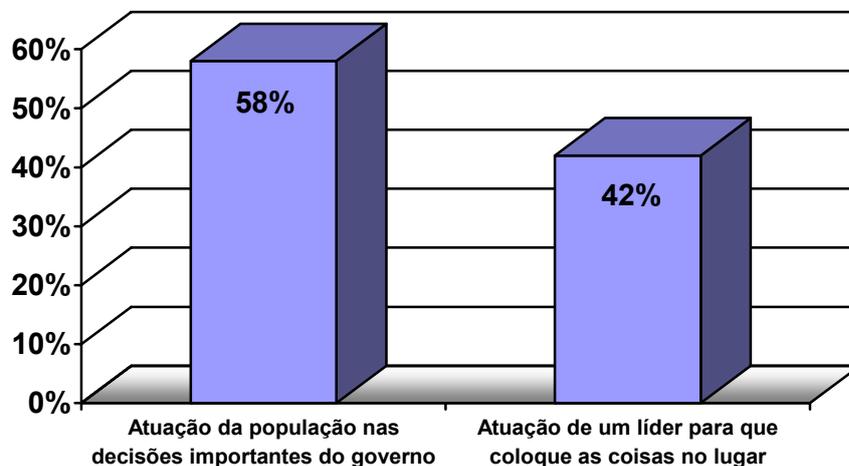
Assim, tanto Sérgio Buarque de Holanda quanto Victor Nunes Leal sintetizam a importância dos aspectos culturais no funcionamento não só do Estado burocrático brasileiro, mas por inferência, a característica personalista de nosso sistema eleitoral com partidos poucos institucionalizados. O componente patrimonialista da nossa sociedade é o elo perdido dos nossos partidos frágeis (Faoro, 2000).

A explicação da forma como se dá a intermediação do Estado com sociedade pouco se distancia do caso brasileiro ao analisarmos de forma geral a América Latina. Os coronéis assemelham-se com os caudilhos, e o patrimonialismo e personalismo tornam tênues as fronteiras do espaço público com o privado.

[...] o período pós-independência propiciou o surgimento dos primeiros partidos na América Latina, que, em realidade, eram facções e, portanto, possuíam um mecanismo precário e/ou ausente de intermediação entre Estado e sociedade civil [...] Distintas facções armadas aglutinaram-se em grupos políticos sob a liderança e direção de um líder, convertendo-se, posteriormente, em uma organização orientada para a conquista do poder, na qual prevalecia o caráter personalista, bem como escassas posturas ideológicas. (BAQUERO, 2000, p. 56)

Assim, ao buscarmos a origem dos partidos políticos na América Latina cai por terra a explicação racionalista de Anthony Downs (1999). Tanto no Brasil quanto na América Latina, de forma geral, partidos não surgiram como representações de opiniões relevantes, e sim, agrupamentos oligárquicos com o intuito de se apropriarem do espaço público representado no aparato burocrático. O caráter personalista de nosso sistema ainda é muito relevante, esse fato pode ser facilmente identificado quando percebemos que 42% da população (G12) ainda espera a atuação de um líder para resolver os problemas do país:

G 12 – A Melhor Atuação para resolver os problemas do Brasil



Fonte: ESEB 2002

Ao analisarmos a tabela (T2) apresentada pelo PNUD (2004), constatamos que, considerando o período de 1990 a 2002, o Brasil é o quarto país da América Latina com menor percentual de votos (1,43%) para partidos que não conseguem representação. Este percentual torna-se mais enfático se considerarmos o número restrito de partidos dos países que se encontram à frente do Brasil (Honduras,

Uruguai e Paraguai) com o multipartidarismo extremado brasileiro. Ou seja, dificilmente um eleitor vota em um candidato cujo partido não alcance representação. Mesmo que o eleitor tenha votado em um candidato que não foi eleito, devido ao sistema eleitoral brasileiro, é grande a probabilidade de seu voto ter contribuído para que outros candidatos se elejam, ajudando o partido a conseguir o quociente eleitoral necessário para representação. A cultura personalista de nossa política faz com que esse eleitor que não tenha votado no candidato eleito, mas sim em outro candidato do mesmo partido, não se sinta politicamente representado.

T2- Votos para partidos que não conseguiram obter representação 1990 - 2002

País	Elección previa		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Promedio 1990-2002
	Año	Puntaje														
Argentina	1989	7,14		3,62		1,81		4,31		5,22		1,73		6,38		3,84
Bolivia	1989	7,02				5,17				3,48					3,95	4,20
Brasil			1,09				0,85				1,77				2,02	1,43
Chile	1989	13,94				8,16				12,16				6,41		8,91
Colombia			0,30	0,79			4,74				10,61				7,80	4,85
Costa Rica			5,12				8,91				9,11				8,23	7,84
Ecuador			5,79		3,83		4,18		5,08		2,14				..	4,20
El Salvador	1988	8,34		0,65			2,55			2,05			3,63			2,22
Guatemala			5,78				14,59	16,57				12,20				12,29
Honduras	1989	1,94				1,19				0,00				0,00		0,40
México	1988	1,83		4,30			4,23			2,17			3,93			3,66
Nicaragua			2,73						4,00					0,34		2,35
Panamá	1989	..					3,65					6,09				4,87
Paraguay	1989	1,51				0,73					0,77					0,75
Perú			3,76		..			2,11					0,00	8,24		3,53
República Dominicana			4,16				6,60				3,08				7,88	5,43
Uruguay	1989	0,60					0,66					0,24				0,45
Venezuela	1988	4,87				7,12					1,35		10,08			6,18
América Latina		4,47	4,09	3,86	3,35	4,54	4,69	4,81	4,78	4,49	4,17	4,72	4,92	5,02	4,30	

fonte: PNUD (2004) - La Democracia en América Latina - Compendio Estadístico

Os dados levantados pelo Latinobarômetro e citados pelo PNUD (2004) na tabela (T3) que segue, mostram que os brasileiros pouco se identificam com seus partidos e não possuem a sensação de pertencer a eles. A maioria (48,9%) não possui identificação partidária na hora de votar, em contraposição de uma minoria (21,9%) que vota de acordo com sua preferência partidária. Um terceiro grupo de eleitores possuem percepções ambivalentes e semi-leais em relação aos partidos.

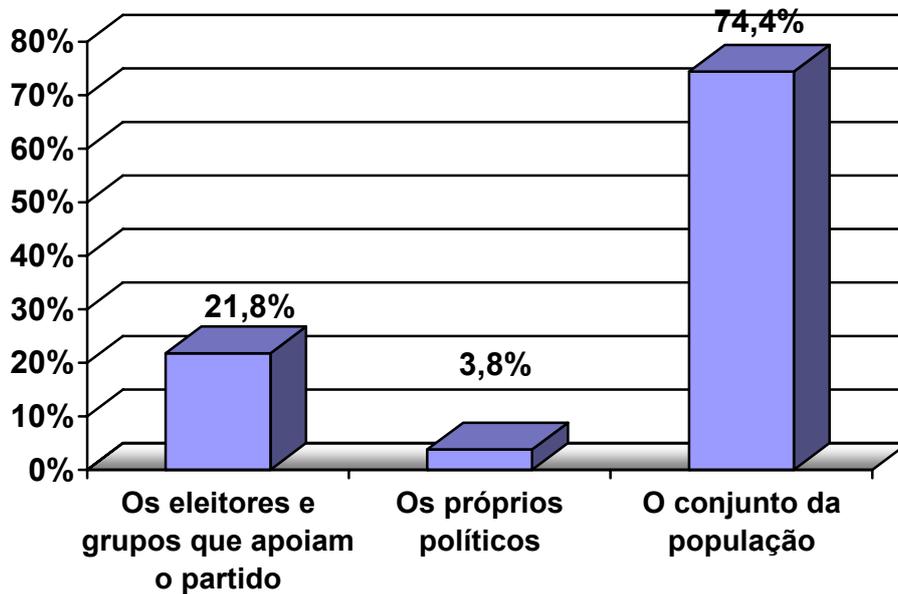
São os eleitores que possuem preferência partidária mas votam em outro ou que possuem preferência mas podem votar em outro partido, totalizando 19,1%. Nem uma suposta transferência dos eleitores semi-leais para com seus partidos somada aos leais alcançaria o grande número de eleitores que não possuem identificação partidária. Esses números indicam que a legitimidade da representação dos partidos políticos se dá somente de forma horizontal, quando analisamos estrutura com estrutura (partidos e governo), mas quando tentamos achar alguma representação vertical, estabelecida pelos vínculos sociedade → partidos, poucos fatores, além do voto, indicam este tipo de legitimidade.

T 3 – Identificação Partidária no Brasil (2002)

Não vota	8%
Tem partido, mas ainda não vota	2,1%
Tem partido, mas vota em outro	4,3%
Tem partido, mas pode votar em outro	14,8%
Tem partido, e sempre vota nele	21,9%
Vota sem partido	48,9%

Fonte: PNUD (2004)

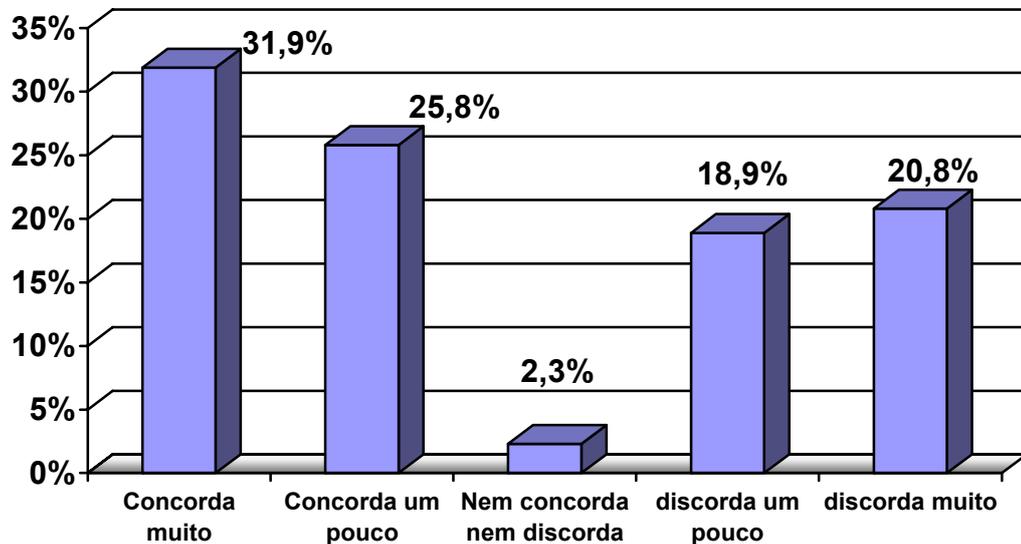
De acordo com o Latinobarômetro, em 2002, o índice de confiança dos partidos políticos no Brasil não passava de 1,57% (PNUD, 2004). Este é mais um dos inúmeros dados que revelam a falta de alcance dos partidos políticos no trabalho de políticas voltadas para o anseio da sociedade. Em se tratando da inserção dos partidos políticos brasileiros na sociedade, não se encontra dados que contrariem a fragilidade e baixa legitimidade deles junto aos seus eleitores. “Con Estados débiles y mínimos sólo puede aspirarse a conservar democracias electorales. La democracia de ciudadanas y ciudadanos requiere de una estatalidad que asegure la universalidad de los derechos”. (PNUD, 2004, p. 28)

G 13 – Quem os partidos deveriam representar?

Fonte: ESEB 2002

De acordo com os dados do ESEB (G13), há um consenso da sociedade de que os partidos deveriam representar o conjunto da população (74,4%). Poucos possuem a concepção de que os partidos devem representar os políticos (3,8%), o que de fato ocorre de acordo com a população, gerando uma enorme insatisfação da atuação representativa dos mesmos. De acordo com o G14, a maioria das pessoas possui uma carga negativa dos resultados da atuação dos partidos. O resultado é que as pessoas se distanciam da esfera política e associam negativamente as discussões e adesões partidárias:

G 14 – Os Partidos só servem para dividir as pessoas?



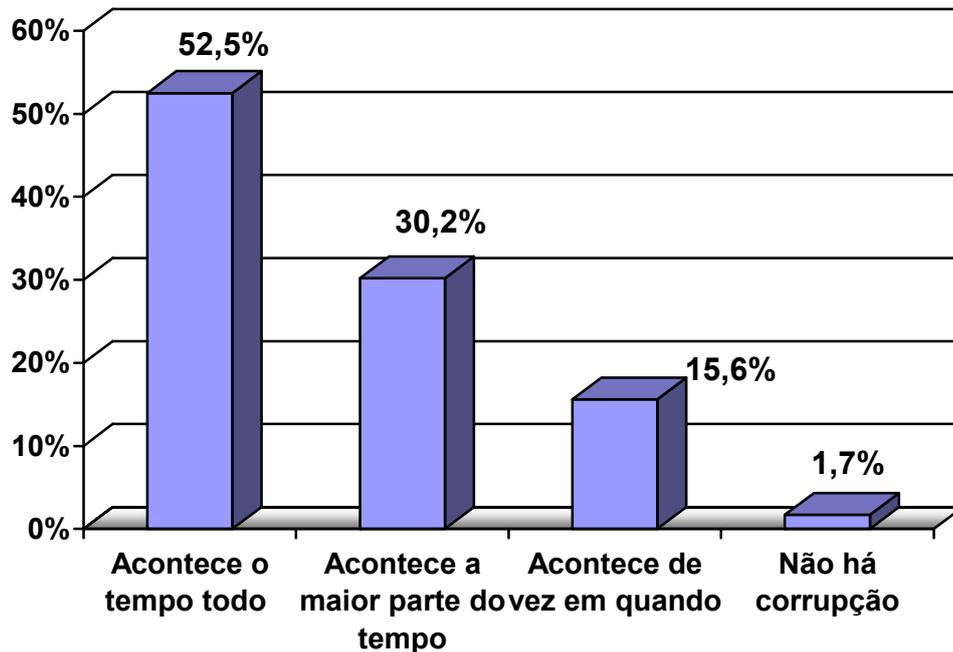
Fonte: ESEB 2002

Percebemos que 57,7% (“concordam muito” + “concordam um pouco”) dos brasileiros enxergam com certo grau de negatividade a atuação partidária, relacionando sempre a dissidência entre as pessoas.

O Político e a Corrupção para o Brasileiro

Assim como nos partidos políticos, os políticos não possuem uma avaliação louvável junto à sociedade. Vimos que o agente unitário de um partido no Brasil não é a sociedade, e sim o político, por isso, poucos brasileiros sentem-se representados pelos partidos. Ao avaliar os políticos no Brasil o fenômeno da corrupção sempre orbita a percepção popular. No Brasil chegam a ser indissociáveis a avaliação dos políticos e a percepção de corrupção. Apenas 1,7% dos brasileiros acreditam que não há corrupção entre os políticos no país (G15):

G 15 – Ocorrência de corrupção entre os políticos no Brasil

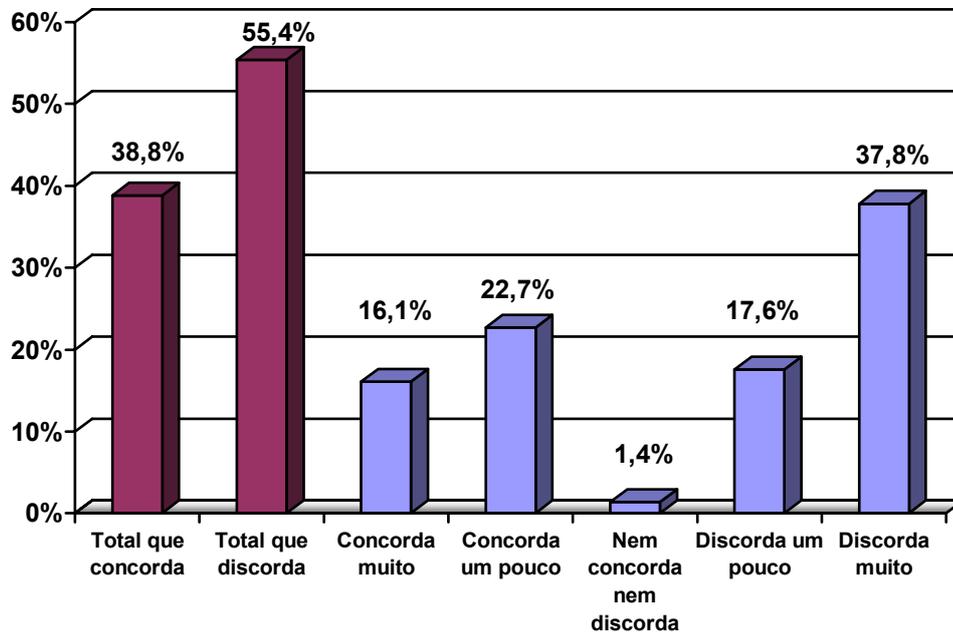


Fonte: ESEB 2002

A cultura da corrupção está tão inserida na nossa sociedade em relação aos políticos que 38,8% acreditam de alguma forma que políticos honestos não sabem governar (G16), 39,6% preferem um político que roube um pouco, mas faça muitas obras, do que o que não rouba nada e que faça poucas obras (G17) e 40,9% (G18) creditam o merecimento de voto da população ao político que rouba, mas faz. Uma parcela significativa dos brasileiros possui alta tolerância a políticos corruptos e de certa forma contribuem para a sua prática:

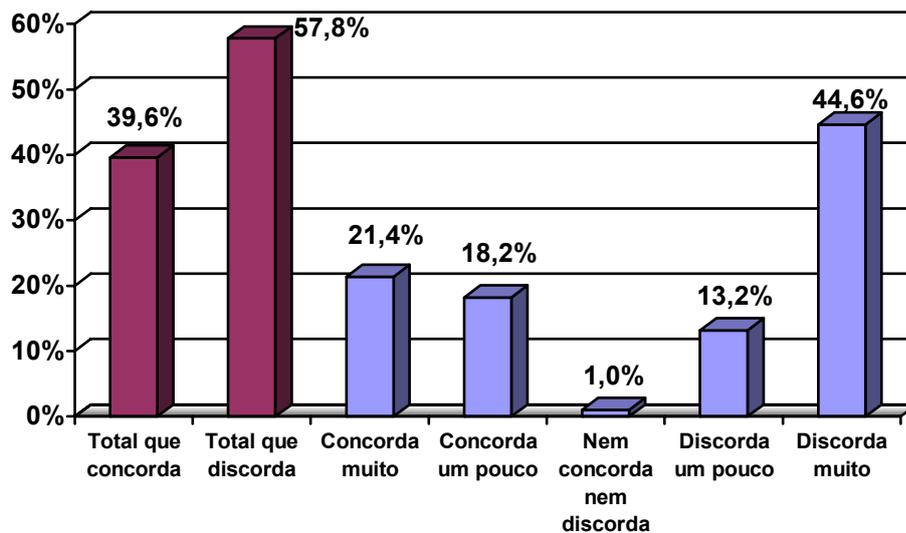
La persistencia y la extensión de la corrupción en el ejercicio de la función pública encuentran un terreno fértil cuando los ciudadanos se resignan a ella o contribuyen a practicarla. Un fuerte rechazo ciudadano a las prácticas corruptas es una valiosa herramienta de fiscalización y favorece el funcionamiento de mecanismos eficaces de prevención, control y sanción. (PNUD, 2004, p. 86)

G 16 – Políticos muito honestos não sabem governar



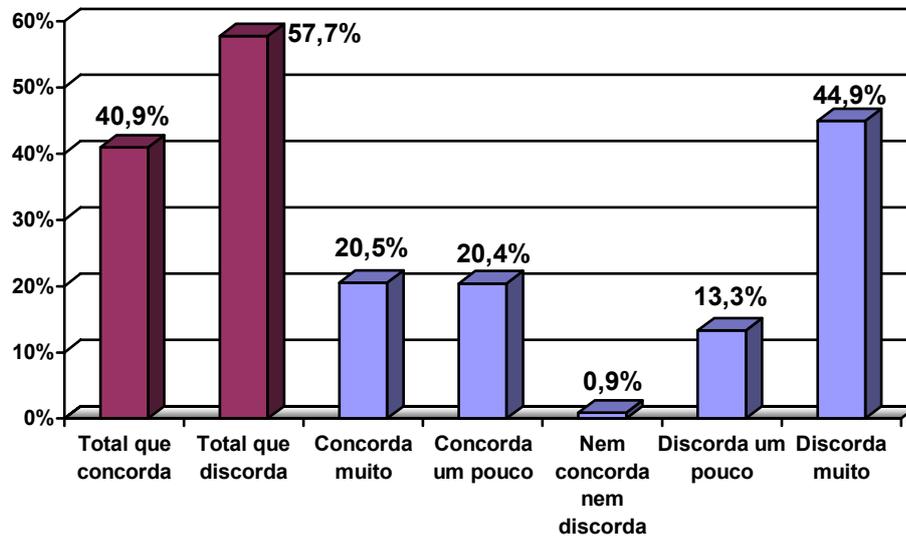
Fonte: ESEB: 2002

G 17 – É melhor um político que faça muitas obras, mesmo que roube um pouco, do que um político que faça poucas obras e não roube nada



Fonte: ESEB 2002

G 18 – Político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população



Fonte: ESEB 2002

A cultura da corrupção faz com que uma parcela significativa da sociedade admita políticos corruptos e, conseqüentemente, a política é vista de forma pejorativa, sempre associada a ganhos particulares resultante da expropriação do público. A percepção de corrupção é quase uma regra na América Latina de forma geral. Apesar da forte tolerância à corrupção dos políticos que o brasileiro possui de acordo com os gráficos acima, surpreendentemente o Brasil se encontra em uma posição confortável em relação aos outros países na América Latina. De acordo com os dados citados pelo PNUD (2004) da Transparência Internacional⁷, organização responsável por medir índice de corrupção nos países em uma escala de 11 pontos, em que números mais altos indicam menos corrupção, o Brasil, em 2002, empata com o Peru como o quarto país (dos 18 considerados democrático pelo PNUD – T 4) com menos corrupção na América Latina, com 4 pontos, perdendo para Chile (7,5), Uruguai (5,1) e Costa Rica (4,5). De acordo com o Fórum Econômico Mundial, responsável por índice semelhante ao da Transparência Internacional, em que numa escala de 7 pontos, quanto maior também menos corrupto, o Brasil encontrava-se, em 2002, empatado com o México em 6º lugar como o país menos corrupto da

⁷ De acordo com a Organização Transparência Internacional, a pontuação do Brasil na aferição da percepção à corrupção foi de 3,7 em 2005. Essa pontuação coloca o país na 61ª colocação em ordem crescente dos países mais corruptos (total de países: 159).

América Latina, com 4,82 pontos, perdendo para o Chile (6,34), Uruguai (5,88), Peru (5,21) El Salvador (5,16) e Colômbia (5,14). Comparativamente em relação à Europa Ocidental, pode se dizer que o fenômeno da corrupção possui índices catastróficos na América Latina, sendo o Chile o único exemplo que se aproxima da média dos países europeus:

T4 INDICADORES DE PERCEPCIONES SOBRE CORRUPCIÓN, 2002				
País	Transparencia Internacional		Foro Económico Mundial	
	1999-2001	2002	2001	2002
Argentina	3,5	2,8	4,28	4,42
Bolivia	2,0	2,2	4,26	3,56
Brasil	4,0	4,0	4,45	4,82
Chile	7,5	7,5	6,35	6,34
Colombia	3,8	3,6	4,73	5,14
Costa Rica	4,5	4,5	4,60	4,41
Ecuador	2,3	2,2	3,91	3,67
El Salvador	3,6	3,4	4,47	5,16
Guatemala	2,9	2,5	4,12	3,81
Honduras	2,7	2,7	3,64	3,84
México	3,7	3,6	4,40	4,82
Nicaragua	2,4	2,5	3,76	4,31
Panamá	3,7	3,0	4,26	4,52
Paraguay	..	1,7	2,77	3,55
Perú	4,1	4,0	2,31	5,21
República Dominicana	3,1	3,5	4,46	4,43
Uruguay	5,1	5,1	4,78	5,88
Venezuela	2,8	2,5	4,05	3,85
Región				
América Latina	3,6	3,4	4,37	4,52
Europa occidental	7,1	7,8	6,07	6,08

Notas: Los dos puntos seguidos (..) indican que la información no está disponible. Ambas organizaciones construyen su índice entrevistando a paneles de expertos que cada una de ellas selecciona. Obviamente, el resultado no tiene significación estadística numéricamente. Los datos de Transparencia Internacional consisten en una escala de 11 puntos, con números más altos indicando menos corrupción. La escala del Foro Económico Mundial es de 7 puntos, con números más altos indicando menor corrupción.

Fuentes: Lambsdorff 2001, pp. 234-236, y TI 2002.

Ainda no que se refere à corrupção, a conclusão para o Brasil não é diferente para o resto da América Latina: “Aun cuando existen algunos mecanismos de control, la información de la que se dispone sugiere que todavía se observan

prácticas de corrupción y clientelismo en la gestión de los asuntos públicos”. (PNUD, 2004, p. 86)

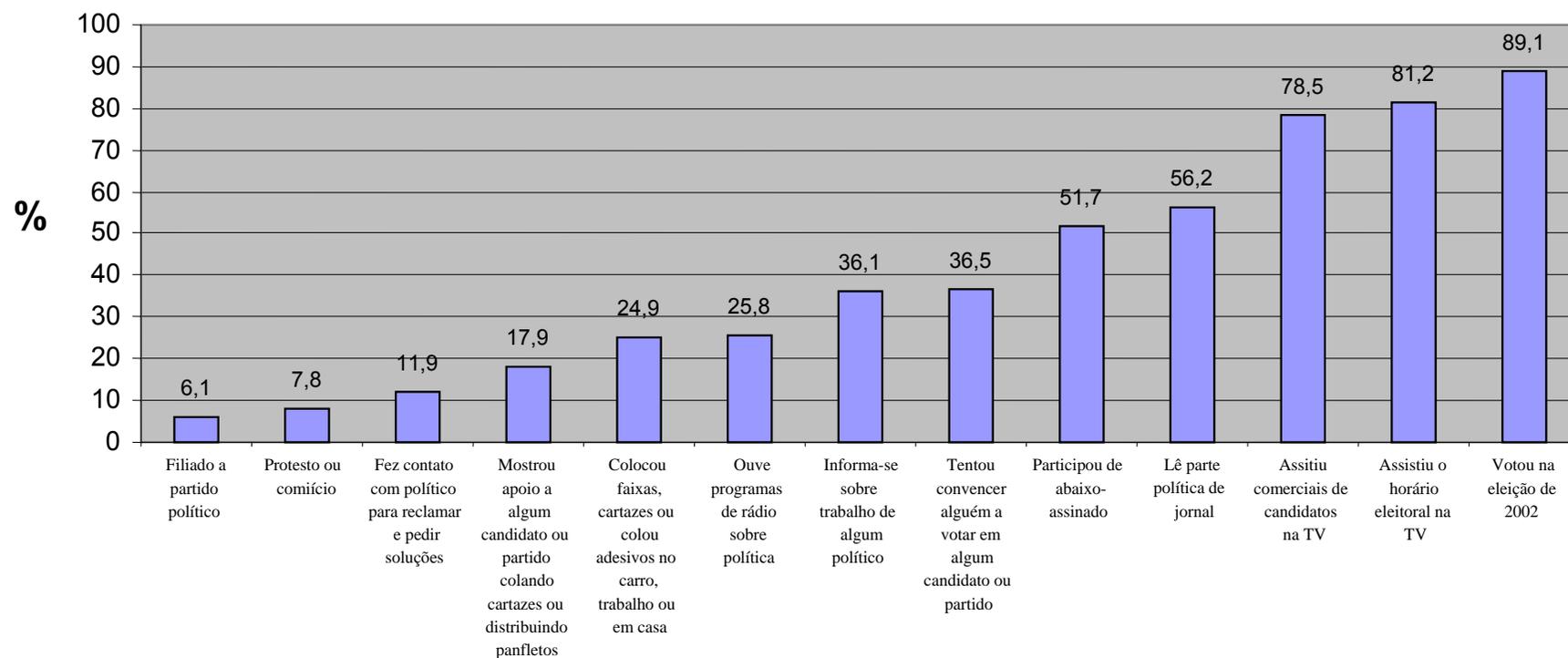
Capítulo III – TEORIAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Conforme já explanado, o conceito aqui utilizado de participação política é o utilizado em Baquero (1981) que converge para a explicação de Joseph La Palombara (1978 e 1982) que incluem formas convencionais e não convencionais, como o uso da violência como mecanismo de reivindicação política. É uma definição ampla de participação política longe de restringir-se ao voto.

O voto é um dos meios de participar politicamente. Em sua concepção mais ampla, tal atividade incluiria: discutir política com amigos e procurar persuadi-los a respeito de alguma questão política; alistar-se em partidos políticos e trabalhar pelos mesmos; assistir a reuniões políticas; arrecadar fundos (ou contribuir para os mesmos) em favor de candidatos ou partidos políticos – até mesmo concorrer a algum cargo público eletivo. (LA PALOMBARA, 1982, p. 419).

La Palombara (1982) observa que o nível de pró-atividade política do cidadão diminuiu conforme se afasta da modalidade de participação política em eleições presidenciais. Essa observação se confirma ao analisarmos o histograma de participação política (G 19) do Brasil e dos Estados Unidos (G 20).

G 19 – Participação Política no Brasil



Fonte: ESEB 2002

De acordo com o histograma de participação política no Brasil representado pelo Gráfico (G19), a atuação política do brasileiro não é tão restrita as participações que podemos considerar como passivas, como, por exemplo, assistir TV ou ler a parte política do jornal. De forma geral, não podemos considerar apático, em termos de participação política, um país onde numa eleição uma em cada quatro pessoas colocou faixas, cartazes ou pregou adesivos de seu candidato de preferência (24,9%), a maioria participou de abaixo assinados (56,2%), e uma parte considerável “panfletou” (17,9%).

Abaixo assinados, colar adesivos e distribuir panfletos é uma forma de participação política ativa, exigindo que de alguma forma o cidadão se expresse e firme sua opinião através de uma posição. Alguns podem afirmar que muitas das variáveis levantadas no histograma não podem ser consideradas participação política, mas o indivíduo quando toma uma simples atitude de colar um adesivo no carro ou na janela de casa, posicionando-se sobre determinado assunto e externalizando suas opiniões políticas para a sociedade, está ciente que está passivo de ser questionado sobre a sua opinião expressada. Pode ser que nunca aconteça de seu vizinho, seu filho ou até mesmo um transeunte qualquer perguntar sobre a opinião expressa publicamente por um simples adesivo, mas o indivíduo sabe que ele está passível deste questionamento. Não interessa o grau de informação do indivíduo ou sua capacidade de cognição para sustentar sua opinião, quando ele se expressa publicamente ele acredita estar minimamente respaldado, com argumentos consistentes ou não, para defender a sua opinião. Seja porque ele acredita nas propostas políticas de seu candidato, porque ele gosta do corte de cabelo do político ou até mesmo porque espera receber um par de sapatos do mesmo.

A pesquisa do ESEB não especifica sobre o teor dos abaixo assinados, mas não são necessárias digressões teóricas remetendo a teorias clássicas da democracia para justificar que o homem é um ser político por natureza. Demandas que exigem a assinatura de um indivíduo possuem representação simbólica muito

mais forte que um adesivo, que pode ser retirado a qualquer momento. Até porque o indivíduo geralmente não está de posse das assinaturas e sabe que uma vez firmada sua posição dificilmente ele encontrará nova oportunidade para retirá-la.

A participação alta dos brasileiros em fenômenos como abaixo-assinados, pode ser atenuada por um exercício de deturpação da “lógica da ação coletiva” (Olson, 1999), em que indivíduos em grandes grupos possuem a visão difusa das sanções ou logros de sua participação e os custos dessa participação são menores. Por outro lado, o custo de sua não participação é zero, e se ele agir como caroneiro (free rider) de atitudes alheias, ainda está sujeito a receber as benesses logradas pela atitude de seus pares. Por isso, não se pode justificar que um indivíduo subscreveu um abaixo assinado por milhões (em grandes grupos), por achar que o custo de sua ação é baixo, pois o custo de sua “não ação” é nulo. A não ser que se considere o constrangimento de se dizer “não” a quem pede a assinatura, subscrever um abaixo-assinado que represente grandes grupos é uma atitude relevante o suficiente para se caracterizar como uma participação política ativa. Em pequenos grupos a premissa de Olson se inverte e fica fácil compreender os altos custos ou benefícios da ação de subscrever um pleito. Os moradores da rua sabem, por exemplo, quem são os vizinhos que não assinaram para que a árvore da praça não seja cortada, esses arcam com todas as sanções, formais ou informais, de sua “não ação”. Agir ou não agir em pequenos grupos representam valores muito maiores de custo e benefício, por isso, não interessa o tamanho do grupo, subscrever um abaixo assinado é uma participação política relevante.

Mesmo assim, é quase consensual entre os formadores de opinião que o brasileiro possui aversão à participação política. A apatia política é lugar comum na sociedade brasileira. De certa forma, esta visão do brasileiro apático é justificável. É muito difícil para qualquer teórico compreender como, sendo um dos países com maior desigualdade social e de distribuição de renda do mundo (Bastos; Silva, 1995), com grande parte da população desempregada ou no trabalho informal⁸, taxa

⁸ De acordo com pesquisa do Datafolha em 2002, 45% dos trabalhadores do país ganham a vida de maneira totalmente informal.

de analfabetismo relativamente alta para os padrões das democracias ocidentais, alto índice de percepção à corrupção e baixo índice de confiança interpessoal (Power, 2002), o país não esteja passando por nenhuma convulsão social que ameace de certa forma o funcionamento da democracia. Wanderley Guilherme dos Santos (2006), por exemplo, não enxerga contradição no abismo social brasileiro com a apatia política, mas relação de causa e efeito. Para Santos, as “classes subalternas” possuem a clara percepção dos altos custos da ação coletiva na tentativa de mudança do status quo. De acordo com Santos, a sociedade brasileira reproduz a sua desigualdade, desestimulando e punindo tentativas fracassadas de reivindicações de mudança. O custo de uma mobilização fracassada dos ricos é muito baixo, quando não nulo, mantendo a mesma situação antes da reivindicação mal lograda. Entre os pobres, porém, o custo do fracasso é alto, como, por exemplo, perda do emprego e marginalização.

Atribuir este grau de racionalidade as “classes subalternas”, com capacidade, se não cognitiva, intuitiva, de se calcular o risco da ação coletiva, como faz Santos (2006), é um salto teórico que este trabalho não pretende dar. Ao contrário, acreditar que o brasileiro das classes desprovidas é apático é ignorar movimentos sociais da amplitude do Movimento dos Sem Terra (MST), que reivindicam a reforma agrária através de ocupação de propriedades privadas, ou até mesmo os verdadeiros Estados paralelos que predominam em regiões “quartelizadas” pelo tráfico de drogas onde até toque de recolher é informalmente instituído. As respostas às desigualdades cedo ou tarde chegam. A válvula de escape se dá tanto através de organizações sociais quanto nas organizações criminosas.

O alto custo do fracasso de reivindicações, argumentada por Santos, pode até ser o combustível do sistema de retro-alimentação formado pela apatia e desigualdade societária brasileira. Mas essa explicação não chega a ser perfeita, pois o alto custo de reivindicações fracassadas de classes subordinadas não é exclusividade brasileira e custa caro para qualquer sociedade no mundo. Desta forma, quaisquer transformações, quebras ou tentativas de quebras de status quo só

se dariam em grupos ou sociedades incapazes de calcular tal custo-benefício. E a história está repleta de exemplos dessas transformações. Seria a classe desprovida brasileira detentora de uma dívida inexplicável (levando em consideração a baixa instrução da mesma) que as qualificam para fazer tal cálculo racional de custo-benefício?

É provável que a concepção comum de que o brasileiro é apático advém da banalização das válvulas de escape das desigualdades. Exemplo dessas válvulas de escape são as participações políticas alternativas, como a ocupação de propriedades privadas e guetos quartelizados pela criminalidade. Essas participações alternativas são notícias tão banais e usuais quanto o noticiário esportivo de domingo, ao contrário do que ocorre em alguns países, com as questões sociais e materiais superadas, onde o desenvolvimento humano, social e econômico é que são banalizados. Nesses, o cidadão participar ou não já não é importante e a revolução no cotidiano não é necessária, a ponto de nem ser feriado em dia de eleições (Franklin, 1996). É presente nesses países o fenômeno da banalização da democracia, a ponto de torná-la entediante.

Como já dito anteriormente, La Palombara (1982) observou um certo padrão de participação política⁹ em que ao afastar-se do nível de votação nas eleições presidenciais, o grau de incidência de não-participação se eleva abruptamente. A conclusão de La Palombara (1982) ao observar o gráfico (G20) é que os níveis de participação política nos EUA sugerem algo bem distinto da concepção idealizada de cidadãos politicamente ativos e informados em uma teórica sociedade democrática.

La Palombara (1982) também relata estudo que, tal como Almond e Verba em *The Civic Culture*, analisa os EUA, Reino Unido, Itália, Alemanha e México, indicando que em todos os níveis de classe social, a filiação à organização política é fator vital de estímulo à participação. Ainda de acordo com La Palombara, pessoas

⁹ Padrão observado a partir de levantamento de participação política nos EUA, observando o período entre 1960 e 1964.

de classe social mais baixa tendem a chamada participação passiva, como membros manipulados, mobilizados e obedientes de uma ou mais das chamadas organizações voluntárias. “Seria de se esperar que essas organizações os liberassem como indivíduos; ao invés disso, elas os disciplinam como se eles fossem partes de uma massa arrebanhada organizacionalmente” (La Palombara, 1982, p. 422).

Por fim, La Palombara apresenta uma Tabela (T5), que indica que os dois mais importantes fatores que determinam a participação ou não são a classe social e a filiação organizacional. As pessoas politicamente mais ativas seriam as de classe superior com uma multiplicidade de filiações organizacionais:

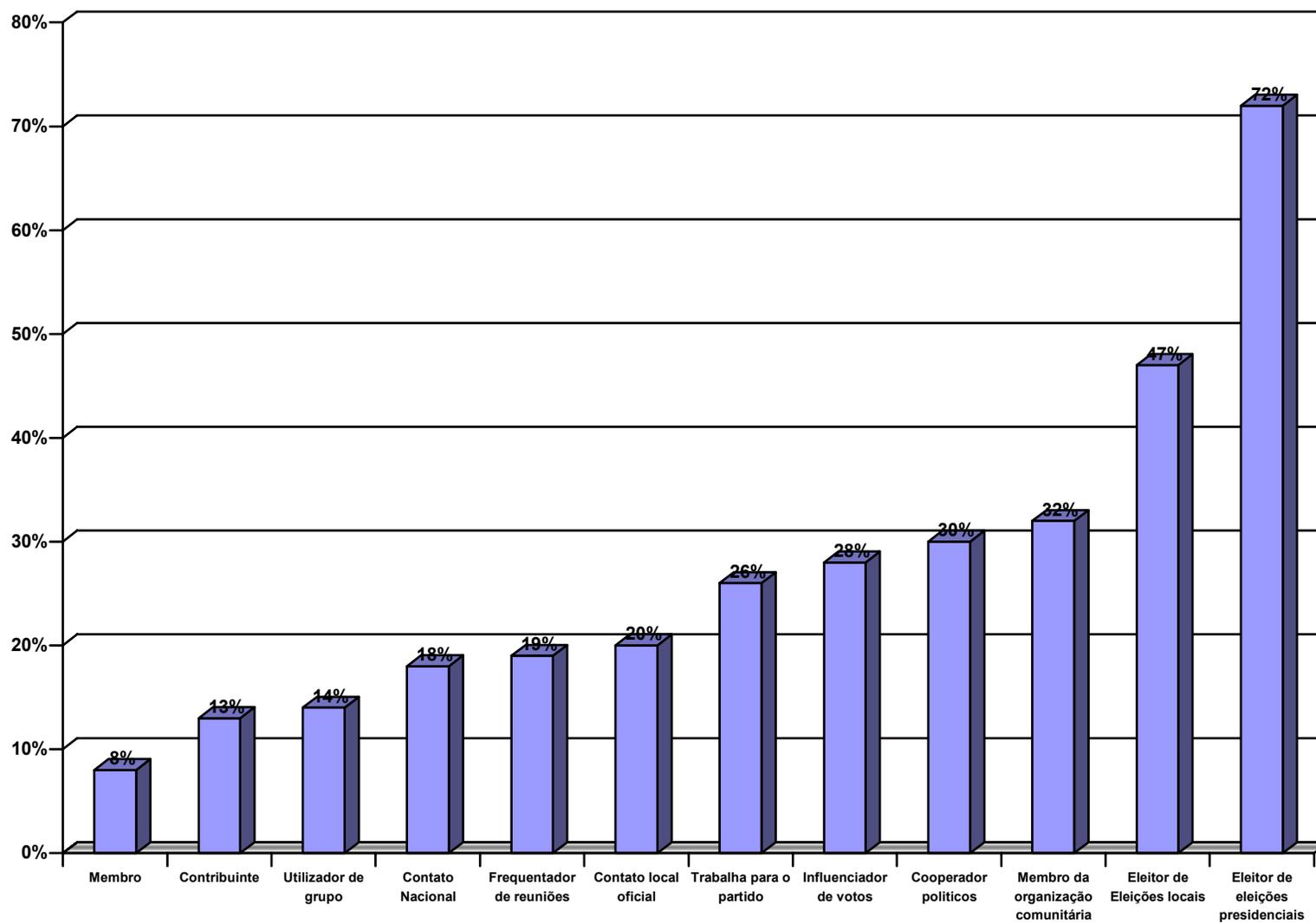
T 5 – Participação e Classe Social

	Superior	Média	Inferior
Membro de organização	70%	60%	50%
Não-membro de organização	35%	25%	15%

Fonte: La Palombara (1982). Os percentuais referem-se à proporção de 100% de cada categoria

Através da Tabela 5, percebemos que a participação em organizações e grupos de interesse é maior incidência nas classes Média e Superior. O resultado natural é que políticas acabam sendo feitas para cidadãos que participam politicamente. A agenda governamental acaba se distanciando daqueles que mais necessitam do logro de políticas públicas (Verba; Nie, 1972).

G 20 – Participação Política nos EUA (1960-1964)



Fonte: La Palombara (1982)

O cientista político Mark N. Franklin (1996), em análise de variações de participação eleitoral de vários países democráticos, observou 3 teorias que influem diretamente na participação: Recursos individuais; Mobilização política; e Motivação instrumental.

A teoria dos recursos individuais leva em conta a individualidade trazida pelas pessoas ao processo democrático (conhecimento, saúde, tempo entre outras). A teoria da mobilização enfatiza o papel que exerce a mídia, partidos, organizações e outros atores em instigar a participação de uma eleição. Por fim, a motivação instrumental é o senso que os indivíduos possuem se suas ações (ou pelo menos de sua ação somada aos seus pares que compartilham dos mesmos conceitos) poderiam afetar o resultado de uma eleição e no curso das políticas públicas.

De acordo com Franklin (1996), dentre as variáveis que compõem os recursos individuais, a idade é a variável mais contundente na influência para a participação eleitoral, seguida por participação partidária, discussão política, educação e participação religiosa. Como se percebe, para Franklin, a educação não possui a influência propagada por parte dos estudos de participação política: “Even if everyone in United States were colleged educated, for example, this would not bring turnout there even to levels found in medium-turnout countries such Britain.” (Franklin, 1996, p. 219). Veremos adiante, que essa observação não serve como explicação para o caso brasileiro.

A Influência de variáveis inerentes ao sistema na participação política no Brasil

Algumas variáveis inerentes ao sistema, e não ao indivíduo, também influenciam na participação eleitoral: Eleição proporcional ou majoritária; Registro automático ou voluntário; Feriado ou dia de trabalho nas eleições; existência do voto postal e/ou antecipado; e número de dias de uma eleição são algumas das variáveis influentes para o comparecimento. Em um estudo de 29 países, Franklin (1996) observa que o voto compulsório aumentou em 7,3% o comparecimento em relação

aos países que não o possuem; o voto postal em 4,43%; o voto de Domingo em 6,48%, e a eleição proporcional em 12%.

A despeito de todas as formas de participação política, observaremos agora, os acessos e obstáculos que o cidadão possui para a mais simples e banal forma de participação democrática: o voto. A primeira vista parece anacrônico este tipo de discussão, já que o princípio democrático está inerentemente ligado à delegação de poder, e o voto simboliza o ato fecundativo desta delegação. É notório o crescimento de estudos sobre novas formas de participação política da população, especialmente quando dedicados à sociedade civil organizada, mas apesar de exaustivamente já estudado, o “voto” é um tema que está longe de ser esgotado.

Após anos de implementação da democracia, alguns países possuem dispositivos que mantêm afastado do direito ao voto parcelas significativas da população. O Brasil é exemplo claro desta exclusão do direito ao voto. O processo eleitoral brasileiro ainda é frágil em garantir incentivos para aqueles que não podem arcar com os custos de deslocamento em uma eleição (seja por deficiência física¹⁰ ou financeira). Eleitores em trânsito, estrangeiros, condenados criminalmente e prestadores do serviço militar obrigatório são só alguns dos exemplos que representam um contingente populacional numeroso, e que não possuem o direito a ter direito ao voto.

A exclusão de uma massa tão numerosa do processo de votação acaba por deixar lacunas no sistema representativo de qualquer país. A negação do direito ao voto, bem como os obstáculos encontrados para aqueles que possuem o direito, mas não possuem condições de exercê-lo, contribuem para um considerável déficit de representatividade que em nada ajuda para uma atuação mais efetiva da democracia. A exclusão eleitoral é só o primeiro passo errado de um caminho que encontra ao seu fim, insatisfação, rejeição e indiferença ao sistema democrático.

Participação e exclusão eleitoral no Brasil

É fato que a legislação brasileira historicamente vem proporcionando mudanças que direcionam para a inclusão e participação de um contingente maior de eleitores. A suspensão da renda mínima na República (1889)¹¹, a concessão do sufrágio às mulheres (1932), o direito de voto aos analfabetos (1985), a redução da idade mínima para o voto – de 25 para 21 anos na Constituição de 1891, de 21 para 18 na Constituição de 1934 e facultativa para jovens de 16 e 17 anos na Constituição de 1988, e o próprio voto obrigatório, são exemplos claros da trajetória desta inclusão. Apesar de tudo isto, ainda existe um contingente considerável de excluídos do processo eleitoral, causando déficits de representatividade em nossa democracia. Este contingente é formado por eleitores que por algum motivo não podem estar presentes às seções eleitorais no dia da votação. Em geral são identificados pelos eleitores sem condições de arcar com os custos de deslocamento em uma eleição, deficientes físicos, presidiários, enfermos, e principalmente pelos eleitores em trânsito. Este último sendo tratado aqui de forma mais consistente.

A Insustentabilidade da exclusão dos eleitores em trânsito

Não existe a possibilidade de que todas as abstenções justificadas serem por motivos de trânsito. Além do eleitor em trânsito, a justificação pode ser feita por motivos de doença e quando o eleitor for funcionário público em serviço no dia do pleito. Mas não seria imprudente supor que a maioria das abstenções justificadas é relativa aos eleitores em trânsito. Existe ainda a possibilidade do eleitor justificar seu voto no prazo de 30 dias após a eleição, mas este é um dispositivo pouco divulgado cuja população possui pouco conhecimento. O conhecimento geral é de que o eleitor em trânsito deve ir a uma seção eleitoral munido de um documento e com o número de sua seção e zona eleitoral para que a justificação seja efetuada.

¹⁰ Em 2004, o Supremo Tribunal Federal decidiu por estabelecer o voto facultativo para os deficientes físicos. Ou seja, na incapacidade do Estado em garantir o direito ao cidadão, a justiça optou pela mudança da lei.

Os dados da Tabela 6 abaixo mostram os índices de eleitorado que se abstém e que acabam justificando a ausência no Brasil:

T 6 – Abstenção Eleitoral Justificada no Brasil

ANO	Justificativas (milhões)	% do total de Abstenções	% do total do eleitorado
1989	7,4	63	9
1990	7,3	62	7,7
1998	6	26,4	5,6
2002 (1º turno)	6,7	32,8	5,8
2002 (2º turno)	8,6	36,5	7,4

Fonte: TSE *apud* Nicolau (2003) e Cordova Jr. (2004) para dados de 2002.

Embora os eleitores que justificaram seus votos não passem de 10% do eleitorado registrado (ver T6), os eleitores em trânsito no Brasil constantemente tem representado um contingente maior do que a população de países do porte da Áustria ou Suíça. As abstenções justificadas, que representaram 63% do total de abstenções em 1989, chegaram a cair para 5,6% do eleitorado em 1998, representando 26,4% do total de abstenções. O crescimento das abstenções justificadas foi retomado nas duas eleições presidenciais de 2002, chegando a 7,4% do total do eleitorado registrado, representando a escandalosa exclusão de 8,6 milhões de eleitores do direito ao voto. É preciso salientar que é bem provável que os números relativos ao percentual de justificativas sobre o total de abstenções e sobre o eleitorado registrado deva ser bem maior devido aos eleitores já falecidos e que continuam registrados (Nicolau, 2003). Apesar de existir o dispositivo o qual os cartórios devam comunicar os óbitos aos órgãos eleitorais, este funciona de forma precária. O então presidente do TSE, Min. Sepúlveda Pertence, reconhece a fragilidade do funcionamento, argumentando com o fato de ser um serviço gratuito¹².

¹¹ Jairo Nicolau (2003) observa que a renda mínima não era responsável pela exclusão de um contingente significativo de eleitores, já que os trabalhadores dos mais modestos ofícios conseguiam com facilidade atingir o patamar de renda exigido.

¹² Entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura – 26/07/2004.

Fica ainda pendente a justificativa da exclusão dos eleitores em trânsito. Uma eleição presidencial é de interesse de qualquer eleitor que esteja em território nacional, o que torna incompreensível a exclusão do eleitor que esteja fora de seu domicílio eleitoral assim como em eleições para governadores, senadores e deputados (federais e estaduais) também não deveriam cercear o direito ao voto dos eleitores em trânsito que ainda se encontram dentro da jurisdição da eleição que ocorre em seu domicílio eleitoral. A argumentação de que o eleitor não tenha acompanhado as propagandas eleitorais torna-se insustentável, não por ela ser infundada, mas pelo fato de se presumir que o eleitor em trânsito, dentro da jurisdição de onde ocorre a eleição, tem tanto acesso às informações sobre os candidatos e plataformas quanto se estivesse em seu domicílio.

O que não se explica é saber que, em contraposição a milhões de excluídos por estarem em trânsito, o brasileiro que mora fora do país e que se registra como eleitor nas embaixadas possui o direito ao voto (presidencial)¹³, denunciando um verdadeiro paradoxo em nossa legislação eleitoral. Em eleições anteriores, a não inclusão desse contingente de milhões de eleitores em trânsito poderia ser justificada como prevenção de fraudes, pois seria muito difícil e dispendioso garantir que um eleitor de um determinado domicílio eleitoral transitasse por diversos outros domicílios votando mais de uma vez. Hoje em dia, a informatização das eleições (voto eletrônico e apuração) reduziu o tempo e custo dos processos procedimentais de uma eleição, tornando-se injustificável a exclusão dos eleitores em trânsito quando dentro da jurisdição eleitoral de seu domicílio.

Opções de inclusão eleitoral no Brasil

A preocupação política na inclusão destes milhões de eleitores parece que começa a se dar somente agora. No Anexo 1 constam os projetos de leis tramitando

¹³ Dados do TSE (maio de 2004) divulgam 59.841 eleitores registrados no exterior.

no Congresso Nacional que visam uma melhor acessibilidade às urnas; voto em trânsito; transporte gratuito no dia da votação; voto de cidadãos estrangeiros, dentre outros que visam uma maior inclusão eleitoral. Um exemplo desses projetos é o do Senador Valdir Raupp (PLS 207/2004) que altera o código eleitoral possibilitando o voto em trânsito. A questão da exclusão dos eleitores em trânsito não tem sido grande preocupação dos pesquisadores no Brasil. Jairo Nicolau (2003) chega a citar alguns dados sobre a abstenção justificada mas com o objetivo apenas de salientar que o déficit de participação política enquanto protesto do eleitor contra o sistema político não seria tão grave dado o contingente de justificativas:

Parece pouco razoável imaginar que eleitores que não votam e justificam o voto estejam protestando. Quando nada, para estes eleitores, ir as agências dos correios no dia do pleito ou à zona eleitoral posteriormente para justificar o voto é muito mais trabalhoso do que comparecer à seção eleitoral (NICOLAU, 2003, p. 280)

O autor não faz referência alguma sobre uma possível solução para a inclusão dos eleitores, utilizando os dados dos abstencionistas justificantes apenas para matizar o ato de protesto do eleitor. Independente das causas reais de abstencionismo justificado do eleitor brasileiro é pouco provável que seja mais “trabalhoso” justificar do que votar. O eleitor, quando nada, possui os custos de, tempo (o enfrentamento de longas filas no dia da eleição é uma variável quase constante), transporte, e sujeito aos mais diversos obstáculos climatológicos de um ato civil que deve ser cumprido em um dia não útil (feriado/domingo). Quando ele opta por não votar, o eleitor possuirá 30 dias pra justificar podendo também ser feito em agências dos correios e no momento que lhe for mais conveniente. O eleitor que sairia de casa para demonstrar sua insatisfação através do voto branco ou nulo poderia muito bem optar em se abster e depois justificar para não receber as sanções de sua ausência cívica.

Uma das raras propostas acadêmicas de inclusão dos eleitores em trânsito parte de Milton Cordova Jr. (2004) em que o autor chega a ensaiar uma proposta de reformulação na legislação eleitoral. Sua proposta difere do projeto de lei apresentado pelo Senador Valdir Raupp, pois advoga que o voto deveria ser

facultativo para os eleitores em trânsito e que estejam fora da jurisdição de onde os escrutínios estão ocorrendo, em eleições para Senadores, Governadores e Deputados (federais e estaduais). O autor não deixa claros os argumentos para que a jurisdição da eleição seja transposta e explica uma facultabilidade de votar em deputados (caso o eleitor se encontre no estado referente à eleição) devido às campanhas eleitorais regionalizadas. Apesar de existirem campanhas regionalizadas, assim como existem as campanhas de candidatos que conseguem votos em todo o estado, este tipo de argumentação se contradiz com o nosso sistema eleitoral de representação proporcional, que institucionalmente não é Distrital, como Cordova Jr. argumenta que existe, ou Distrital Mista, como pode ser detectado de fato. No projeto de lei tramitando no Senado, este dispositivo não existe, pois se faz necessário que o eleitor, fora de seu domicílio eleitoral, se encontre ao menos dentro da jurisdição da eleição. Presume-se assim que o eleitor tenha acompanhado às apresentações das plataformas e que vote em eleições que não estejam distante de sua esfera de interesses. Contraditoriamente, Cordova Jr. defende, no caso do eleitor em trânsito, a obrigatoriedade do voto para prefeito e a facultabilidade do voto para vereador. O projeto apresentado no Senado Federal por sua vez, não versa sobre eleições municipais.

O que nem Córdova Jr. (2004) e nem o projeto de lei do Senador Raupp prevêem é que antes da reformulação de qualquer lei que possa a vir incluir os eleitores em trânsito é demandado ainda um último investimento para que modificações propostas funcionem de fato. O voto eletrônico pode ter contribuído para uma apuração mais precisa e rápida, mas ainda se faz necessário à informatização dos cadastros e registros eleitorais. De certa forma, uma informatização de cadastros já foi feita em 1986, mas ao que parece, serviu apenas para impedir que um eleitor tivesse mais de um domicílio eleitoral registrado, assim como cancelar os títulos eleitorais de eleitores já falecidos. A tecnologia deve ser atualizada facilitando uma consulta instantânea que possibilite saber se o eleitor em trânsito já não tenha exercido seu direito ao voto em outro domicílio eleitoral em uma mesma eleição.

Opções de inclusão eleitoral no mundo

A preocupação em não excluir do processo eleitoral os eleitores ausentes, categoria que inclui os eleitores em trânsito, não é recente em outros países. Alternativas já são utilizadas por algumas democracias desde o início do século 20, entretanto, as alternativas postas em práticas se apresentam com alto custo para que a inclusão dos eleitores ausentes seja efetivada. As propostas e práticas de inclusão são discutidas no projeto ACE (Administration and Cost of Elections Project)¹⁴, e orbitam em torno do voto antecipado pessoalmente, voto pessoalmente fora do domicílio eleitoral, voto antecipado por correio, voto dos ausentes via fax, voto dos ausentes via Internet, voto através de urnas móveis, seções excepcionais para voto, voto por procuração e voto antártico, sendo as três primeiras opções as alternativas mais difundidas.

O voto antecipado pessoalmente é utilizado pelos eleitores que, não podendo comparecer ao local de votação no dia do pleito, optam por antecipar seu sufrágio. Para que isso aconteça, a jurisdição eleitoral deve abrir a possibilidade ao voto em lugares específicos antes do dia oficial da eleição. São alguns exemplos de lugares que utilizam este dispositivo, a Estônia, que autoriza o voto nos 5 dias que antecedem o pleito, Washington DC (EUA), que antecipa em 15 dias e Saskatchewan – Canadá, que antecipa em 5 dias. Na Suécia, onde este tipo de voto foi introduzido em 1942 para facilitar a participação de convocados para a II Guerra Mundial, nenhuma justificativa é preciso para que o voto seja antecipado, sendo utilizado, de acordo com dados do projeto ACE, por mais de 40% do eleitorado.

O “voto pessoalmente fora do domicílio” são para eleitores tipicamente em trânsito no dia das eleições. Este sistema assemelha-se com o projeto de lei do Senador Raupp, mas, assim como propõe Córdova Jr. (2004), não exclui da categorização os eleitores fora da jurisdição da eleição.

¹⁴ www.aceproject.org

O “voto antecipado por correio” é para eleitores que, na previsão de ausência do distrito eleitoral, requisitam o envio de uma cédula para o endereço que eles julgam que estarão. As desvantagens deste sistema de inclusão dos ausentes são os custos de envio e de dispositivos de verificação de que o voto foi dado pelo eleitor em questão, o cuidado em enviar a cédula em tempo hábil para que o eleitor a devolva com tempo de chegar até o dia da eleição, o risco de interceptação da correspondência, e a falta de monitoramento no ato do voto estando o eleitor vulnerável as mais diversas influências no ato de votação.

Na eleição presidencial estadunidense de 2000, foi noticiado com surpresa nos órgãos de imprensa o fato de uma cédula eleitoral do estado da Flórida ter sido enviado por correio para um destinatário errado na Dinamarca. Este fato somou-se ao processo conturbado de apuração de votos naquela eleição, principalmente no caso da Flórida, e contribuiu para a rotulação de uma possível ilegitimidade do processo eleitoral nos EUA. Tendo o conhecimento do dispositivo do voto pelo correio, tal episódio torna-se menos esdrúxulo do que realmente parece.

Segundo o IDEA (Institute for Democracy and Electoral Assistance)¹⁵, o sistema de voto pelo envio da cédula eleitoral pelo correio é utilizado na Espanha, Canadá, EUA, Austrália, Reino Unido, Alemanha, Finlândia, Islândia, Dinamarca e Nova Zelândia. Sendo que, no Reino Unido, 4% adotaram este tipo de voto nas eleições parlamentares de 2001. Na Dinamarca, sistema utilizado desde 1915, nas eleições parlamentares de 2001, 5% dos eleitores utilizou o voto postado. Na Islândia, que institui o voto postado em 1916, a maioria de marinheiros utilizam-se deste método, que representam de 10% a 20% dos eleitores. Na Finlândia, sistema utilizado a mais de 30 anos, a taxa de eleitores que se utilizam desta alternativa chega a 40%.

Até mesmo o “voto dos ausentes via fax” é outra opção inclusiva de eleitores. O eleitor faz sua requisição, recebe os formulários e cédula via fax e

retorna a transmissão ao seu domicílio eleitoral. Segundo o projeto ACE, os gastos para a adoção deste sistema são um pouco maiores do que o voto dos ausentes via postal. Isto porque há uma demanda maior de mão de obra no gerenciamento do sistema. Quanto à taxa telefônica de transmissão de fax assemelha-se com as taxas gastas com correio.

O “voto dos ausentes via Internet” é uma proposta que vem sendo discutida em muitos países. Em alguns lugares esta discussão já possui relativos avanços como, por exemplo, no estado da Califórnia, que elaborou um relatório sobre uma possível implementação desta opção (2000). No Reino Unido já existem experiências, como nas eleições de autoridades locais em 2002, em que foi utilizado como teste a alternativa do sufrágio via Internet e até mesmo via telefone celular, através do envio de mensagens de texto. A Irlanda é outro país que utilizou o voto via Internet como teste piloto em 3 jurisdições nas eleições parlamentares de 2002. Alemanha e Suécia também possuem discussões que apontam para a introdução da alternativa até 2010.

A preocupação principal na adoção do voto de Internet é a da segurança. Assinatura digital dos eleitores ou qualquer outra forma que possam identificá-los se faz necessário. Deve também existir uma página eletrônica isenta de possíveis invasões e fraudes dos chamados hackers, e para isso, constantes atualizações e modernizações no sistema devem ser promovidas, caracterizando assim um sistema de voto muito oneroso ao erário, pois necessitaria de contínuos investimentos.

O voto através de urnas móveis possibilita a inclusão eleitoral de eleitores que, antes do dia da eleição, requisitam para que a urna eleitoral seja levada por oficiais a determinado endereço. Uma variação desta opção é caracterizada pela instalação de uma urna eleitoral em um veículo oficial que percorreria a jurisdição eleitoral captando os votos.

¹⁵ www.idea.int

A instalação de seções eleitorais excepcionais em hospitais ou instituições similares serviria para atender eleitores impedidos de se deslocarem. As seções excepcionais servem também para incluir eleitoralmente eleitores encarcerados¹⁶. No Brasil, são suspensos os direitos políticos, incluindo o voto, de condenados criminalmente, enquanto durarem os efeitos da condenação. Com a fragilidade da capacidade de controle estatístico dos eleitores brasileiros, pelo fato de não haver uma lista única informatizada, fica difícil imaginar que esse dispositivo se cumpra além dos eleitores encarcerados, pelo menos no que se refere ao ato de votar. O voto é um ato importante para qualquer sistema prisional que possui a intenção de reabilitação e inserção do condenado na sociedade. A população carcerária é um contingente com demandas passíveis de representação e votar seria um dos poucos atos que simbolizaria para o encarcerado o Estado como agente provedor de suas reivindicações e não só como agente sancionador. Na América Latina, de acordo com Manatt & Manatt (2003) Peru e Porto Rico são os únicos países que permitem ao encarcerado o direito ao voto, e Trinidad & Tobago restringe o voto aos condenados a sentenças de menos de um ano. O Brasil, ao negar o direito de sufrágio aos presidiários, excluiu a representatividade de uma população de mais de 240 mil eleitores, segundo dados de 2002 (PNUD, 2004, p. 117).

O voto por procuração é outra forma de inclusão eleitoral, permitindo os ausentes determinar outra pessoa para que o ato de votar se concretize. O Reino Unido é um dos lugares em que o voto por procuração pode ser utilizado. É necessário que se faça antes um levantamento dos eleitores que se utilizarão deste dispositivo. Segundo o projeto ACE, o voto por procuração se caracteriza como uma das opções de menor custo de inclusão dos eleitores ausentes.

O voto antártico é um dispositivo de inclusão eleitoral utilizado pela Austrália que beneficia eleitores da região antártica. A comissão eleitoral australiana envia para cada navio ou estação da região antártica informações sobre os partidos e candidatos referentes ao domicílio eleitoral de cada integrante do local, a partir de

¹⁶ Segundo dados de Manatt & Manatt (2003), existem pelo menos 30 democracias que asseguram o voto carcerário e outras 26 que asseguram o direito sob algumas circunstâncias.

então as cédulas eleitorais são preparadas e os resultados são retransmitidos à comissão eleitoral.

Existem outras opções de inclusão de eleitores portadores de deficiência. O próprio Brasil, com suas urnas eletrônicas que possuem a numeração em braile, favorecem a inclusão eleitoral de eleitores com deficiência visual. A urna eletrônica favorece também a inclusão de eleitores analfabetos, pois o voto é feito através da digitação de números, diminuindo também o percentual de votos nulos (Nicolau, 2003). Alternativas para inclusão de eleitores analfabetos, como a impressão fotográfica em cédulas, são opções já testadas como, por exemplo, na África do Sul. O analfabetismo é um problema estrutural da sociedade e qualquer alternativa de inclusão eleitoral que não seja investimentos educacionais promovendo a diminuição do número de analfabetos é meramente paliativa.

Sobre a inclusão de eleitores com poucas condições financeiras de deslocamento às urnas, é praxe no Brasil e na maioria dos países democráticos que a seção eleitoral seja a mais próxima possível da residência do eleitor, mas este tipo de alternativa, apesar de importante, é insuficiente, pois ignora as constantes mudanças geográficas que o eleitor está sujeito. É pouco provável imaginar que toda vez que o eleitor se mude, apesar de continuar no mesmo domicílio eleitoral, a preocupação de mudança de seu registro eleitoral para uma seção mais próxima seja uma de suas prioridades. É necessário que alternativas como, por exemplo, as não cobranças de serviços de transporte coletivos no dia do pleito, sejam promovidas (Projeto de Lei 6362/05, do dep. Vicentinho – Anexo 1).

A despeito das opções de inclusão eleitoral nas mais diversas eleições e lugares, o que se percebe é um total distanciamento brasileiro de ações que visam diminuir a exclusão eleitoral. Independente da discussão sobre custos ou viabilidade dos projetos de inclusão, muito pouco, quando nada, tem sido feito para que eleitores ausentes, com deficiências físicas, ambientais e financeiras que prejudicam os seus acessos às seções eleitorais, sejam incluídos no processo de voto. Os resultados são graves déficits representativos à nossa democracia.

De acordo com o cientista político Gianfranco Pasquino (2002) o estímulo inicial a participação tem importância primordial nas democracias contemporâneas. Uma vez mobilizado a participar é provável que o eleitor continue "participante". O alijado da participação provavelmente continua "não participativo" caso inserido no processo e não estimulado. É nesse fator que reside a importância de criar acessos e meios para aqueles que nunca participaram do processo eleitoral insiram-se no processo decisório.

Pasquino (2002), ao analisar os cidadãos que se isentam da participação política eleitoral, ordena-os na seguinte ordem: 1º eleitor com baixo nível de instrução; 2º eleitor do sexo feminino; 3º eleitor com faixa etária muito avançada ou muito jovem. Veremos a seguir se esse ordenamento se comprova.

Capítulo IV – ALIENAÇÃO ELEITORAL

Dentre as mais diversas formas de participação política, percebe-se o papel central que o ato de votar possui nas democracias contemporâneas. Essa centralidade não exclui a importância das outras formas de participação já aqui apresentadas, mas nada é mais representativo e possui maior carga simbólica no rol de participações políticas do que o voto.

[...] o caráter democrático enfatiza o voto em eleições livres como sendo o ato supremo da cidadania. As eleições servem para uma variedade de funções, desde a escolha de governadores e o exercício de influência sobre as políticas públicas, até a expressão de discordância e repúdio em relação a pessoas e políticas que as majorias eleitorais não mais endossam. (LA PALOMBARA, 1982, p. 390)

Utilizamos a expressão “alienação eleitoral” para caracterizar os eleitores que se abstém do processo eleitoral juntamente com aqueles que expressam suas vontades anulando ou votando em branco. Em países como Brasil, onde o voto é obrigatório, a alienação eleitoral deveria ser desestimulada pelo sistema eleitoral, podendo gerar os chamados votos de protesto. Boa parte dos votos de protesto favorecem políticos com posições radicais que se encontram em extremidades do espectro ideológico. Por este fato, a apatia, descrença e insatisfação não se expressam somente através alienação eleitoral, podendo ser expressas através dos votos validados.

É preciso ressaltar que o pressuposto deste estudo de correlacionar a variável da alienação eleitoral com a consolidação da democracia e suas instituições apresenta-se apenas como um modelo para discussão acerca da temática democrática. Não necessariamente a alienação acontece através de algum descontentamento político refletido nas instituições democráticas. Não é incomum constatar altíssimos índices de abstenções em países em que o voto é facultativo, o que não representa necessariamente uma falta de consolidação da democracia no país. Aliás, o fato do voto ser facultativo (o que não é o caso do Brasil) pressupõe uma democracia supostamente consolidada cujos assuntos da esfera política são

perceptíveis no cotidiano do cidadão comum. Em contraste com essa democratização, Norberto Bobbio (1986) já constatava:

O efeito do excesso de politização pode ser a revanche do privado. A participação multidirecional tem o seu reverso da medalha, que é a apatia política. O custo que se deve pagar pelo empenho de alguns poucos é com frequência a indiferença de muitos. Ao ativismo dos líderes históricos ou não históricos pode corresponder o conformismo das massas. (BOBBIO, 1986, p. 57)

Desconsideraremos o excesso de politização para justificar a alienação eleitoral pois é notório esse não ser o caso do Brasil, que ainda possui uma democracia muito recente que passou por interrupções ditatoriais em comparação com democracias onde a população já está habituada com as instituições democráticas consolidadas ao ponto delas se diluírem ao cotidiano do cidadão. Essa diferenciação de democracias em países mais antigos e de países recentemente democratizados precisa ser estabelecida, assim como faz Robert Dahl:

Para os países recentemente democratizados, a dificuldade é saber se e como as novas instituições e as práticas democráticas podem ser reforçadas ou, como diriam alguns cientistas políticos, consolidadas, para que venham a suportar o teste do tempo, o conflito político e a crise. Para as democracias mais antigas, o problema é aperfeiçoar e aprofundar a sua democracia. (DAHL, 2001, p. 12)

O fenômeno da alienação eleitoral acaba por conglomerar os eleitores que de alguma forma optam por ausentar-se do processo decisório eleitoral (abster-se) ou mesmo comparecer e preferirem não delegar a sua representação.

A alienação pode caracterizar o protesto de determinados eleitores. Este protesto pode ser em relação a uma rejeição ao sistema delegativo da democracia representativa; rejeição ao sistema político específico, por vezes considerado injusto e pouco democrático; e conduta dos representantes insatisfatória, seja por suspeição de caráter na conduta ética ou por situação de crises econômicas e sociais que muitas vezes acabam por serem associadas à conduta dos políticos. Pouco dos eleitores que possuem a atitude de protesto optam por abster-se, pois protesto exige um certo grau de argumentação e informação do eleitor que se

importa e não está satisfeito. O indivíduo dificilmente se abstém em questões a qual ele possui um certo conhecimento e familiaridade. O eleitor de protesto possui a esfera política bem próxima de sua área de interesse, por isso a sua presença em eleição torna-se uma opção mais atrativa do que exercer seu protesto abstendo-se e sofrendo as sanções da sua ausência no escrutínio. Muitos eleitores preferem manifestar seu voto de protesto nas urnas, anulando seus votos, votando em branco e até mesmo votando em micro-partidos e políticos extremistas com poucas chances de lograr algum resultado eleitoral positivo.

O abstencionismo é elemento integrante, junto com os votos brancos e nulos, da alienação eleitoral. Conforme já explanado, de acordo com Pasquino (2002), o abstencionista possui características relativamente observáveis, como baixo nível de instrução, seguido por gênero do sexo feminino e, por último, a faixa etária muito avançada ou muito jovem.

Outra característica é que onde os partidos políticos estão bem organizados e presentes, a taxa de abstenção é moderada, onde eles estão em crise e pouco ativos, o abstenseísmo tende a crescer. Alguns teóricos alegam que a falta de participação chega a ser positiva, pois ela pode advir de uma satisfação plena do indivíduo com o sistema que acaba por fazer com que ele não tenha vontade de participar. A quebra de um status quo é bem mais difícil que mantê-lo, eleições periódicas acabam por caracterizar oportunidades que esta quebra se dê de fato. O indivíduo está satisfeito a ponto de saber que a sua participação não interferirá na manutenção do status quo que ele quer manter. O eleitor satisfeito acaba por possuir a vontade de não participar de um processo de manutenção de um sistema com o qual esteja satisfeito (Lipset, 1967). Esta tese se desfaz em eleições onde a competitividade torna-se maior. Em um ambiente de competição acirrada a quebra do status quo pode ser iminente, podendo fazer com que o indivíduo satisfeito, que antes se absteria, participe (Patterson; Caldeira, 1983; Downs, 1999; Franklin, 1996).

Em relação à falta de participação, é bom deixar claro que muitos politólogos (Sartori, 1994; Lipset, 1967) não a consideram uma ameaça à consolidação democrática. Sartori (1994), por exemplo, só considera a participação como elemento de autenticação em micro-democracias. Em grandes democracias a participação acaba-se por diluir, mas não deixa de ser menos efetiva. Os poucos participantes acabam por fazer melhor do que muitos inertes e passivos perante o sistema. Os efeitos colaterais do excesso de participação são por um lado o extremismo político que acaba sendo equilibrado por outro lado pela não participação dos apáticos.

Dentre os diversos motivos do abstencionismo podemos citar o elemento detectado nos estudos sobre cultura política (Almond; Verba, 1963; Baquero; Castro 1996; Moisés, 1995) como o sentimento de baixa eficácia da democracia, em que a população possui uma percepção distante de seus dirigentes considerando-os inacessíveis. Essa inacessibilidade age de forma que o cidadão pense que não interesse o quanto a sua participação política seja presente, de nada vai adiantar, pois suas atitudes de cidadão político não surtirão qualquer efeito decisório nas instâncias políticas democráticas. Seria a descrença no processo político de que o cidadão como um indivíduo (um voto) torna-se elemento de influência nas decisões políticas. É a decepção com as decisões coletivas expostas por Sartori (1994), onde o indivíduo julga que não vale a pena participar, pois o cidadão comum não controla diretamente as decisões gerais. A apatia pode também advir da indiferença do processo democrático eleitoral que o indivíduo possui. Neste, a esfera política é concebida como algo distante que não possui qualquer poder de determinação e influência nos elementos que o indivíduo considere de esfera mais próxima de seus interesses. Não podemos também esquecer que muitos indivíduos que sofrem de apatia política eleitoral são limitados perante o sistema. A falta de instrução contribui para que esta limitação se potencialize na hora do indivíduo discernir a importância de sua participação, significado e finalidade de todo o processo democrático eleitoral, diferenciação e assimilação de discursos dos candidatos entre outros elementos essenciais para a assimilação e decodificação de um processo eleitoral muitas vezes complexo.

Sufrágio Universal, Voto Facultativo e a alienação dos excluídos

É senso comum entre nossos legisladores e formadores de opinião na mídia a respeito se o voto no Brasil tivesse caráter facultativo, a participação eleitoral no Brasil seria pífia, alcançando níveis preocupantes para uma democracia embrionária. Em 2002, a alienação eleitoral no Brasil, representada pelos votos brancos, nulos e abstenções, girou em torno de 25% (24% para Câmara dos Deputados; 26,3% e 25,2% para eleições presidenciais, 1º e 2º turno, respectivamente). Percentuais muito inferiores a alienação nas eleições de 1994 (51,8%) e 1990 (51,7%) para Câmara dos Deputados ou de 1998 (36,2%), para Presidência da República. Ter mais da metade do corpo eleitoral sob a ótica da alienação não chegou a representar nenhuma decretação eminente da democracia. Mas de certeza, a não-participação eleitoral é um ingrediente a mais na mistura do bolo dos fracassos democráticos.

O fato é que o Brasil continua sendo o país com o maior eleitorado do mundo submetido ao regime do voto obrigatório. Considerando que uma parcela considerável de eleitores vota ao considerar essa obrigatoriedade, uma projeção da alienação eleitoral no país poderia ser aludida a partir de pesquisas que questionam o indivíduo a partir da suposta condição de não-obrigatoriedade. O que é apresentado aqui, não é uma defesa do voto obrigatório ou facultativo e sim a simples constatação se segmentos que demandam alta representação política por serem protagonistas históricos da exclusão social através de clivagens racial, etária, condição econômica, educacional e de gênero estariam participando ou não do processo eleitoral.

Veremos a seguir como se comportam os eleitores brasileiros, de acordo com as clivagens citadas, em relação à alienação eleitoral. Vale ressaltar que os votos brancos e nulos são colocados na mesma categoria, não por desconsiderar

que possam representar valores simbólicos diferenciados, mas por, ao cabo, serem ambos considerados votos inválidos no nosso sistema eleitoral.

A alienação dos Pobres

De acordo com dados relativos a taxa de intensidade de pobreza, tem-se:

T 7 – 20 municípios com menores Taxas em intensidade de pobreza

Município	Taxa	Abstenção %	Branco e nulos*%	Alienação %
Nova Roma do Sul (RS)	15,76	8,2	9,9	17,3
Fernando de Noronha (DE) (PE)	17,15	24,3	7,0	29,5
Arroio do Meio (RS)	19,22	10,0	8,5	17,6
Vanini (RS)	20,46	13,2	15,1	26,3
Borá (SP)	21,69	22,9	14,7	34,3
São Vendelino (RS)	21,87	8,2	7,3	15,0
Feliz (RS)	23,41	9,7	10,3	19,0
Harmonia (RS)	23,46	7,3	8,1	14,8
União da Serra (RS)	23,83	15,6	12,6	26,3
Brochier (RS)	23,92	10,2	10,2	19,3
Picada Café (RS)	24,01	8,0	7,4	14,9
Monte Sião (MG)	24,04	15,9	14,4	28,0
Américo de Campos (SP)	24,34	12,6	10,6	21,9
Carmo do Rio Claro (MG)	24,43	16,3	9,8	24,5
Bom Retiro do Sul (RS)	24,76	11,6	11,3	21,6
Vila Maria (RS)	25,21	12,9	11,5	22,9
Rodeio (SC)	25,42	11,2	10,9	20,9
Presidente Lucena (RS)	25,69	8,9	6,8	15,1
Salvador do Sul (RS)	25,72	8,4	8,2	15,9
Barão (RS)	25,80	10,0	11,2	20,1
Média	23,0	12,3	10,3	21,3
País		17,7	10,4	26,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000/TSE

*em relação ao comparecimento

Ao analisar os dados da Tabela (T7) podemos chegar a algumas observações pontuais:

- O déficit de participação eleitoral médio (alienação) dos 20 municípios menos pobres¹⁷ (21,3%) do país é menor do que a média nacional (26,3%). Os municípios menos pobres possuem um percentual de 5% a mais de participação política eleitoral do que a média brasileira.
- Não existe diferença significativa entre a média nacional (10,4%) e os 20 menos pobres em relação a variável Brancos e Nulos (10,3%). A diferença de alienação é quase na totalidade referente ao comparecimento eleitoral, em que a média dos menos pobres é 5,4% maior do que a média do país.

Concluí-se em relação a esses dois pontos que o eleitor médio nacional não se diferencia muito do eleitor com menores taxas de intensidade de pobreza quando se trata de anular ou votar em branco. Essa diferença se dá no percentual de abstenção. Ou seja, o eleitor menos pobre possui a tendência maior de comparecer às urnas que o brasileiro.

- 11,5% é a diferença entre os déficits de participação eleitoral entre o município com menor alienação entre os 20 menos em intensidade de pobreza (Harmonia/RS - 14,8%) e a média nacional (26,3%).

¹⁷ Entenda-se por “menos pobres” simplesmente os municípios com menor taxa de intensidade de pobreza. A expressão de forma alguma pode ser dicotomizada com “mais ricos”.

T 8 – 20 municípios com maiores Taxas em intensidade de pobreza

Município	Taxa	Abstenção %	Branco e nulos*%	Alienação %
Uiramutã (RR)	83,03	22,2	18,0	36,2
Normandia (RR)	81,95	15,6	11,3	25,1
Buritirama (BA)	79,96	23,7	28,3	45,2
Betânia do Piauí (PI)	78,32	15,5	22,5	34,5
Traipu (AL)	77,76	24,1	16,6	36,8
Belágua (MA)	76,9	19,4	28,0	41,9
Mateiros (TO)	76,61	27,7	32,6	51,3
Poço das Trincheiras (AL)	76,53	25,0	15,9	36,9
Pilão Arcado (BA)	76,34	31,5	19,6	45,0
São José da Tapera (AL)	76,25	28,2	21,0	43,3
Senador Rui Palmeira (AL)	75,56	23,1	19,0	37,8
Guajará (AM)	75,54	48,9	15,8	57,0
Envira (AM)	75,41	46,8	15,2	54,9
Centro do Guilherme (MA)	74,98	26,1	32,9	50,4
Santa Rosa do Purus (AC)	74,9	30,9	14,2	40,7
Brejo (MA)	74,8	23,6	25,3	42,9
Poço Redondo (SE)	74,58	22,7	20,0	38,2
Pauini (AM)	74,47	44,7	14,2	52,5
Barra do Ouro (TO)	74,29	22,1	21,9	39,2
Jordão (AC)	74,22	31,6	18,4	44,2
Média	76,62	27,7	20,5	42,7
País		17,7	10,4	26,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000/TSE

*em relação ao comparecimento

De acordo com T 8, observa-se que:

- A média de alienação eleitoral dos 20 municípios com maiores taxas de intensidade de pobreza é de 42,7%, aproximadamente 16,5% maior do que a média de alienação nacional (26,3%) e um déficit eleitoral médio 21,4% maior do que os 20 municípios com menores taxas de intensidade de pobreza (21,3%).
- A diferença em relação à média de alienação eleitoral do país se constrói tanto no comparecimento (10% menor que a média nacional) quanto nos votos brancos e nulos (10,1% maior que a média nacional).
- A diferença média de abstenção entre os pares de 20 municípios com maiores e menores taxas pobreza é de 15,4%. A diferença média dos votos brancos e nulos é de 10,2%.

Em relação a essa última observação, mais uma vez percebemos que o comparecimento continua a ser a variável com maior potencial diferenciador de participação política.

- 30,7% é a diferença do déficit eleitoral entre o município com maior alienação entre os 20 mais em intensidade de pobreza (Dois Guajará /AM - 57%) com a média nacional (26,3%). A amplitude entre o município com menor déficit (Harmonia) com o de maior déficit (Guajará), no que se refere à intensidade de pobreza, chega a 42,2%.

Aplicando-se o cálculo para identificar o coeficiente de correlação linear (r) de Pearson¹⁸ a fim de identificar se as variáveis “taxa de intensidade de pobreza (x)” e “déficit eleitoral (y)” possuem relevância entre si, têm-se:

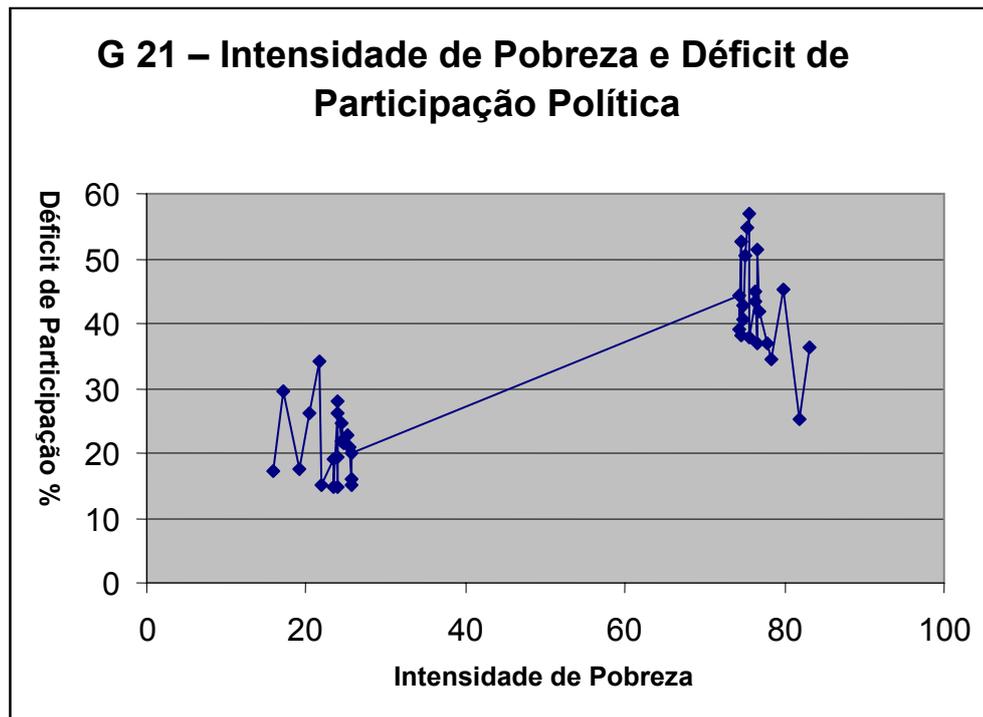
$$r = \frac{n \cdot \sum (x \cdot y) - (\sum x) \cdot (\sum y)}{\sqrt{n \cdot \sum x^2 - (\sum x)^2} \cdot \sqrt{n \cdot \sum y^2 - (\sum y)^2}} = 0,83$$

Sendo que $-1 \leq r \leq 1$, e, $r = 1$ representaria uma correlação positiva perfeita e $r = -1$ uma correlação negativa perfeita, conclui-se:

- Embora não contundente como a relação taxa de alfabetização, o $r = 0,83$ ¹⁹ indica uma forte correlação positiva entre taxa de intensidade de pobreza e déficit de participação eleitoral conforme se explicita no gráfico de dispersão que se segue:

¹⁸ O coeficiente de correlação linear de Pearson (r) mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação - se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica. Este coeficiente assume valores entre -1 e 1, em que $r = 1$ significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis; $r = -1$ significa uma correlação negativa, ou inversa, perfeita entre as duas variáveis; e $r = 0$ significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra.

¹⁹ Valores de \sum chegados de acordo com os cálculos intermediários demonstrados no Anexo 3.



Utilizando o método de regressão linear simples ao ajustar a equação de regressão ($\hat{y} = a + b.x$) aos dados, podemos verificar o quanto a alienação eleitoral (y) pode ser explicada pelos índices de intensidade de pobreza dentro de nossa amostra. Através dos cálculos intermediários do anexo 3, obtemos $a = 12,66$ e $b = 0,38$. A equação de regressão configura-se como $\hat{y} = 12,66 + (0,38)x$. Essa equação representa a reta predita que passa pela nuvem de dispersão formada pelas variáveis do G21. É necessário o cálculo do coeficiente de determinação (R^2) para considerarmos o poder explicativo da intensidade de pobreza para a alienação eleitoral. O R^2 é sintetizado à seguinte razão que determina a variação explicada dividido pela variação total²⁰:

$$R^2 = \frac{\sum (\hat{y} - \bar{Y})^2}{\sum (y - \bar{Y})^2} = 0,68$$

Constatando que $R^2 = 0,68$, infere-se que dentro da amostra trabalhada de 40 municípios, a intensidade de pobreza explica 68% dos casos de alienação

²⁰ \bar{Y} é a média aritmética de y

eleitoral. Verifica-se que com coeficiente de correlação de pearson ($r= 0,83$) elevado ao quadrado é o valor de R^2 obtido pelo cálculo encimado.

A alienação dos analfabetos

Veremos agora a importância da educação para a participação política eleitoral. Para alguns pesquisadores como Patterson e Caldeira (1983) e Franklin (1996), os estudos sobre a mobilização política inflacionam a importância das variáveis socioeconômicas, principalmente a educacional, e ignoram alguns efeitos de variáveis contextuais para a participação política, como gastos de campanha, competição partidária e a presença ou não de eleições simultâneas.

Samuel Patterson e Gregory Caldeira (1983), ao analisarem as eleições para governadores nos EUA em 1978 e 1980, perceberam a influência que o ativismo e competitividade eleitoral possuem sobre a participação política. A competitividade eleitoral se insere na já explanada teoria da mobilização observada por Franklin (1996). Patterson e Caldeira acreditam que eleições mais competitivas estimulam maiores recursos para campanhas eleitorais que resultam em uma maior mobilização do eleitorado. Por sua vez, segundo esses pesquisadores, a variável educacional não teria o impacto para a participação política eleitoral que muitos imaginam. Eles constataram que nos EUA o percentual de cidadãos com o segundo grau completo aumentou consideravelmente em algumas décadas, o mesmo não acontecendo com o índice de participação eleitoral.

O erro de Patterson e Caldeira (1983) não é o menosprezo pela importância da variável educacional na análise da participação eleitoral, e sim o parâmetro adotado para desconsiderar sua importância. É evidente que em determinado momento pouco importará para a mobilização de participação política se o cidadão é escolarizado ou muito escolarizado. A instrução mínima para a mobilização política já foi alcançada. No caso dos EUA, torna-se plausível pelos estudos de Patterson e Caldeira, que não importa muito para a participação política se o cidadão possui

segundo grau. Mas esse é um modelo que só pode ser adotado nos EUA ou outro país educacionalmente desenvolvido. No caso estadunidense, o cidadão alcança antes do segundo grau um aprimoramento de sua orientação cognitiva, avaliativa e até mesmo uma sofisticação de sua orientação afetiva que estimule sua mobilização política. O desenvolvimento dessas orientações é essencial para a formação dos valores cívicos do cidadão.

T 9 - Estatística do Eleitorado por Sexo e Grau de Instrução

Pesquisa Brasil - Junho / 2006

OBS: a informação sobre o grau de instrução é de responsabilidade do eleitor

Grau de Instrução	Masculino (M)	% M/T	Feminino (F)	%F/T	Não Informado (N)	% N/T	Total (T)	% T/TT
NAO INFORMADO	84.295	45.85	93.219	50.7	6.340	3.45	183.854	0.15
ANALFABETO	3.860.208	46.64	4.401.478	53.18	14.652	0.18	8.276.338	6.57
LE E ESCREVE	10.850.732	50.94	10.351.429	48.59	99.619	0.47	21.301.780	16.92
PRIMEIRO GRAU INCOMPLETO	22.178.661	50.65	21.579.142	49.28	28.121	0.06	43.785.924	34.77
PRIMEIRO GRAU COMPLETO	4.854.974	48.96	5.050.700	50.94	10.203	0.1	9.915.877	7.88
SEGUNDO GRAU INCOMPLETO	9.894.129	46.54	11.358.356	53.43	4.842	0.02	21.257.327	16.88
SEGUNDO GRAU COMPLETO	5.864.403	41.66	8.203.009	58.27	9.448	0.07	14.076.860	11.18
SUPERIOR INCOMPLETO	1.377.952	47.11	1.545.662	52.84	1.638	0.06	2.925.252	2.32
SUPERIOR COMPLETO	1.888.209	45.06	2.299.288	54.87	2.770	0.07	4.190.267	3.33
TOTAL (TT)	60.853.563	48.33	64.882.283	51.53	177.633	0.14	125.913.479	100

Fonte: TSE

Em 2001, o analfabetismo funcional do Brasil era próximo dos 74%²¹, percebemos pela tabela 9 que o Brasil é um país com uma massa eleitoral de analfabetos considerável. São quase 30 milhões de eleitores, se considerarmos também aqueles que somente lêem e escrevem, o que representa aproximadamente 23% do total do eleitorado. Nesses termos, sem as condições educacionais mínimas, desconsiderar essa variável como influente na mobilização de participação política não seria apropriado. Não há de se esperar de um analfabeto o desenvolvimento mínimo de nenhuma das orientações necessárias para a cultura cívica elevada. Analisamos agora, através dos 20 municípios com maiores e

²¹ Resultado do primeiro indicador nacional de analfabetismo funcional divulgado em dezembro de 2001 pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro. No resultado 9% dos brasileiros são analfabetos, 31% só entendem anúncios ou títulos (nível 1), 34% conseguem encontrar informações não implícitas em pequenos textos (nível 2) e apenas 26% dos brasileiros entre 15 e 65 anos conseguem ler e entender e interpretar textos (nível 3). Dos universitários ou aqueles que terminaram o nível médio, 35% não alcançam o nível 3. (UnB revista, Ano II, n. 5, p. 09)

menores taxas de alfabetização, o nível de influência deste grau de instrução para a participação política:

T 10 – 20 municípios com maiores taxas de alfabetização

Município	Taxa	Abstenção %	Branco e nulos*%	Alienação %
São João do Oeste (SC)	99,09	15,7	5,6	20,4
Morro Reuter (RS)	98,41	7,7	10,2	17,0
Harmonia (RS)	98,21	7,3	8,1	14,8
Pomerode (SC)	98,13	9,2	8,3	16,7
Bom Princípio (RS)	98,08	7,5	8,5	15,3
São Vendelino (RS)	98,06	8,2	7,3	15,0
Feliz (RS)	98,06	9,7	10,3	19,0
Lagoa dos Três Cantos (RS)	98,05	10,5	6,6	16,4
Salvador das Missões (RS)	97,77	14,5	4,0	18,1
Ivoti (RS)	97,71	8,2	6,5	14,1
Quatro Pontes (PR)	97,57	13,4	6,7	19,2
Vale Real (RS)	97,46	8,4	9,9	17,5
Timbó (SC)	97,4	9,0	6,8	15,2
Dois Irmãos (RS)	97,36	6,6	5,8	12,1
Jaraguá do Sul (SC)	97,35	9,9	5,0	14,5
São José do Hortêncio (RS)	97,31	7,9	8,2	15,5
Teutônia (RS)	97,29	9,3	8,3	16,8
Blumenau (SC)	97,21	10,7	6,5	16,5
Linha Nova (RS)	97,2	12,0	13,0	23,4
Nova Petrópolis (RS)	97,19	10,2	8,7	18,0
Média	97,7	9,8	7,7	16,8
País		17,7	10,4	26,3

*em relação ao comparecimento

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – 2000/TSE

Podemos observar que:

- A média de alienação eleitoral dos 20 municípios com maiores taxas de alfabetização (16,8%) é de aproximadamente 10% menor do que a média de alienação nacional (26,3%).
- Novamente, assim como se observa com o índice de intensidade de pobreza, o comparecimento eleitoral é responsável pela maior disparidade de comportamento entre os 20 municípios com maior alfabetização e a

média do país (7,9% a mais). Os Brancos e nulos se aproximam, sendo a média nacional apenas 2,7% maior.

- 14,2% é a diferença do déficit eleitoral entre o município com menor alienação (Dois Irmãos/RS - 12,1%) com a média nacional (26,3%).

T 11 – 20 municípios com menores Taxas de Alfabetização				
Município	Taxa	Abstenção %	Brancos e nulos*%	Alienação %
Jordão (AC)	39,34	31,6	18,4	44,2
Itamarati (AM)	40,05	46,5	20,1	57,3
Caraúbas do Piauí (PI)	40,17	14,5	22,5	33,7
Guaribas (PI)	40,98	22,2	26,0	42,4
Manari (PE)	42,99	25,1	30,9	48,3
Casserengue (PB)	43,05	16,4	25,0	37,3
Santa Rosa do Purus (AC)	43,16	30,9	14,2	40,7
Capim (PB)	43,36	24,9	25,9	44,3
Caxingó (PI)	43,58	11,9	18,7	28,3
Fernando Falcão (MA)	44,43	14,1	28,8	38,9
Curral de Cima (PB)	44,73	30,2	26,6	48,7
Massapê do Piauí (PI)	44,88	11,7	24,6	33,5
Coronel João Sá (BA)	45,09	25,7	31,7	49,2
Vera Mendes (PI)	45,32	13,0	31,5	40,4
Branquinha (AL)	45,36	26,1	20,0	40,9
Paquetá (PI)	45,37	11,6	17,6	27,2
Murici dos Portelas (PI)	45,59	13,6	20,1	31,0
Poço Dantas (PB)	46,51	17,6	23,5	37,0
Ipixuna (AM)	46,62	47,1	14,0	54,6
Traipu (AL)	46,87	24,1	16,6	36,8
Média	43,87	22,9	22,8	40,7
País		17,7	10,4	26,3

* em relação ao comparecimento

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – 2000/TSE

Observamos pela Tabela (T11) que:

- A média de alienação eleitoral dos 20 municípios com menores taxas de alfabetização (40,7%) é aproximadamente 14,5% maior do que a média de alienação nacional (26,3%) e um déficit eleitoral médio 24% maior do que os 20 municípios com maiores taxas de alfabetização (16,8%).
- O comparecimento eleitoral, ao contrario dos municípios com 20 maiores taxas de alfabetização, não é o principal fator de disparidade com a média

nacional (5,2% a mais). Os votos brancos e nulos são os maiores responsáveis pela diferença (12,4% a mais que a média nacional).

Percebe-se por essa última observação um agravante em relação aos eleitores sem instrução. Enquanto os mais pobres somente diferenciam-se dos menos pobres em relação ao comparecimento eleitoral, os eleitores com menores índices de alfabetização comparecem menos e sabem votar menos ainda quando comparecem em relação aos mais instruídos.

- A diferença média de abstenção entre os pares de 20 municípios com maiores e menores taxas de alfabetização é de 13,1%. A diferença média dos votos brancos e nulos é de 15,1%
- 31% é a diferença do déficit eleitoral entre o município com maior alienação (Dois Itamarati - AM / 57,3%) com a média nacional (26,3%). A amplitude entre o município com menor déficit (Dois Irmãos) com o de maior déficit (Itamarati) chega a 45,2%.

Aplicando-se o cálculo para identificar o coeficiente de correlação linear (r) de Pearson a fim de identificar se as variáveis da taxa de alfabetização (x) e déficit eleitoral (y) possuem relevância entre si:

$$r = \frac{n \cdot \sum (x \cdot y) - (\sum x) \cdot (\sum y)}{\sqrt{n \cdot \sum x^2 - (\sum x)^2} \cdot \sqrt{n \cdot \sum y^2 - (\sum y)^2}} = r = -0,90$$

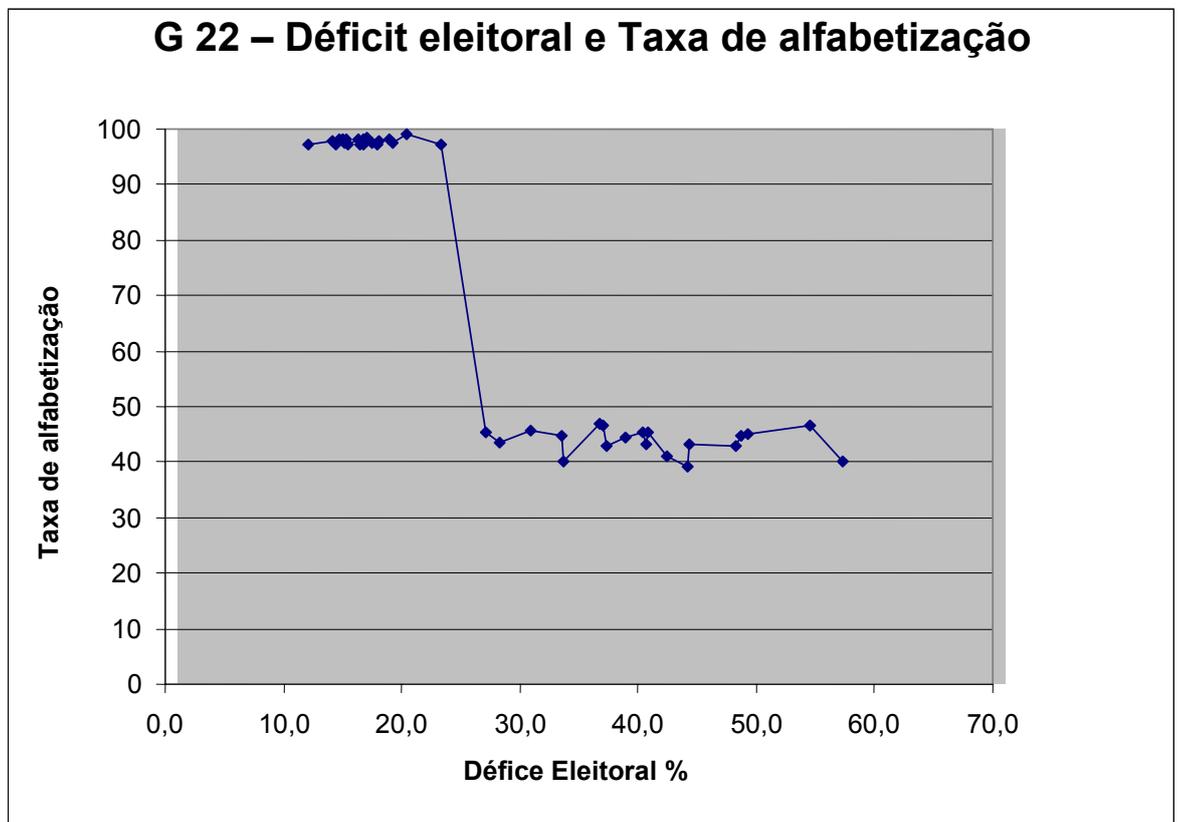
Sendo $-1 \leq r \leq 1$, e, $r = 1$ representaria uma correlação positiva perfeita e $r = -1$ uma correlação negativa perfeita, conclui-se:

- O $r = - 0,90^{22}$ indica uma forte correlação negativa entre taxa de alfabetização e déficit de participação eleitoral conforme se explicita no gráfico de dispersão que se segue:

Utilizando o mesmo cálculo de R^2 obtido na variável intensidade de pobreza, podemos inferir o quanto a variável taxa de alfabetização é determinante, dentro da amostra selecionada, para a alienação eleitoral dos municípios utilizados:

$$R^2 = \frac{\sum (\hat{y} - \bar{Y})^2}{\sum (y - \bar{Y})^2} = 0,81$$

Conclui-se que 81% dos casos de alienação eleitoral dos municípios da amostra utilizada são determinados pela taxa de alfabetização. Mais uma evidência de que ser iletrado pesa muito mais na hora de determinar a participação política do que ser pobre.



Fonte: TSE (x) e Atlas de Desenvolvimento Humano (y)

²² Valores de \sum chegados de acordo com os cálculos intermediários demonstrados no Anexo 2.

Assim como Patterson e Caldeira (1983) identificaram que chegar ao segundo grau de escolaridade não importa para a elevação da participação política nos EUA, o Brasil também tem um ponto ótimo de escolaridade cuja mobilização para a participação já não se altera. Obviamente, esse ponto ótimo deve variar conforme a qualidade da educação escolar oferecida em cada país. No Brasil, de acordo com a Tabela (T12) abaixo, pouca influência teria na presença eleitoral o cidadão ter o 1º grau (de 5ª até 8ª série). Inclusive, os analfabetos (sem instrução) estariam mais propensos à participação (47,7%) do que aqueles que possuem primário (até 4ª série – 41,8%) ou o 1º grau (43%). Em relação ao 2º grau, o comparecimento teria um crescimento considerável (58,8%), aumentando ainda mais com o nível Superior ou acima (76,7%).

Tabela 12 - Votaria caso o voto não fosse obrigatório X Escolaridade

		Escolaridade -					Total
		Sem instrução	Até 4a. série	De 5a. a 8a. série	2o. grau	Superior ou mais	
Votaria caso o voto não fosse obrigatório	Não	51,8%	56,3%	56,1%	38,9%	17,7%	45,5%
	Sim	47,7%	41,8%	43,0%	58,8%	76,7%	52,3%
	Talvez/depende	,5%	1,8%	,9%	2,3%	5,6%	2,2%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ESEB 2002

Conclui-se que a agregação de conhecimento cognitivo e avaliativo e o desenvolvimento de uma cultura cívica ocorrem no Brasil, de forma geral, a partir do 2º grau. Obviamente, a qualidade dos serviços escolares oferecidos varia de região para região. Em Porto Alegre/ RS, por exemplo, de acordo com pesquisa realizada 6 anos antes dos dados do ESEB (Castro et al., 1997), cidadãos com 2º grau estariam mais propensos à participação eleitoral (69,7%) do que até mesmo aqueles que possuem curso superior (66,7%). Entre as pessoas com 1º grau, 45,8% votariam caso o voto fosse facultativo.

Utilizando-se da mesma sistemática argumentativa de Patterson e Caldeira (1983), a educação não seria importante para a participação política em Porto Alegre, pois provavelmente a participação não aumentaria caso o número de pessoas com curso superior crescesse. É claro que essa conclusão é falaciosa e resulta no erro de parâmetro dos referidos autores para desconsiderar a importância da variável educacional na participação política eleitoral.

Ter 2º grau em Porto Alegre representa um aumento de aproximadamente 24% do potencial participativo eleitoral do cidadão, enquanto no Brasil, essa mesma faixa de escolaridade representa um aumento de 15,6%. Enquanto ter curso superior não representa aumento do potencial de participação política eleitoral em Porto Alegre (decrécimo de 3% em relação ao 2º grau), no Brasil, isso representa um aumento de 33,5% (em relação ao 1º grau) e 17,9% (em relação ao 2º grau) (ver T13 abaixo, recodificado para ponderação).

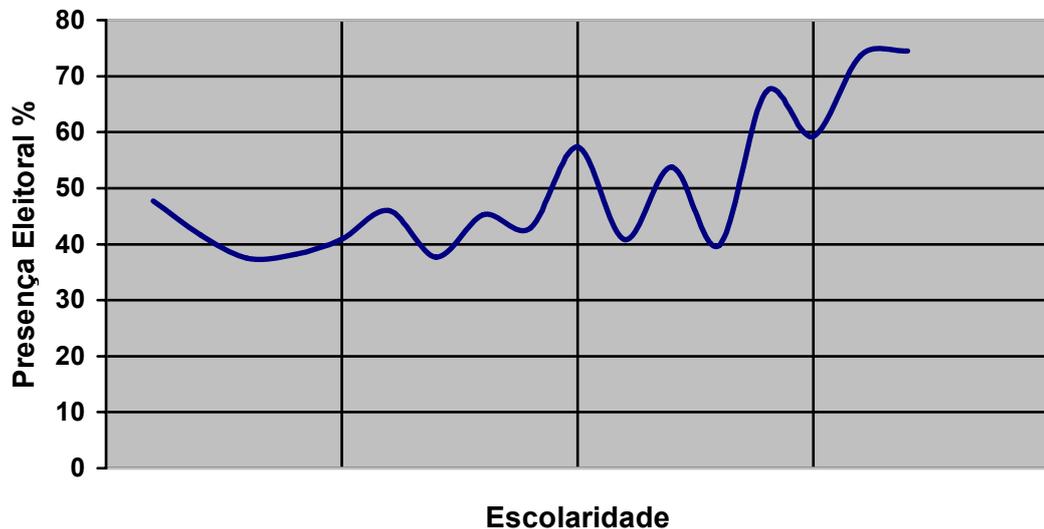
Tabela 13 - Votaria caso o voto não fosse obrigatório X Escolaridade - recodificada

		Escolaridade - recodificada			Total
		Até 8a. série	2o. grau	Superior ou mais	
Votaria caso o voto não fosse obrigatório	Não	55,6%	38,9%	17,7%	45,5%
	Sim	43,2%	58,8%	76,7%	52,4%
	Talvez/depende	1,3%	2,3%	5,6%	2,2%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ESEB 2002

Em uma análise mais detalhada (Anexo 5 sem recodificação) dos dados da participação eleitoral potencial em caso de voto facultativo com níveis de escolaridade, obtemos a seguinte curva (G23):

G 23 – Presença eleitoral por escolaridade

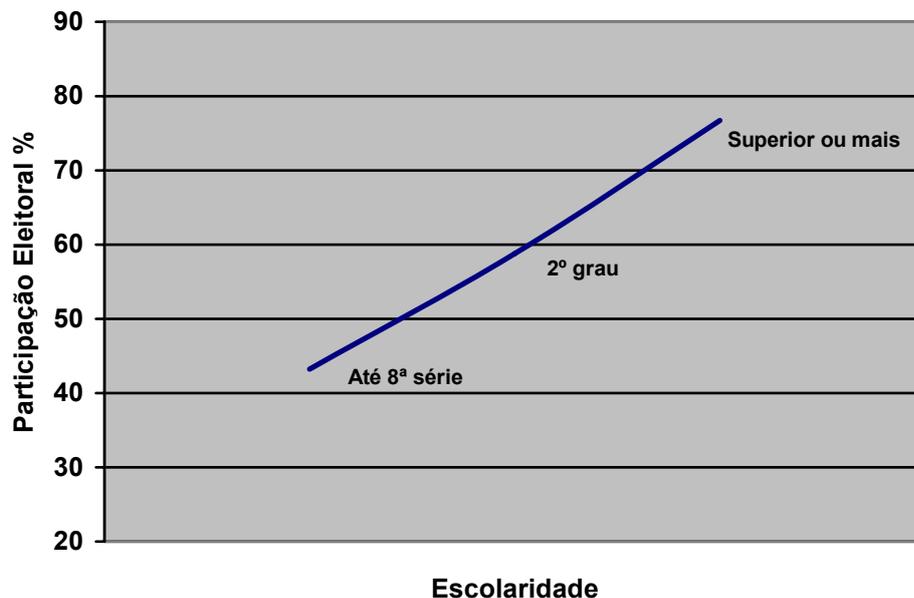


Fonte: ESEB 2002

Percebemos que a presença eleitoral obedece a um crescimento, embora não retilíneo, conforme a escolaridade do eleitor aumenta. Essa falta de retidão é respondida pelo detalhamento do Anexo 5, que descreve o potencial de participação

eleitoral a cada ano de acréscimo de escolaridade. Realmente, não há de se esperar resultados esclarecedores quando avaliamos, por exemplo, cidadãos com 3ª ou 4ª série escolar. O crescimento da participação percebe-se mais notadamente na curva (G24) da Tabela (T13) recodificado para ponderação:

**G 24 – Presença Eleitoral por escolaridade
(ponderado)**



Fonte: ESEB 2002

Percebemos mais nitidamente pelo G24, a influência quase linear da escolaridade para a participação política eleitoral. Ressalte-se que a diferença entre as curvas da Tabela recodificada (T13) para o completo (Anexo 5), é apenas ilustrativamente aparente. Não se confirmando de fato, já que os dados são os mesmos.

A alienação das mulheres

De acordo com os dados do ESEB (2002), se o voto fosse facultativo, 45,5% dos brasileiros não votariam. A maioria (52,3%) votaria mesmo se as eleições fossem facultativas (T14). Mas ao enfocarmos a análise dos dados para as clivagens

antes mencionadas, percebemos que 47,3% das mulheres se ausentariam do processo eleitoral, contra 43,6% dos homens. Ou seja, o gênero feminino que já se encontra sub-representado, com um percentual baixíssimo de ocupação de cargos eletivos²³ levando em consideração que é a maioria do eleitorado (51,53%)²⁴, se excluiriam ainda mais do processo eleitoral, dando uma pista do que poderia acontecer com essa representação já baixa. Pesquisa semelhante foi realizada em 1996, mas dessa vez considerando apenas a população de Porto Alegre (Castro et al., 1997). Nesta feita, a pesquisa demonstra uma pequena variação para os dados obtidos 6 anos depois no âmbito nacional. Em Porto Alegre 50,4% das pessoas não votariam. Entre as mulheres, 51,5% não votariam, contra 49,2% dos homens. A diferença para pesquisa nacional é mínima, mas o suficiente para haver as inversões das maiorias. As duas têm em comum a desvantagem das mulheres em relação à participação eleitoral masculina.

Tabela 14 - Votaria caso o voto não fosse obrigatório X Gênero

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Votaria caso o voto não fosse obrigatório	Não	43,6%	47,3%	45,5%
	Sim	54,4%	50,5%	52,3%
	Talvez/depende	2,0%	2,2%	2,1%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ESEB, 2002

Percebemos pela tabela (T15) que as mulheres são a maioria dos eleitores em todos os níveis de escolaridade, exceto nos que somente “Lêem e Escreve” e “Primeiro Grau Incompleto”. A tabela (T15) que segue descrita, nos mostra que as mulheres são a maioria dos eleitores em absolutamente em todos os níveis etários (veremos à frente a importância da clivagem etária para a participação política). Não existem motivos para que não se faça políticas públicas de estímulo a mobilização

²³ Em 2004, as mulheres foram eleitas somente para 7,3% (404) das prefeituras e 7,3% das vagas de vereadores (TSE). Atualmente, as mulheres representam somente 8,9% (46) dos deputados federais em exercício (www.camara.gov.br) (agosto/2006).

²⁴ Tabela (T16) com dados do TSE (2006).

política direcionadas às mulheres, que são sub representadas e historicamente foram tolhidas dos espaços públicos políticos no Brasil.

T 15 - Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária								
Pesquisa Brasil - Junho / 2006								
Faixa Etária	Masculino (M)	%M/T	Feminino (F)	%F/T	Não Informado (N)	%N/T	Total (T)	%T/TT
16 anos	532.854	48.69	561.529	51.31	0	0	1.094.383	0.87
17 anos	992.211	49.73	1.003.168	50.27	0	0	1.995.379	1.58
18 a 20 anos	4.800.042	49.85	4.829.813	50.15	0	0	9.629.855	7.65
21 a 24 anos	6.829.417	49.58	6.945.814	50.42	0	0	13.775.231	10.94
25 a 34 anos	14.747.016	48.87	15.425.021	51.12	2.163	0.01	30.174.200	23.96
35 a 44 anos	12.293.961	48.28	13.128.745	51.55	43.306	0.17	25.466.012	20.23
45 a 59 anos	12.677.420	47.57	13.899.364	52.15	74.209	0.28	26.650.993	21.17
60 a 69 anos	4.445.778	46.64	5.056.793	53.05	29.067	0.3	9.531.638	7.57
70 a 79 anos	2.502.057	45.69	2.954.133	53.94	20.078	0.37	5.476.268	4.35
Superior a 79 anos	975.560	48.74	1.017.357	50.82	8.805	0.44	2.001.722	1.59
Inválida	57.247	48.6	60.546	51.4	5	0	117.798	0.09
TOTAL (TT)	60.853.563	48.33	64.882.283	51.53	177.633	0.14	125.913.479	

Fonte: TSE

Em nenhum momento as diferenças de participação entre homens e mulheres devem ser amenizadas. A atenuação das diferenças a ponto de relativizar o problema e considerá-lo residual, quando não insignificante, é retórica usualmente utilizada ao longo do tempo por estudiosos que não se mostram muito sensíveis com a luta por igualdade de gênero. A participação política das mulheres não é meramente aditiva ao quantitativo do corpo eleitoral. A participação do eleitorado feminino muda consideravelmente o resultado eleitoral em termos de orientação ideológica.

O politólogo japonês Watanuki (1967) chega a pormenorizar a questão ao dizer que as mulheres são “adequadamente dóceis” e acompanham o voto de seus maridos. Em relação ao direito ao voto das mulheres, até mesmo no pensamento liberal de Assis Brasil (1895 e 1983) surgem os primeiros pontos obscuros sobre a sua defesa do sufrágio universal. A exclusão feminina do processo eleitoral contraria, como o próprio Assis Brasil admite, pensadores liberais influentes da época, como Stuart Mill, Buchner e Bernal. Apesar disso, em sua primeira obra,

publicada em 1881, Assis Brasil advoga a incapacidade das mulheres em exercerem o direito ao voto. Esta incapacidade é comparada a dos loucos e crianças, e em relação às mulheres, ele não se justifica, afirmando apenas que apesar de algumas serem capazes de exercerem este direito, a maioria não são, ao contrário dos homens. Assis Brasil argumenta que possuir o direito não significa poder exercê-lo. Contraditoriamente, o autor, que tem na representação de minorias uma de suas bandeiras, ao argumentar sobre a incapacidade das mulheres em exercer o voto, defende a maioria na política:

Creio que, no estado atual da sua preparação moral e intelectual, o sexo feminino não poderia intervir no sufrágio, pois na sua maioria carece de capacidade, e a maioria é tudo em política;...Mas o que é incontestável de tudo isto é somente que o sexo feminino não está, na sua maioria, apto para o exercício dos direitos políticos, ao passo que o masculino está [...] (BRASIL, 1983, p. 69).

O argumento sobre a incapacidade feminina em exercer o voto é ampliado em sua obra 12 anos depois. Em Democracia Representativa - do voto e do modo de votar, publicada em 1893, Assis Brasil, assim como futuramente argüi Watanuki (1967), alega que a inclusão do voto feminino é irrelevante, já que nada mais é do que o aumento quantitativo do número de votos, sendo que as mulheres repetiriam os votos de seus pais e maridos. Alega também que esta replicação de votos se daria de forma proporcional aos partidos já existentes e aconteceria pelo fato das mulheres agirem de forma emocional e não racional:

De facto, e não falando senão pelo nosso paiz, seria de esperar que a única verdadeira modificação que nos traria a intervenção dos eleitores de outro sexo seria dobrar o numero do eleitorado existente: é seguro que, dada a nossa actual educação, as damas se distribuiriam com exacta proporcionalidade pelos partidos existentes, ou pelos que se fossem formando, acompanhando aos maridos e paes, ou a quem o sentimento, e não a opinião, lhes mandasse seguir. (BRASIL, 1895, p. 72).

Tanto em A República Federal (1881) quanto em Democracia Representativa (1893), Assis Brasil restringe o direito de voto das mulheres, mas sem não antes ponderar que em um futuro próximo este direito pode ser concebido:

Eu, pelo contrario, creio bem que, em epocha mais proxima do que a prevista pelos mais ousados, a mulher brasileira terá mais immediata influencia no governo da sociedade, terá mesmo, ao principio em certa medida e depois a mesma latitude de nós outros, o exercicio do direito de votar e ser votada. (BRASIL, 1895, p. 74-75)

Assim mesmo, o voto das mulheres já era um tema abordado mundialmente por outros liberais da época, sendo que Stuart Mill (1981) já versara que a diferença de gênero era tão irrelevante em termos políticos quanto "a diferença de altura ou cor de cabelo" (p. 77). Apesar da exclusão das mulheres ser generalizada em outras democracias, a discussão já existia, sendo tema de reivindicação principal dos primeiros movimentos feministas que estavam por surgir na Europa. Tendo em vista todos estes fatores, no que se referem ao sufrágio feminino, Assis Brasil não é absolvido de sua rusga conservadora com alegação de relativização cronológica de valores.

Talvez Assis Brasil, pela sua defesa dos valores liberais, ao contrário do que prevê sobre a replicação dos votos das mulheres com maridos e pais, poderia na realidade intuir que o sufrágio feminino aumentaria o regimento eleitoral conservador. Desconfianças quanto a este tipo de comportamento conservador feminino, divergindo de seus pares do gênero oposto, foram confirmadas futuramente em pesquisas na Itália, Áustria e Inglaterra (La Palombara, 1982). Esta tendência em sua maioria das vezes é explicada pela variável religiosa, dado ao fato que as mulheres excediam largamente os homens em matéria de frequência a igreja e práticas religiosas. Na Inglaterra a clivagem religiosa não tem tanta importância, mas as mulheres da mesma forma tendiam a um voto mais conservador que os homens. O fato é que o comportamento feminino não é passível de padronização e é influenciado pelas mais diversas variáveis que variam de acordo com o país em questão.

Quanto à exclusão dos analfabetos, Assis Brasil argumenta que o cidadão iletrado está tolhido do contato com a imprensa escrita, até então a única fonte de informação formal: "Quem não sabe ler e escrever é de presumir que se conserve isolado das mais vulgares noções da situação e direcção das cousas publicas"

(1895, p. 63). Assim como nas mulheres, Assis Brasil não nega o fato de existirem analfabetos mais capazes do que calígrafos, mas no geral, os analfabetos estariam sujeitos a todos os tipos de fraude e imoralidade praticada pela má fé de terceiros, caso fossem imbuídos de votar. A única forma para que isto seja evitado, segundo o autor, é que o cidadão que pretenda se inteirar e participar das decisões políticas aprenda a ler e escrever.

Ainda segundo Assis Brasil, os militares ativos é outra categoria que não deveria votar nem ser votada, já que a democracia possui a lógica civil de governar e ser governado, enquanto a lógica militar é a de comandar e ser comandado. Além disso, a hierarquia militar estaria comprometida com atribuição de poderes a um militar que, por ventura, possua uma patente inferior a outros militares que estariam desprovidos do poder político.

Diante desta apresentação, encerra-se que o sufrágio universal para Assis Brasil seria o direito ao voto, e não o exercício do mesmo, argumento usado tanto em *A República Federal* (1983) quanto em *Democracia Representativa* (1895) para justificar a sua restrição a jovens menores de 21 anos, loucos, mulheres, analfabetos e militares na ativa.

A alienação pela idade

Não se pretende aqui analisar o impacto da idade nas orientações ideológicas. O intuito inicial é saber a intensidade de participação política dos indivíduos nas mais diversas idades e não testar a hipótese da “teoria do envelhecimento”, onde é comum a aceitação de que o indivíduo quanto mais jovem, mais propensos a ideologias liberais, adquirindo ao longo da vida, valores conservadores (La Palombara, 1982). A despeito da importância de se aprofundar nas tendências e orientações ideológicas das mais diversas idades, o que importa aqui é saber se os indivíduos participam ou não, através da análise da clivagem etária.

Os resultados de pesquisa realizada na capital gaúcha (Castro et al., 1997) contrariam os estudos internacionais de participação política eleitoral (La Palombara, 1982; Pasquino, 2002; Franklin, 1996) que identificam as faixas etárias mais avançadas e mais jovens como as mais propensas a não-participação eleitoral. Em Porto Alegre, por sua vez, os cidadãos com 60 anos ou mais integram a faixa etária com maior percentual positivo de comparecimento em eleições caso o voto fosse facultativo (56,4%), seguido pelos jovens entre 16 e 24 anos, segunda faixa com maior propensão à participação, com 52%. Dos cidadãos entre 25 e 34 anos, 45% participariam em caso de voto facultativo, de 35 a 44 anos 50% votariam e de 45 a 59 anos, 44,3% estariam dispostos a se fazer presente caso o voto não fosse obrigatório.

A pesquisa nacional do ESEB (2002), em relação à clivagem etária (ver T 16), também não se coaduna com os estudos internacionais (La Palombara, 1982; Pasquino, 2002). A faixa etária mais crítica em termos de ausência eleitoral seria a dos eleitores entre 45 e 59 anos, em que somente 47,7% estariam dispostos a participar de eleições em caso de voto facultativo, sendo seguidos em ordem crescente pelos cidadãos entre 35 a 44 anos (50,9%); os de idade mais avançada de 60 anos ou mais (52,1%); os mais jovens entre 16 a 24 anos (54,6%) e os que estariam mais dispostos à participação, que compreendem a faixa etária de 25 a 34 anos (56,8%).

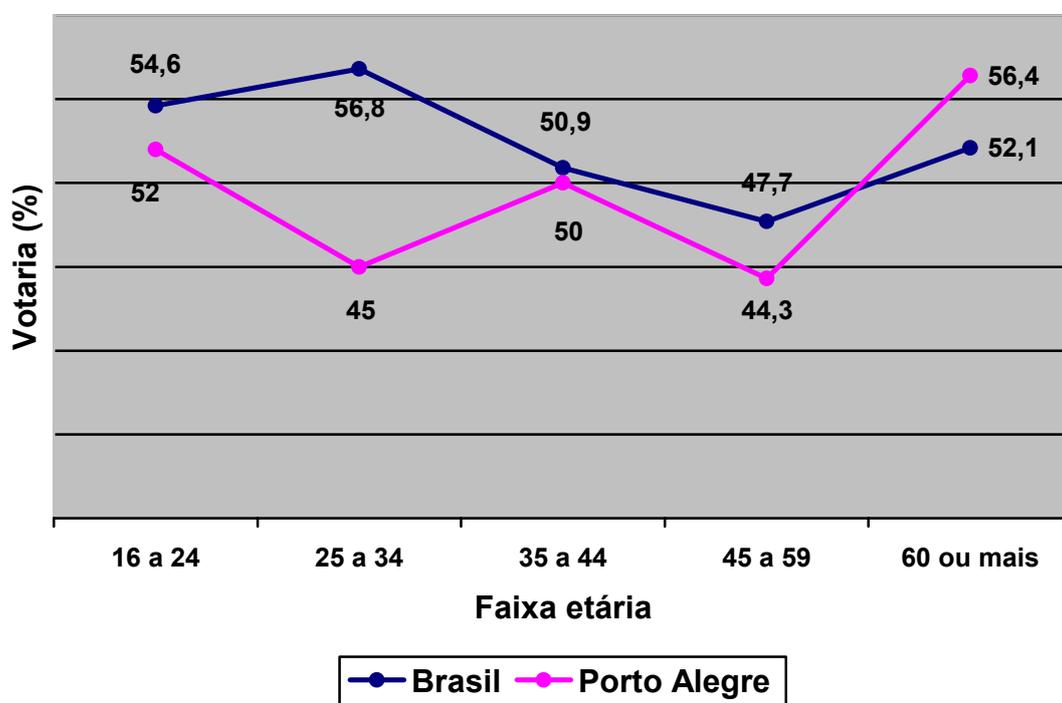
Tabela 16 - Votaria caso o voto não fosse obrigatório X Idade do entrevistado

		Idade por faixa					Total
		16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	
Votaria caso o voto não fosse obrigatório	Não	42%	41,2%	47,2%	50,8%	45,8%	45,5%
	Sim	54,6%	56,8%	50,9%	47,7%	52,1%	52,4%
	Talvez/depende	3,4%	2%	1,9%	1,5%	2%	2,1%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ESEB (2002)

Na comparação entre Porto Alegre e Brasil (G25), percebemos que exceto na faixa etária mais avançada (60 anos ou mais) a disposição dos brasileiros em votar em caso de eleições facultativas é maior em relação aos moradores da capital gaúcha. A diferença de maior amplitude encontra-se entre os cidadãos que compreendem a faixa etária de 25 a 34 anos.

G 25 -Votaria em eleições facultativas (faixa etária)



Fonte: ESEB (2002), dados do Brasil; Castro et al. (1997), dados de Porto Alegre.

A tendência das faixas etárias mais extremas (mais jovens e mais idosos) participarem menos eleitoralmente do que outras faixas só se confirma, no caso brasileiro, na análise dos dados recodificados para ponderação (T17), com a utilização de somente três faixas etárias (16 a 24; 25 a 34 e 35 anos ou mais). Nessa avaliação, cidadãos entre 25 a 34 anos possuem maior tendência a participação (56,8%) do que os mais jovens entre 16 a 24 anos (54,6%) e mais “velhos” acima de 35 anos (52,3%).

Tabela 17 - Votaria caso o voto não fosse obrigatório X Idade (ponderação)

		Idade por faixa (ponderada)			Total
		16 a 24	25 a 34	35 ou mais	
Votaria caso o voto não fosse obrigatório	Não	42%	4,2%	48,2%	45,5%
	Sim	54,6%	56,8%	50%	52,3%
	Talvez/depende	3,4%	2%	1,8%	2,2%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ESEB (2002)

Apesar dos estudos que tipificam os abstencionistas (La Palombara, 1982; Pasquino, 2002) apontarem a faixa etária dos jovens e de idade avançada como um dos fatores determinantes para o crescimento do abstencionismo, no Brasil, ainda não se pode chegar à mesma conclusão. A alienação eleitoral é um fenômeno que atinge todas as faixas etárias, não obedecendo a uma tendência clara que determine a idade um fator relevante.

A alienação da cor

Encerrando o caldo de exclusão eleitoral dos socialmente excluídos não se pode desconsiderar a influência da cor da pele para a participação política eleitoral. Ser branco, no Brasil, não significa só fazer parte de um grupo que desconhece os percalços dos preconceitos historicamente impostos pelas relações humanas a indivíduos com cor de pele diferente. Ser branco significa fazer parte do grupo com maior propensão à participação política eleitoral no país. Na pesquisa do ESEB, de acordo com a classificação determinada pelo próprio entrevistado (T18), 57,7% dos que se consideram brancos votaria caso o voto não fosse obrigatório, e apenas 39,9% possuem a convicção de se ausentarem eleitoralmente na hipótese mencionada. O potencial de participação eleitoral dos brancos é a maior de quase todas as clivagens, só perdendo para aqueles que possuem acima do 2º grau de escolaridade.

Tabela 18 - Votaria caso o voto não fosse obrigatório X Classificação Cor e Raça (class. IBGE)

		Raça e Cor de acordo com o entrevistado					
		Preto	Pardo	Branco	Amarelo	Índio	Total
Votaria caso o voto não fosse obrigatório	Não	53,8%	48,1%	39,9%	50,6%	57,4%	45,1%
	Sim	44,4%	49,9%	57,7%	45,7%	42,6%	52,7%
	Talvez/depende	1,8%	2%	2,4%	3,7%		2,1%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ESEB (2002)

Por outro lado, fica nítida a exclusão eleitoral que sofrem aqueles que se denominam negros. Desse grupo, 53,8% não compareceriam em eleições em que o voto fosse facultativo. O único grupo mais abstencionista seria a dos que se denominam índios (57,4%), que legalmente, o comparecimento eleitoral já é facultativo. Índios, negros e amarelos são os únicos grupos que a disposição em não votar supera percentualmente aqueles que votariam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, seria interessante verificar em que pé estão as mudanças em direção ao fim da desigualdade social no país e se essas estariam modificando de alguma forma a tendência a apatia e alienação política dos excluídos sociais. Após as eleições de 2006, algumas indicações de que esse padrão pouco mudou já começam a se evidenciar. Em reportagem do jornal Correio Braziliense (16 de outubro de 2006) intitulada “Os Últimos Sem-Voto” aponta o analfabetismo como fator primordial para a anulação do voto. Deve-se relacionar voto nulo ao voto de protesto somente de forma marginal no caso brasileiro, levando em consideração os altos índices de analfabetismo dos 10 municípios, todos eles da região nordeste, com maiores taxas de votos nulos na eleição presidencial de 2006:



O “Mapa da Exclusão” é encabeçado pela cidade baiana de Pedro Alexandre, que não está entre as 20 cidades com menores taxas de alfabetização e nem nas 20 maiores taxas de intensidade de pobreza de nosso estudo, mas possui características típicas de todas as cidades pobres, com apenas 1% de casas com

tratamento de esgoto, 12,5% das crianças menores de 2 anos desnutridas e o hospital mais próximo encontra-se à 160 quilômetros de distância. Descrições como essas não deveriam ser ofuscadas pela retidão fria dos números e índices que confesso ter sido a toada usual dessas páginas. Outras tantas cidades como Pedro Alexandre, quando não exemplos mais trágicos para a dignidade humana, estão por trás desses números. Tudo indica que a correlação entre analfabetismo, pobreza e alienação política permanece. Mas essa inferência só pode ser ratificada através de um estudo mais atento das variáveis, assim como feito aqui com os dados de 2002, e que espero que não demore a ser produzido, configurando-se como uma tímida, mas útil ferramenta para a busca da diminuição das desigualdades sociais no Brasil.

De forma geral, o brasileiro possui uma participação política razoável para qualquer democracia (Cap. III), mas os valores democráticos ainda não estão devidamente internalizados na população (Cap. II). Para esses valores democráticos serem intrínsecos na sociedade, deve haver uma maior congruência entre governo e população. Em relação aos excluídos que não participam, caso não haja nenhum estímulo para um maior ativismo político, resta torcer para que a apatia não se converta em outras formas de participação não legais, elevando ainda mais a marginalização do indivíduo.

Ao retomar as hipóteses específicas, perceberemos que muitos pontos foram exaustivamente enfatizados ao longo deste trabalho. Não faltaram dados empíricos que demonstrasse que as instituições democráticas não estão correspondendo às expectativas sociais da sociedade brasileira e que partidos políticos, governos e os próprios políticos não se encontram em estima alta junto à sociedade. Também observamos que quanto maior a exclusão social maior a insatisfação e desilusão com a democracia. A exclusão social foi aqui representada principalmente por aqueles que sofrem com a pobreza e falta de instrução, enquanto a desilusão com a democracia demonstrou-se evidente na alienação eleitoral. Não foram deixados de lado outros tipos de exclusão social e formas de se demonstrar desilusão com a democracia através da não-participação política. Ficou claro,

inclusive estatisticamente, que a exclusão da participação política se relaciona diretamente com a exclusão social.

A participação política é elemento essencial nas democracias contemporâneas. Os cientistas políticos Verba e Nie (1972) observam que indivíduos atuantes, dentre as mais diversas formas de participação política, tem mais propensão a serem votantes. Participação política tem importância, pois onde os cidadãos são mais participativos, os líderes são mais receptivos. É uma constatação perversa, pois vimos que a participação política da população (principalmente os mais pobres e menos instruídos) que mais necessita de políticas públicas eficazes de seus líderes é deveras escassa. Ao cabo, as vozes dos mais aflitos pouco ecoam aos governantes. Regiões com altas taxas de intensidade de pobreza e de analfabetismo são invisíveis perante as políticas públicas. A falta de participação política contribui ainda mais para a invisibilidade pública dos cidadãos moradores dessas regiões. Políticas e políticos acabam reagindo aos participantes, e os interesses desses refletem a agenda política. Torna-se um ciclo vicioso, em que pouco interessa se cidadãos não participam porque são mais necessitados ou são mais necessitados porque não participam. A solução é quebrar esse ciclo, seja pelo lado dos necessitados, na formação de organizações ou grupos que estimulem a participação política ou pelo lado dos políticos, através de políticas públicas direcionadas aos mais necessitados e uma atuação político-partidária voltada aos interesses desses excluídos.

A ineficácia de instituições políticas em sanear as desigualdades sócio-econômicas vem distanciando a sociedade do interesse político. O resultado surge com descrença e insatisfação da população com essas instituições enfraquecendo a motivação instrumental para a participação eleitoral (Franklin, 1996). A democracia não está imune à percepção negativa da sociedade e para se firmar como a única opção plausível de regime político deve ser utilizada como instrumento de inclusão social, político e no desenvolvimento da cultura cívica da população, que deve aprender que participar é importante.

No mais, fica aqui constatado que o padrão de desigualdades sociais no Brasil constitui-se em obstáculo efetivo ao exercício efetivo da cidadania e que a insatisfação e apatia política são elementos prejudiciais para democracias recentes e com o nível de exclusão social do Brasil. As mudanças em direção ao fim da desigualdade no Brasil caminham lentamente quando não na direção contrária para a construção da cidadania através do estímulo de uma maior participação política de sua sociedade. A manutenção da massa de excluídos não se faz necessária em uma democracia que almeja a sua consolidação. Essa consolidação democrática é impensável sem a participação ativa de seus cidadãos.

ANEXOS

Anexo 1 – Projetos de Inclusão Eleitoral

Projeto de Lei	Autor	Objetivo	Situação atual	Próximos passos
PL 2771/97	ex-Deputada Lídia Quinan (PMDB/GO)	O projeto destina urnas especiais localizadas em andar térreo, de fácil acesso, para os eleitores de idade avançada, enfermos, mulheres grávidas e portadores de deficiências físicas.	O projeto já foi aprovado nas Comissões de Seguridade Social (CSSF) e, na forma de substitutivo, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC), da Câmara dos Deputados. Sua última movimentação foi em agosto de 2000.	O projeto aguarda apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados. Caso aprovado, deverá ser aprovado no Senado Federal antes da sanção presidencial.
PL 6349/05	Senador Valdir Raupp (PMDB/RO)	Disciplina o voto do eleitor que se encontrar fora de seu domicílio eleitoral	O projeto já foi aprovado no Senado Federal, onde tramitou sob a numeração PLS 207/04. Encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara dos Deputados onde aguarda designação de relator.	Cabe ao relator na CCJC apresentar parecer quanto ao mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. Caso aprovado na CCJC e Plenário da Câmara, deve ser encaminhado para sanção presidencial.
PL 6362/05	Deputado Vicentinho (PT/SP)	Torna gratuito o transporte coletivo urbano metropolitano e intermunicipal nos dias da realização da votação de pleitos eleitorais.	O projeto encontra-se na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), onde aguarda designação de relator.	Após deliberação na CTASP, o projeto segue às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça (CCJC). Sendo aprovado nas Comissões, o projeto deve ser deliberado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.
Projeto de Lei	Autor	Objetivo	Situação atual	Próximos passos
PEC 401/05	Deputado Orlando Fantazzini (PSOL/DF)	A proposta visa garantir o direito ao voto ao cidadão estrangeiro legalmente naturalizado, residente no Brasil por mais de 5 anos.	O projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) onde aguarda parecer do relator, dep. Prof. Luizinho (PT/SP).	Cabe ao relator na CCJC apresentar parecer quanto à admissibilidade do projeto. Sendo admitida se criará uma Comissão Especial para proferir parecer à proposta antes de ser deliberado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Apensos				
Projeto de Lei	Autor	Objetivo	Situação atual	Próximos passos
PL 335/99	ex-Deputado Cunha Bueno (PP/SP)	Dispõe sobre seções eleitorais especiais para deficientes físicos e idosos com urnas de acesso fácil, localizadas em piso térreo, sem escadas e com assentos para, no mínimo, dez pessoas.	O projeto está apensado ao PL 2771/97 e também já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara dos Deputados.	Deverá ser apreciado no Plenário da Câmara juntamente com o projeto principal.
PL 5030/01	ex-Deputado José Carlos Coutinho (PFL/RJ)	Dispõe sobre cadastramento de eleitores deficientes nos fóruns eleitorais para que o Tribunal Eleitoral providencie o acesso facilitado à urna eletrônica.	O projeto está apensado ao PL 2771/97. Não tramitou em nenhuma comissão permanente da Câmara dos Deputados.	Cabe ao relator de Plenário (ainda não designado) apresentar parecer quanto ao projeto antes de sua apreciação junto ao PL principal.
PL 2015/03	Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Dispõe sobre a facilidade de acesso aos locais de votação aos maiores de setenta anos implantando seção especial em andar térreo.	O projeto está apensado ao PL 2771/97. Não tramitou em nenhuma comissão permanente da Câmara dos Deputados.	Cabe ao relator de Plenário (ainda não designado) apresentar parecer quanto ao projeto antes de sua apreciação junto ao PL principal.
PL 4957/01	Deputado Jutahy Jr. (PSDB/BA)	O projeto visa permitir o voto em separado dos eleitores em trânsito.	Antes de ser apensado ao PL 6349/05 o projeto já havia passado por 3 relatores diferentes. Os três manifestaram-se pela rejeição do projeto, mas nenhum chegou a ser apreciado.	O projeto está apensado ao PL 6349/05 e encontra-se na CCJC. Caso seja considerado constitucional na CCJC, o projeto deve seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados para ser apreciado junto com o projeto principal.
PL 45/03	deputado Enio Bacci (PDT/RS)	Institui o voto em circunscrição eleitoral "extra" e dá outras providências.	Antes de ser apensado ao PL 6349/05 o projeto já havia recebido parecer pela inconstitucionalidade, mas não foi deliberado.	O projeto está apensado ao PL 6349/05 e encontra-se na CCJC. Caso seja considerado constitucional na CCJC, o projeto deve seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados para ser apreciado junto com o projeto principal.

PL 391/03	Deputado Átila Lins (PMDB/AM)	Autoriza o eleitor a votar fora de seu domicílio eleitoral no pleito para Presidente da República.	Encontra-se apensado ao PL 6349/05.	O projeto está apensado ao PL 6349/05 e encontra-se na CCJC. Caso seja considerado constitucional na CCJC, o projeto deve seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados para ser apreciado junto com o projeto principal.
-----------	-------------------------------	--	-------------------------------------	--

Projeto de Lei	Autor	Objetivo	Situação atual	Próximos passos
PL 6235/05	deputado Ivo José (PT/MG)	Dispõe sobre o voto de eleitores que se encontrarem fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito.	Encontra-se apensado ao PL 6349/05.	O projeto está apensado ao PL 6349/05 e encontra-se na CCJC. Caso seja considerado constitucional na CCJC, o projeto deve seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados para ser apreciado junto com o projeto principal.

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

Anexo 2 – Cálculos Intermediários (alfabetização)

	Taxa alfabetização(x)	Alienação % (y)	cálculos intermediários		
			x ²	y ²	x . Y
Dois Irmãos (RS)	97,36	12,1	9479,0	145,8	1175,5
Ivoti (RS)	97,71	14,1	9547,2	199,3	1379,5
Jaraguá do Sul (SC)	97,35	14,5	9477,0	209,3	1408,5
Harmonia (RS)	98,21	14,8	9645,2	218,8	1452,6
São Vendelino (RS)	98,06	15,0	9615,8	224,4	1468,9
Timbó (SC)	97,4	15,2	9486,8	230,7	1479,3
Bom Princípio (RS)	98,08	15,3	9619,7	235,3	1504,6
São José do Hortêncio (RS)	97,31	15,5	9469,2	240,9	1510,2
Lagoa dos Três Cantos (RS)	98,05	16,4	9613,8	269,0	1608,1
Blumenau (SC)	97,21	16,5	9449,8	271,9	1602,9
Pomerode (SC)	98,13	16,7	9629,5	279,4	1640,4
Teutônia (RS)	97,29	16,8	9465,3	282,7	1635,7
Morro Reuter (RS)	98,41	17,0	9684,5	290,5	1677,2
Vale Real (RS)	97,46	17,5	9498,5	305,3	1703,0
Nova Petrópolis (RS)	97,19	18,0	9445,9	323,0	1746,8
Salvador das Missões (RS)	97,77	18,1	9559,0	328,3	1771,4
Feliz (RS)	98,06	19,0	9615,8	360,4	1861,7
Quatro Pontes (PR)	97,57	19,2	9519,9	368,5	1873,1
São João do Oeste (SC)	99,09	20,4	9818,8	418,1	2026,0
Linha Nova (RS)	97,2	23,4	9447,8	547,8	2274,9
Paquetá (PI)	45,4	27,2	2058,4	738,2	1232,7
Caxingó (PI)	43,6	28,3	1899,2	802,7	1234,7
Murici dos Portelas (PI)	45,6	31,0	2078,4	959,5	1412,2
Massapê do Piauí (PI)	44,9	33,5	2014,2	1120,3	1502,2
Caraúbas do Piauí (PI)	40,2	33,7	1613,6	1139,0	1355,7
Traipu (AL)	46,9	36,8	2196,8	1351,5	1723,0
Poço Dantas (PB)	46,5	37,0	2163,2	1368,6	1720,6
Casserengue (PB)	43,1	37,3	1853,3	1388,9	1604,4
Fernando Falcão (MA)	44,4	38,9	1974,0	1512,4	1727,9
Vera Mendes (PI)	45,3	40,4	2053,9	1635,1	1832,6
Santa Rosa do Purus (AC)	43,2	40,7	1862,8	1656,4	1756,6
Branquinha (AL)	45,4	40,9	2057,5	1669,2	1853,2
Guaribas (PI)	41,0	42,4	1679,4	1798,7	1738,0
Jordão (AC)	39,3	44,2	1547,6	1951,9	1738,1
Capim (PB)	43,4	44,3	1880,1	1966,2	1922,7
Manari (PE)	43,0	48,3	1848,1	2332,0	2076,0
Curral de Cima (PB)	44,7	48,7	2000,8	2373,7	2179,3
Coronel João Sá (BA)	45,1	49,2	2033,1	2423,5	2219,8
Ipixuna (AM)	46,6	54,6	2173,4	2976,2	2543,3
Itamarati (AM)	40,1	57,3	1604,0	3277,8	2293,0
Σ	2832,4	1150,1	229680,5	40191,2	68466,3

Anexo 3 – Cálculos Intermediários (pobreza)

	Taxa de Intensidade de Pobreza (x)	Alienação % (y)	x ²	y ²	x . Y
Nova Roma do Sul (RS)	15,76	17,30	248,38	299,29	272,65
Fernando de Noronha (DE) (PE)	17,15	29,50	294,12	870,25	505,93
Arroio do Meio (RS)	19,22	17,60	369,41	309,76	338,27
Vanini (RS)	20,46	26,30	418,61	691,69	538,10
Borá (SP)	21,69	34,30	470,46	1176,49	743,97
São Vendelino (RS)	21,87	15,00	478,30	225,00	328,05
Feliz (RS)	23,41	19,00	548,03	361,00	444,79
Harmonia (RS)	23,46	14,80	550,37	219,04	347,21
União da Serra (RS)	23,83	26,30	567,87	691,69	626,73
Brochier (RS)	23,92	19,30	572,17	372,49	461,66
Picada Café (RS)	24,01	14,90	576,48	222,01	357,75
Monte Sião (MG)	24,04	28,00	577,92	784,00	673,12
Américo de Campos (SP)	24,34	21,90	592,44	479,61	533,05
Carmo do Rio Claro (MG)	24,43	24,50	596,82	600,25	598,54
Bom Retiro do Sul (RS)	24,76	21,60	613,06	466,56	534,82
Vila Maria (RS)	25,21	22,90	635,54	524,41	577,31
Rodeio (SC)	25,42	20,90	646,18	436,81	531,28
Presidente Lucena (RS)	25,69	15,10	659,98	228,01	387,92
Salvador do Sul (RS)	25,72	15,90	661,52	252,81	408,95
Barão (RS)	25,8	20,10	665,64	404,01	518,58
Jordão (AC)	74,22	44,20	5508,61	1953,64	3280,52
Barra do Ouro (TO)	74,29	39,20	5519,00	1536,64	2912,17
Pauini (AM)	74,47	52,50	5545,78	2756,25	3909,68
Poço Redondo (SE)	74,58	38,20	5562,18	1459,24	2848,96
Brejo (MA)	74,8	42,90	5595,04	1840,41	3208,92
Santa Rosa do Purus (AC)	74,9	40,70	5610,01	1656,49	3048,43
Centro do Guilherme (MA)	74,98	50,40	5622,00	2540,16	3778,99
Envira (AM)	75,41	54,90	5686,67	3014,01	4140,01
Guajará (AM)	75,54	57,00	5706,29	3249,00	4305,78
Senador Rui Palmeira (AL)	75,56	37,80	5709,31	1428,84	2856,17
São José da Tapera (AL)	76,25	43,30	5814,06	1874,89	3301,63
Pilão Arcado (BA)	76,34	45,00	5827,80	2025,00	3435,30
Poço das Trincheiras (AL)	76,53	36,90	5856,84	1361,61	2823,96
Mateiros (TO)	76,61	51,30	5869,09	2631,69	3930,09
Belágua (MA)	76,9	41,90	5913,61	1755,61	3222,11
Traipu (AL)	77,76	36,80	6046,62	1354,24	2861,57
Betânia do Piauí (PI)	78,32	34,50	6134,02	1190,25	2702,04
Buritirama (BA)	79,96	45,20	6393,60	2043,04	3614,19
Normandia (RR)	81,95	25,10	6715,80	630,01	2056,95
Uiramutã (RR)	83,03	36,20	6893,98	1310,44	3005,69
Σ	1992,59	1279,20	128273,60	47226,64	74971,78

Anexo 4 - Indicadores de Consolidação Democrática

Nível	Normas e crenças	Comportamento
Elites	<p>Maioria significativa dos formadores de opinião, organizações culturais, de negócios e sociais acreditam na legitimidade da democracia. Todos os maiores líderes do governo e os partidos políticos significantes acreditam que a democracia é a melhor forma de governo e que as regras e instituições do sistema constitucional merecem suporte. Essas crenças são manifestadas em retóricas públicas, ideologias, escritas e gestos simbólicos.</p>	<p>Lideranças do governo, instituições estatais, os partidos políticos significantes e grupos de interesse respeitam-se entre si pelo direito de competir pacificamente pelo poder, evitando violência, obedecendo as leis, a Constituição, e aceitando mutuamente as normas da conduta política. Elites evitam retóricas que incentivam seus seguidores a violência, intolerância, ou métodos ilegais. Líderes políticos não utilizam meios militares para lograr vantagens políticas.</p>
Organizações	<p>Todos partidos os políticos significantes, grupos de interesse, movimentos sociais apóiam (ou pelo menos não rejeitam) em seus programas, documentos e declarações, a legitimidade da democracia e as regras específicas constitucionais de seu país bem como suas instituições.</p>	<p>Nenhum partido político significante, grupo de interesse, movimento, ou instituições objetivam transgredir a democracia ou empregar a violência, fraudar, ou outro método inconstitucional e antidemocrático como tática de busca do poder ou outras vantagens políticas.</p>
Massa Pública	<p>Mais de 70% da massa pública consiste de pessoas que acreditam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo e que a democracia posta em prática no país é a mais adequada forma de governo para a nação. Não mais que 15% do público prefere o autoritarismo como forma de governo.</p>	<p>Nenhum movimento antidemocrático, partido ou organização agrada uma massa significante de seguidores e o cidadão comum usualmente não utiliza o uso da violência, fraude, ou outro método ilegal ou inconstitucional para expressar suas preferências políticas ou persuadir seus interesses políticos.</p>

Fonte: Diamond, Larry. *“Developing Democracy”* Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1999. Tradução: Michel Neil.

Anexo 5 – Votaria caso o voto fosse facultativo * escolaridade (completo)

		ESCOLARIDADE																		
		Analfabeto	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	4ª série	Primário completo	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	8ª série	Ginásio completo	1º col	2º col	3º grau	3º grau	Superior	Superior
						incompl.						incompl.				incompl.	compl.	incompl.	compl.	
Votaria	Não	51,8%	56,5%	60,2%	60,3%	59,1%		51,5%	62,3%	53,7%	57,1%	42,6%		56,5%	46,2%	57,1%	32,8%	38,5%	22,0%	19,6%
	Sim	47,7%	41,7%	37,5%	38,2%	40,9%		46,0%	37,7%	45,3%	42,9%	57,4%		40,8%	53,8%	39,8%	67,2%	59,3%	73,7%	74,5%
	Talvez	0,5%	1,7%	2,3%	1,5%	2,6%		-	1,1%	-	-	2,7%		-	3,1%	-	3,1%	2,2%	4,2%	5,9%
Total		7,9%	4,6%	3,5%	5,5%	3,5%		9,4%	6,4%	3,8%	2,8%	2,4%		5,9%	3,7%	3,9%	2,3%	16,6%	4,7%	10,9%

Fonte: ESEB (2002)

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BAQUERO, Marcello. Participação política na América Latina: problemas de conceituação. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, 1981.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Condicionantes da consolidação democrática**: ética, mídia e cultura política. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos; GONZALÉZ, Rodrigo Stumpf. (Org.). **A construção da democracia na América Latina**: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Canoas: Ed. La Salle, 1998.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

BAQUERO, Marcello. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In: PERISSINOTTO, Renato; FUKS, Mario. **Democracia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

BAQUERO, Marcello. Dossiê cultura política, democracia e capital social. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 21, 2003.

BAQUERO, Marcello (Org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

BASTOS, Vânia Lomônaco; SILVA, Maria Luiza Falcão. **Para entender as economias do Terceiro Mundo**. Brasília: Ed. da UnB, 1995.

BLAIS, André; MASSICOTTE, Louis. Electoral systems. In: LE DUC, Lawrence; NIEMI, Richard G.; NORRIS, Pipa (Org.). **Comparing democracies**: elections and voting in global perspective. London: Sage, 1996.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. **Democracia representativa**: do voto e do modo de votar. [1893] 3. ed. Paris: Guillard Aillaud & CIA, 1895.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. A República federal. [1881] In: **A democracia representativa na República**: antologia. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, v. 17)

CAREY, John; SHUGART, Matthew. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**. Volume 14, Item 4, Páginas 417-439, 1995.

CASTRO, Henrique Carlos. Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático, 2000. **Título**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci>>. Acesso em: 20 de outubro de 2006.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de, et al. Voto obrigatório e exclusão social: uma análise heterodoxa. In: Marcello Baquero (Org.) **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Canoas: Ed. La Salle, 1997.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. **Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile**: um estudo comparativo de cultura política. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

CATTERBERG, Edgard. **Argentina confronts politics**: political culture and public opinion in the argentine transition to democracy. Boulder: Lynne Rienner, 1991.

CORDOVA JR, Milton. Obrigatoriedade constitucional do voto para os "eleitores em trânsito". **Jus Navigandi**, Teresina, fevereiro de 2004, n. 212. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4742>>. Acesso em: 28 julho 2004.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo. EDUSP, 1997.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

DIAMOND, Larry. **Developing democracy**: toward consolidation. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1999.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Ed. Globo, 2000.

FRANKLIN, Mark N. Electoral participation. In: LE DUC, Lawrence; NIEMI, Richard G.; NORRIS, Pipa (Org.). **Comparing democracies**: elections and voting in global perspective. London: Sage, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. **The third wave**: democratization in the late Twentieth Century. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

LA PALOMBARA, Joseph. Political participation as an analytical concept in comparative politics. In: VERBA, Sidney; PYE, Lucien. **The citizen and politics**. Connecticut: Stanford, 1978.

LA PALOMBARA, Joseph. **A política no interior das nações**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

LAMOUNIER, Bolivar. Brazil: inequality against democracy. In: DIAMOND, Larry, et al. **Democracy in developing countries**: Latin America. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

LINZ, Juan. **The breakdown of democratic regimes**: crisis, breakdown & reequilibration. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MANATT, Charles; MANATT Kathleen. **Incarceration and enfranchisement**: international practices, impact and recommendations for reform. Washington, DC: Department of Political Science Northwestern University – Democracy Studies Fellow, IFES, 2003.

MAYHEW, David. **Congress**: the electoral connection. Yale: Yale University Press, 1974.

MILL, Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo do sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NICOLAU, Jairo Marconi. A participação eleitoral no Brasil. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

NOGUEIRA, Octaciano. As veias abertas da América Latina. **UnB revista**, Brasília, ano II, n. 5, 2002.

NORTH, Douglas. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Siglo XXI, 1994.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo. EDUSP, 1999.

PASQUINO, Gianfranco. Abstencionismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

PATTERSON, Samuel C.; CALDEIRA, Gregory A. Getting out the vote: participation in gubernatorial elections. **American Political Science Review**, v. 77, n. 3, 1983.

PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

POWER, Timothy. Brazilian interpersonal trust in comparative perspective. Trabalho apresentado no Encontro Latino-americano de Ciência Política. Salamanca, 2002.

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, Baltimore, n. 6:1, jan. 1995.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Horizonte do desejo**: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Ed. da UnB, 1976.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. v. 1. São Paulo, Ática, 1994.

SHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

TAVARES, José Antônio Giusti. Representação política, sistema eleitoral e sistema partidário. In: TAVARES, José Antônio Giusti; ROJO, Raúl Enrique (Org.). **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

TORO, José Bernardo. **A construção do público**: cidadania, democracia e participação. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. “**A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**”; São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VERBA, Sidney; NIE, N. H. **Participation in America**: political participation and social equality. New York: Harper & Row, 1972.

WATANUKI, Joji. Patterns of politics in present-day Japan. In: LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (Ed.). **Party systems and voter alignments**. New York: Free Press, 1967.

A Report on the feasibility of internet voting. California Secretary of State Bill Jones California. Disponível em: <http://www.ss.ca.gov/executive/ivote/final_report.htm>. Acesso em: 30 julho 2004.

ACE - Administration and Cost of Elections Project: <http://www.aceproject.org>

IDEA - Institute for Democracy and Electoral Assistance: <http://www.idea.int>

PNUD. **La democracia en América Latina**: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, S.A., 2004.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – <http://www.tse.gov.br>